

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Diana Filipina Anton

**REDES DE COMUNICAÇÃO, DINÂMICA TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO RIO PARDO (RS)**

Santa Cruz do Sul

2021

Diana Filipina Anton

**REDES DE COMUNICAÇÃO, DINÂMICA TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO RIO PARDO (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Linha de Pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade, na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Grazielle Betina Brandt

Santa Cruz do Sul

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Anton, Diana Filipina

Redes de comunicação, dinâmica territorial e desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo (RS) / Diana Filipina Anton. – 2021.

163 f. : il. ; 28 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

Coorientação: Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt .

1. Território. 2. Espacialidades. 3. Redes de comunicação . 4. Desenvolvimento regional . I. Silveira, Rogério Leandro Lima da. II. Brandt , Grazielle Betina . III. Título.

Diana Filipina Anton

**REDES DE COMUNICAÇÃO, DINÂMICA TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO RIO PARDO (RS)**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Professor Orientador - UNISC

Dra. Grazielle Betina Brandt
Professora Coorientadora - UNISC

Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva
Professor Examinador - UEMS

Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi
Professora Examinadora - UNISC

Santa Cruz do Sul
2021

AGRADECIMENTOS

Relendo o texto de auto apresentação que fiz quando me inscrevi para participar do processo seletivo para o Mestrado, ao final de 2018, e nas pretensões bem-intencionadas de uma iniciante, estava a “busca de conhecimento para agregar na minha atividade profissional” e a “perspectiva de um futuro com práticas conscientes, na área do desenvolvimento regional”. Com a certeza de que eu encontrei aquilo que buscava, afirmo que foram muitas as pessoas que fizeram parte dessa caminhada, a quem agradeço:

À UNISC, instituição na qual trabalho há 20 anos, pelas oportunidades, em especial ao prof. Angelo Hoff, Diretor de Extensão e Relações Comunitárias, meu gestor, de quem sempre recebi apoio e incentivo;

Ao Corede/VRP, setor em que trabalho e que me motivou a querer cursar o mestrado, de forma especial à ex-presidente e amiga, profa. Mariza Terezinha da Motta Christoff, que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a voltar a estudar; ao atual presidente, Heitor Álvaro Petry e à bolsista Marina Pakulski Pawlowski, pela empatia e auxílio nos momentos em que necessitava cumprir as tarefas do mestrado;

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida, essencial para a realização do mestrado e dessa pesquisa;

Aos professores do PPGDR, em especial, ao Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira (orientador) e a Dra. Grazielle Betina Brandt (coorientadora), pelas muitas e riquíssimas discussões, aprendizagens e construção do conhecimento. As orientações e ensinamentos, as provocações, o respeito, as palavras de tranquilidade nos momentos de angústia, a atenção a cada questionamento. Pela parceria, cumplicidade e carinho, meu muito obrigada!

Às professoras Dra. Angela Cristina Trevisan Felippi e Dra. Mônica Franchi Carniello, que compuseram a minha banca de qualificação, que são referências na área da comunicação e desenvolvimento, com experiência profissional e inúmeras publicações, gratidão pelas contribuições e rigor metodológico, afinal de contas, a ciência cresce a partir de outros olhares;

Aos colegas da turma do mestrado de 2019, pela vivência em sala de aula e parceria, Alessandra, Alexander, Carlos, Diego, Juliana, Maria Eduarda, Renata e Rodrigo, e aos colegas do doutorado Ana, Francieli, Leonardo, Matheus, Tuize e Vinicius. Mas aqui vale um registro especial aos colegas Diego, Juliana e Maria Eduarda, com quem tive maior proximidade, pelas trocas, longas conversas, confidências, conselhos, angústias compartilhadas, jamais esquecerei! E às funcionárias do PPGRD pela atenção e eficiência;

A oportunidade de realizar o Estágio de Docência, experiência única possibilitada pelo mestrado, em 2020/02, na disciplina de Comunicação e Desenvolvimento Regional, no Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação, sob a orientação da professora adjunta, Angela C. T. Felippi;

À família, pelas muitas horas sem a minha presença e pelo entendimento da importância desta caminhada na minha vida. Com amor aos meus pais Mauricio e Alíria e as minhas irmãs Ruthe e Cátia! Agradeço aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar e a ser independente, para ser livre e dona de minha vida e de minhas decisões. Minha mãe Alíria e irmã Cátia, sempre presentes, sempre disponíveis, sempre fortaleza, não deixando nada faltar, mesmo nos momentos de maior dificuldade, para que eu pudesse alcançar o meu objetivo;

Aos meus amigos e amigas, alguns de perto, outros de longe, que com palavras de carinho, apoio, conversas, orações, vibrações emanadas, me incentivaram e foram esteio para seguir na jornada, o meu muito obrigada!

A Deus por sua presença em minha vida nos momentos de alegria e de angústia. A fé foi minha base de sustentação mais forte, onde encontrei esperança e propósito para continuar;

Sorri, chorei, acreditei, pensei em desistir, acertei, erre, sonhei e realizei! Aqui está a concretização de um sonho! Me sinto privilegiada por ter tido a oportunidade de estudar, num país e num cenário em que a educação se encontra tão desvalorizada.

Tudo valeu a pena!

A vivência do mestrado me oportunizou um período dos mais felizes de minha vida!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.
--

*Num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las,
para poder transformá-las.*

Milton Santos, Técnica Espaço Tempo (1994, p. 109)

RESUMO

A presente dissertação se propõe a trazer as redes de comunicação para o centro do debate sobre a temática da comunicação e o desenvolvimento. Devido à presença intensa das redes de suporte e de serviços nas dinâmicas sociais contemporâneas, a rede de comunicação impacta, e ao mesmo tempo é conformada, a partir de aspectos territoriais. Para tanto, encontramos na Geografia Crítica, de Milton Santos, a abordagem teórico-analítica adequada para realizar esse estudo. O espaço, o meio técnico-científico-informacional e o território usado, são categorias propostas por Santos que se inserem no contexto atual, cuja estrutura e uso são elementos que podem trazer ordem ou desordem na dinâmica do território. Nosso objetivo é analisar como ocorrem a configuração e o acesso territorial e social às redes de comunicação e o seu uso em prol do desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. No campo teórico-metodológico, o conceito de território, numa perspectiva de território usado, dialogam com os estudos sobre as redes, a comunicação e o desenvolvimento, tendo respaldo ainda nos conceitos das geografias da comunicação. A pesquisa se caracteriza pela sua abordagem qualitativa e para realizá-la, estabelecemos dois caminhos teórico-analíticos: o primeiro refere-se à análise de como se apresentam a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação no Vale do Rio Pardo (internet, telefonia móvel, rádio, jornal e televisão); e o segundo foca na verificação de como os meios de comunicação têm sido usados por instituições regionais que atuam para o desenvolvimento regional, que são a AMVARP, a AMCSERRA, o CISVALE e o CI/JACUÍ, bem como, compreender como essas instituições percebem o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional. Com relação aos procedimentos metodológicos, para desenvolver a primeira etapa, a coleta de dados se vale de pesquisa bibliográfica, além de pesquisas nos sistemas da TELECO, ANATEL, ADJORI/RS e ADI/RS. Para a segunda etapa, realizamos pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com 12 atores regionais, entre lideranças e técnicos das instituições pesquisadas, cuja análise foi dividida nos seguintes tópicos: CONFIGURAÇÃO, ACESSO, e USOS em prol do DESENVOLVIMENTO REGIONAL. A partir dessas análises, verifica-se que a configuração e distribuição dessas redes técnicas de suporte, de internet e telefonia móvel apresentam uma difusão seletiva e desigual em suas estruturas comunicacionais; e a rede de serviços, formada pelos meios de comunicação, é marcada por lugares que comandam e outros que obedecem, a partir dos fluxos de informação. Nas entrevistas, se evidenciou o uso dos meios de comunicação na relação com os processos de desenvolvimento regional por um viés institucional e midiático, em detrimento a um uso como vetor de desenvolvimento. Nesse sentido, percebe-se que, tanto a mídia quanto as instituições do Vale do Rio Pardo têm um desafio importante pela frente, para fomentarem de fato um uso da comunicação que seja favorável ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Território. Espacialidades. Redes de Comunicação. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The present dissertation proposes to bring the communication networks to the center of the debate on the theme of communication and development. Due to the intense presence of support and service networks in contemporary social dynamics, the communication network impacts, and at the same time is shaped, from territorial aspects. To this end, we found in Milton Santos' critical geography the adequate theoretical-analytical approach to carry out this study. The space, the technical-scientific-informational environment, and the territory used, are categories proposed by Santos that are inserted in the current context, whose structure and use are elements that can bring order or disorder in the dynamics of the territory. Our objective is to analyze how the territorial and social configuration and access to communication networks occur and their use for regional development in the Rio Pardo Valley, Rio Grande do Sul. In the theoretical and methodological field, the concept of territory, from a used territory perspective, dialogues with studies about networks, communication, and development, and is supported by concepts of the geographies of communication. The research is characterized by its qualitative approach and to carry it out, we established two theoretical-analytical paths: the first refers to the analysis of how the configuration and socio-spatial distribution of communication networks are presented in the Rio Pardo Valley (internet, mobile telephony, radio, newspaper and television); and the second focuses on the verification of how the media has been used by regional institutions that act for regional development, which are AMVARP, AMCSERRA, CISVALE and CI/JACUÍ, as well as, understand how these institutions perceive the role of media in regional development processes. Regarding the methodological procedures, to develop the first stage, data collection is based on bibliographic research, in addition to research in TELECO, ANATEL, ADJORI/RS and ADI/RS systems. For the second stage, we carried out documentary research and semi-structured interviews with 12 regional actors, among leaders and technicians from the researched institutions, whose analysis was divided in the following topics: CONFIGURATION, ACCESS, and USES in favor of REGIONAL DEVELOPMENT. From these analyses it is verified that the configuration and distribution of these technical support networks, internet, and mobile telephony, present a selective and unequal diffusion in their communicational structures; and the service network, formed by the media, is marked by places that command and others that obey, from the information flows. In the interviews, it became evident the use of the media in the relationship with the processes of regional development through an institutional and mediatized bias, in detriment to its use as a vector of development. In this sense, we realized that both the media and the institutions of the Vale do Rio Pardo have an important challenge ahead of them, in order to effectively foment a use of communication that is favorable to regional development.

Keywords: Territory. Spatialities. Communication Networks. Regional Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Proporção (porcentagem) de brasileiros que acessam à internet por região e gráficos por grau de instrução, faixa etária, renda familiar e classe social, 2010	30
Figura 2 –	Cadeia de Valor da Mídia	52
Figura 3 –	Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo (RS) e suas microrregiões	59
Figura 4 –	Mapa da hierarquia urbana na região do Corede Vale do Rio Pardo (RS)	61
Figura 5 –	Dados sobre o número de acessos à banda larga no Vale do Rio Pardo (2020)	85
Figura 6 –	Dados sobre o número de tecnologia de banda larga no Vale do Rio Pardo (2020)	89
Figura 7 –	Dados sobre número de celulares no Vale do Rio Pardo (2020)	94
Figura 8 –	Dados sobre meios de comunicação no Vale do Rio Pardo (2021)	108
Figura 9 –	Dados sobre meios de comunicação por microrregião no Vale do Rio Pardo (2021)	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Periodização da obra de Milton Santos na temática geográfico comunicacional	77
Quadro 2 –	Dados sobre jornais no Vale do Rio Pardo (2021)	97
Quadro 3 –	Dados sobre rádios no Vale do Rio Pardo (2021)	102
Quadro 4 –	Dados sobre TV no Vale do Rio Pardo (2021)	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI/RS	Associação dos Diários do Interior do RS
ADJORI/RS	Associação dos Jornais do Interior do RS
AMCSERRA	Associação dos Municípios do Centro Serra
AMVARP	Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APESC	Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul
APL	Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo
ATURCSERRA	Associação de Turismo da Região do Centro Serra
ATURVARP	Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo
BR	Brasil
BRASILSAT	Grupo de Satélites Brasileiros
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETIC.BR	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet do Brasil
CI/JACUÍ	Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí
CISVALE	Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMITÊ PARDO	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo
COREDE/VRP	Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
COVID-19	Coronavírus <i>Disease</i> 2019
CRT	Companhia Riograndense de Telecomunicações
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DEPLAN/RS	Departamento de Planejamento Governamental
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EAD	Educação a Distância
EFASC	Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
EFASOL	Escola Família Agrícola de Vale do Sol
EGR	Empresa Gaúcha de Rodovias

EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FGTAS	Fundação Gaúcha Trabalho e Ação Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT4D	Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGP	Instituto Geral de Perícias
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
MESOSUL	Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul
MI	Ministério da Integração Nacional
NIC.BR	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PED/VRP	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
PELT/RS	Plano Estadual de Logística de Transportes
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPPs	Parceria Público Privada
PR	Paraná
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional

SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
TECNOUNISC	Parque Científico e Tecnológico Regional da UNISC
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S.A.
TELECO	Inteligência em Telecomunicações
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UTE	Usina Termelétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, REDES DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	19
2.1	O território no contexto dos atores sociais e instituições	20
2.2	As redes de comunicação no uso do território	33
2.3	As relações históricas da Comunicação e do Desenvolvimento	43
3	GEOGRAFIA DAS REDES DE COMUNICAÇÃO NO VALE DO RIO PARDO	56
3.1	Vale do Rio Pardo: diversidades e particularidades da região	56
3.2	As geografias da comunicação no contexto do território usado	72
3.3	Procedimentos metodológicos	78
3.3.1	Das etapas e procedimentos da pesquisa	79
3.4.	Espacialidades das redes de comunicação e exclusão digital	81
3.4.1	Internet e telefonia móvel no Vale do Rio Pardo: difusão seletiva e desigual das infraestruturas comunicacionais	84
3.4.2	Os meios de comunicação no Vale do Rio Pardo: "lugares que comandam" e os "lugares que obedecem", a partir dos fluxos de informação	95
3.5	Redes de comunicação: tema prioritário nos Planos Estratégicos Regionais.	111
4	INSTITUIÇÕES REGIONAIS: A COMUNICAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO	114
4.1	Associação de Municípios: há seis décadas presente na região	114
4.2	Consórcios Públicos: experiências mais recentes	115
4.3	As instituições que dão voz ao território do Vale do Rio Pardo	116
4.4	Configuração espacial e acesso social e territorial: a percepção dos atores regionais	119
4.5	Associação de Municípios e Consórcios: uso institucional da mídia no território	126
4.6	Mídia, Instituições e Desenvolvimento Regional: uma relação que precisa ser construída	133
	CONCLUSÃO	139

REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas	159
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	161
APÊNDICE C – Sistematização das entrevistas realizadas durante a pesquisa	162

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa situa-se numa área que já vem sendo explorada há algumas décadas, que é a relação da comunicação com o desenvolvimento. Situações concretas de interação entre os meios e o território podem ser observadas, por exemplo, na interferência na formação da imagem dos lugares, no fomento aos processos socioeconômicos, como um instrumento da sociedade de informação, na influência nos processos políticos, informando e desinformando, assim como promovendo pessoas, ao invés de instituições.

Mas a relação mais recente e impactante da comunicação com o território que vivenciamos veio à tona a partir do isolamento social imposto por força da pandemia da Covid-19, que tem deixado evidente e incontestável a exclusão digital que acirra as desigualdades sociais. Esse componente termina por comprometer o exercício de direitos fundamentais, como o do livre acesso à informação, à educação, à comunicação e à liberdade de expressão, bem como para a utilização de outros serviços públicos, hoje, só acessíveis pela internet — para os quais as infraestruturas de telecomunicações são imprescindíveis.

O território brasileiro evidencia essa desigualdade tanto na estrutura, quanto no acesso, com uma população de 211 milhões de habitantes, em que, de um a cada quatro brasileiros não usa a internet, o que corresponde a 47 milhões de não usuários (26%), conforme a pesquisa TIC Domicílios 2019. Já o celular é o dispositivo mais usado para acessar a internet, sendo que 58% da população acessa a internet somente por celular. Conforme a Anatel (2021), em seu mapa de distribuição de cobertura de sinal de telefonia móvel no Brasil¹, revela que o país tem 242,1 milhões de acessos a telefonia móvel, o que corresponde a 113,61 acessos por 100 habitantes. Já em relação a banda larga são 37,4 milhões de acessos o que corresponde a 17,5 acesso a cada 100 habitantes.

O território gaúcho, com uma população de 11,422 milhões de habitantes (IBGE, 2019) apresenta 12,803 milhões de acessos a telefonia móvel o que representa 112,09 celulares a cada 100 habitantes, e os dados da banda larga nos trazem 2,568 milhões de acessos e 22,48 de acessos a cada 100 habitantes. Assim, no *ranking* nacional, o Estado do Rio Grande do Sul se encontra na 6^a posição quanto aos acessos à telefonia móvel, e na 11^a, na densidade. Esse cenário da telefonia certamente oculta um outro componente vital, que é o equipamento no território, fator determinante para o uso do aparelho a partir de um sinal de qualidade.

¹ Fonte: <<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/panorama>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

Essa perspectiva nos dá um panorama da complexidade dos recursos que compõem um território, porque ele é o todo, é usado, é contraditório, é dinâmico, condicionado por relações de poder. E, na lógica do que Santos (1994) propõe, quando ele diz que é o uso que se faz do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social. O território usado é o território de todos os agentes, de todas as instituições e de todas as empresas, e não apenas o espaço dos agentes hegemônicos da política e da economia, como explica Cataia (2013, p.1136). Logo, podemos compreender que, entre todas as estruturas e os agentes presentes no território usado, incluem-se as redes de comunicação e as instituições.

Pela importância que as redes assumem na dinâmica territorial contemporânea, o objetivo geral de nossa pesquisa buscará analisar como ocorrem a configuração territorial, o acesso social as redes de comunicação e o uso nas ações em prol do desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (RS). Para atender ao objetivo geral, segmentamos a nossa pesquisa em três objetivos específicos, que serão relacionados a seguir. A regionalização definida para a pesquisa é a do Corede Vale do Rio Pardo, formada por 23 municípios.

A abordagem teórico-analítica que guiará esse estudo será a fundamentada na Geografia Crítica, abordagem desenvolvida por Milton Santos, a partir da década de 1970, que se propunha, em diferentes fases, a entender e a interpretar a realidade a partir do estudo do espaço, do meio técnico-científico-informacional e do território usado, fazendo essa aproximação entre duas áreas tão importantes para a sociedade, que são a comunicação e a geografia.

A dissertação se constitui de três capítulos, além da introdução. O capítulo 2 apresenta os fundamentos teóricos que darão sustentação para a pesquisa, através do conceito de território, numa perspectiva de território usado, que dialoga com os estudos sobre as redes e a comunicação e o desenvolvimento.

Já no capítulo 3 buscaremos atender ao primeiro objetivo específico dessa pesquisa, analisando como se apresentam a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação na região do Vale do Rio Pardo, a partir da rede técnica de suporte: internet e telefonia móvel, e da rede técnica de serviços: jornal, rádio e televisão. A pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa e, nessa etapa, nos valem de pesquisa bibliográfica, com respaldo teórico nas geografias da comunicação e consulta nos sistemas de dados da Teleco, Anatel, Adjori/RS e ADI/RS. O detalhamento do procedimento metodológico se encontra no tópico 3.3 dessa dissertação.

Tendo ciência de que no desenvolvimento regional os atores e os processos são fundamentais, uma vez que são esses que dão, ou não, dinamicidade a um território, buscaremos, no capítulo 4, atender ao segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa,

verificando como as instituições de desenvolvimento regional se valem da mídia para difundir as suas informações, bem como, compreender como essas instituições percebem o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional. Para responder a esses dois objetivos nos valem de pesquisa documental e entrevistas com 12 atores regionais, entre lideranças e técnicos, conforme especificado no tópico 4.3 dessa dissertação.

As instituições escolhidas para o escopo da pesquisa foram duas associações de municípios e dois consórcios públicos intermunicipais, que juntos, abrangem os municípios do Corede/VRP, são elas: AMVARP, AMCSERRA, CISVALE e CI/JACUÍ. A escolha dessas instituições se deve pelo fato de terem uma atuação multissetorial, abrangendo várias áreas na escala regional. Essas instituições resultam do processo de regionalização que se institui a partir da ideia de descentralização do Estado, sendo uma forma de criar possibilidades de ampliar o poder e o alcance de grupos que representam a força política da região, o que pode ser um meio de realizar ações efetivas de desenvolvimento, tornando as políticas para o interior do Estado mais acessíveis.

As associações de municípios, com uma atuação mais política e de articulação no território, a fim de “formular diretrizes no movimento municipalista regional, tendo por meta a descentralização político-administrativa da União e do Estado em favor da municipalidade” e com a finalidade de “proporcionar assessoria político-administrativa, para encaminhamento de soluções aos problemas regionais e específicos de cada município associado (estatutos AMVARP e AMCSERRA, *on-line*).

E os consórcios públicos intermunicipais, com um viés de execução de políticas públicas no território, e atuação multifuncional. Dentre as finalidades do CI/JACUÍ está a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de múltiplas políticas públicas, a partir de ações e políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico local e regional. E a relação da mídia com a instituição se verifica dentre as competências do secretário, de “realizar as atividades de relações públicas, constituindo um elo do consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação”, além de propor um “Plano Anual e Marketing Institucional, a fim de viabilizar a ampla divulgação das ações desenvolvidas pelo consórcio em prol das comunidades beneficiadas” (estatuto CI/JACUÍ, *on-line*).

E no CISVALE, entre as suas finalidades consta a realização de interesses comuns dos entes consorciados na implementação de múltiplas políticas públicas, buscando [...] eficiência e supremacia do interesse público em prol do desenvolvimento e integração regional. Nas finalidades específicas, versa “aprimorar os sistemas de telecomunicações vinculados as novas tecnologias, e serviços urbanos” e nas competências deliberar sobre o “Plano Anual de

atividades, inclusive Marketing Institucional”. E, obedecendo o princípio da publicidade, dotará como meio oficial de divulgação de seus atos, o mural e o *site* oficial do Consórcio (estatuto CISVALE, *on-line*).

No escopo dos documentos que configuram e regem essas instituições regionais evidencia-se, em diversos artigos e incisos, a relação existente entre a questão do regional e a comunicação. Elas interagem e ao mesmo tempo se complementam, pela importância que a comunicação exerce, tanto no diálogo entre os municípios, quanto das instituições que assumem essa função de integração regional com a sociedade. E aqui avalizamos o conceito de desenvolvimento regional proposto por Etges (2001), que pode ser resumido como um processo de construção, amparado na potencialização de capacidades endógenas de um território, o que significa desenvolver-se a partir de suas próprias características e relações.

Nesse intuito, vamos buscar compreender as relações e as características que se assentam entre a comunicação e as instituições, ao qual se propõe o último capítulo da dissertação. A configuração, o acesso, e usos em prol do desenvolvimento regional serão analisados, inicialmente a partir do levantamento da espacialidade das redes de comunicação no território, para na sequência discorrer sobre a percepção e os usos que são feitos pelas instituições regionais.

Desmistificando a ideia de que basta ter infraestrutura e acesso, para se ter um uso adequado e fomento ao desenvolvimento regional, lembramos de Peruzzo (2014) que considera que a comunicação para o desenvolvimento deva levar em conta a promoção de práticas de cidadania e de transformação social, sem o qual, ela não se realiza. Assim, destacando os pressupostos entre comunicação e desenvolvimento, no território do Vale do Rio Pardo, avançaremos na reflexão de quais estruturas e usos da comunicação seriam favoráveis para o desenvolvimento regional.

2 RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, REDES DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Na ciência regional, o aprofundamento teórico sobre o conceito de território está em permanente processo de reflexão, uma vez que ele tem um conteúdo social, cuja mudança e processos são constantes. É fundamental ter esse olhar atento para o território, como um espaço geográfico historicizado e que é usado por um povo ou nação, mas, sobretudo, por atores sociais e instituições, cujas ações repercutem diretamente sobre o território. Essa perspectiva, reflete, por vezes, uma atuação em rede, que pode ser tanto institucional, organizacional ou até mesmo social, o que na prática pode implicar a potencialização ou exclusão, promovendo a ordem ou a desordem de um dado território. As redes, de forma isolada, não têm operacionalidade, no entanto elas, sendo animadas por dinâmicas que vão desde a perspectiva local até a global, operam de forma tangível. Pensar esses conceitos numa dimensão relacional e buscar compreender as implicações para a região e para as pessoas que nela vivem serão proposições desta pesquisa.

Assim, estruturamos o presente capítulo em três tópicos: no primeiro, trataremos o conceito de território, por meio de diferentes abordagens, e sua relação com o desenvolvimento, buscando compreendê-lo numa perspectiva de território usado, ou praticado, tal como proposto por Santos (1994); no segundo tópico abordaremos o conceito de redes, fazendo uma aproximação com o objeto desta pesquisa, que são as redes de comunicação² na relação com a dinâmica territorial e com o desenvolvimento regional. Soma-se a essa etapa, uma linha do tempo acerca da inserção das redes de telecomunicações no Brasil, desde o período estatal até a privatização do setor. E, no último tópico, abordaremos os elementos históricos que fazem a aproximação teórica entre comunicação e desenvolvimento.

² Nesta pesquisa, o termo “redes de comunicação” refere-se tanto à presença de uma infraestrutura no território, quanto aos serviços que ela permite que se realizem, ou seja, as redes técnicas de suporte, redes técnicas de serviços e meios de comunicação. Esta pesquisa tem como um dos seus objetivos analisar como se apresenta a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação na região do Vale do Rio Pardo (RS), com base em dados sobre a internet, telefonia móvel, rádio, jornal e televisão.

2.1 O território no contexto dos atores sociais e instituições

O olhar para o desenvolvimento a partir do território começou a ganhar espaço nas ciências sociais a partir do século XX, com variadas interpretações. Um dos ativos do território, que é a sociedade que o constitui, promove essa interação, à medida em que nele encontramos espaços que são urbanizados e ruralizados, centros e periferias, sistemas produtivos, recursos e capacidades, tudo isso assentado em materialidade e heterogeneidade. Dessa forma, um território é composto por espaços materiais socialmente construídos, pelos lugares e pelas relações de proximidade em que se estabelecem modos de organização coletiva dotados de características sociais próprias (REIS, 2019).

O território, porém, também é formado por sistemas físicos naturais, por infraestrutura de conectividade e pela representação institucional de cada um de seus componentes relevantes, além da representação política do conjunto das diferentes áreas e instituições que o compõem. Para Reis (2019), as aglomerações populacionais e produtivas, os bens naturais, a paisagem e seus elementos, as relações intraterritoriais, inclusive com outros territórios, os atores e instituições são, portanto, os recursos que compõem um território. E, no centro de tudo, estão as pessoas, que se relacionam e formam comunidades em diferentes escalas.

No caso específico de políticas públicas pensadas para um território, ou seja, as suas relações com o desenvolvimento, dirá Reis (2019) que se deveriam considerar as cidades e os sistemas urbanos que se estruturam e as formas de vida material. Além disso, acrescentamos ser importante levar em conta os sistemas rurais ou a porção rural do território, pois a soma desse conjunto de usos e atividades que ocorre tanto no urbano, quanto no rural, geram valor, renda, empregos e diversas formas de acesso ao bem-estar da população. Com isso, a capacidade dinâmica de um território estaria atrelada à forma como os recursos se apresentam e interagem em seu conjunto, sendo a soma desses componentes a espinha dorsal, que constitui um território.

A compreensão de que a abordagem do território não deveria ser setorial (fragmentada, dividida por áreas), mas que abrangesse a soma de todas as áreas, processos e relações no conjunto, é tanto compartilhada por Reis (2019), quanto por Flores (2006). Como exemplo, lembramos o território na perspectiva do desenvolvimento rural, que deve englobar a totalidade, desde a produção, até a comercialização, o turismo, a pobreza, o êxodo rural, a migração, entre outros fatores. Flores (2006) percebe como um obstáculo a ser enfrentado o confronto existente entre políticas setoriais e políticas territoriais, para uma perspectiva de êxito de propostas de desenvolvimento territorial. Além de instrumentos mais adequados para o apoio a estratégias voltadas ao território, existem, segundo o autor, distintas compreensões da própria definição de território, bem como daquilo que sejam estratégias territoriais.

Partindo da mesma percepção, Reis (2019) constata que o desenvolvimento territorial implica processos que assumam os recursos de um território, que mobilizem, articulem e qualifiquem localmente, tendo em vista relações econômicas devidamente estruturadas. Um território é um lugar de desenvolvimento na medida em que “seja uma sede de organização de vida material e um lugar não confinado a si mesmo ou relacionado com o exterior através de formas não recíprocas” (REIS, 2019, p. 6). Compreendemos, dessa forma, que as bases de uma relação entre território e desenvolvimento terão de ser, historicamente, os seus próprios recursos.

Considerando que os recursos próprios de um território são essenciais para o seu desenvolvimento, o contrário também é algo presente, quando o enxergamos como um lugar onde se reproduzem apenas processos externos, do qual ele não seja sujeito. Assim, o território será simplesmente objeto. E, aqui, Reis (2019) faz novamente referência às políticas públicas para fomentar processos de desenvolvimento, uma vez que o território, sendo objeto, será destinatário de políticas redistributivas ou assistenciais, o que Flores (2006) chamou de políticas setoriais, mas, jamais, de políticas territoriais – dando destaque ao fato de os recursos terem uma inserção em materialidades concretas e precisas que os qualifica e potencializa.

Flores (2006) percebe o território como um espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, a partir de iniciativas da própria sociedade, como movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades privadas e políticas públicas. Essas ações, conforme dissemos anteriormente, revelam problemas que confrontam políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento.

O autor considera a identidade cultural no território como base para estratégias de desenvolvimento e compartilha do pensamento de diferentes teóricos (estado da arte), com distintas perspectivas de abordagem sobre o território. Em Raffestin (1993), observa-se a relação entre o espaço e o território, sendo o espaço relacionado ao patrimônio natural existente numa região, e o território incorporaria a apropriação do espaço pela ação de diferentes atores.

Já Tizon (1995) imprime um sentido antropológico ao território, referindo-se a ele como ambiente de vida, de ação, de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade. Abramovay (1998) faz uma abordagem que se aproxima da sociologia do desenvolvimento, trazendo a ideia de território a partir de uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Em Pecqueur (2005), temos uma abordagem dos processos de desenvolvimento territorial analisados a partir de dois sentidos de território: dado e construído. O primeiro seria aquele estabelecido por decisão político-administrativa, num processo *top down* de decisão, cujo interesse, normalmente, é o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida. E o segundo seria o resultante de um processo de construção pelos atores, que não é postulado. O que significa que ele não existe em todo lugar. Podem-se encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios.

Para esse teórico francês, identificar e valorizar o potencial de um território é o grande desafio posto para as estratégias de desenvolvimento lograrem êxito. O autor apresenta os principais fundamentos de um modelo de desenvolvimento territorial apoiado num sistema local de atores, o que ele chama de território construído. Inicialmente, ele percebe que o desenvolvimento do território está diretamente ligado a políticas públicas adequadas, a partir do estímulo e mobilização de atores, sendo que essa construção só pode ser concebida com uma dinâmica, inserida num tempo, o que permitiria aos atores dos territórios reorganizarem a economia local, frente ao crescimento das concorrências na escala mundial.

Outro aspecto destacado pelo autor diz respeito ao mecanismo da territorialização que tem como base transformar recursos em ativos, a busca por recursos próprios ao território, procurando uma diferenciação de produtos, ao invés de seguir a concorrência por produtos padronizados. Esse fenômeno se manifesta não só no campo do mercado como também da reciprocidade. Nessa configuração, o desenvolvimento territorial designa todo o processo de “mobilização dos atores que leve a elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Além disso, Reis (2002) entende que o território não pode apenas ser considerado como uma variável econômica, mas, sobretudo, ele precisa ser interpretado, à luz da avaliação do seu papel na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas. Para o autor, a compreensão passa por questionamentos como, por exemplo, a razão pela qual determinadas dinâmicas ou *déficits* são gerados em determinados territórios, em detrimento a outros.

Nesse processo, o teórico considera que duas abordagens são centrais, a interrogação sobre a genealogia e a mobilidade do território. Esta última considera o território como suporte de localizações, local de recepção, enquanto a primeira é mais forte e exige uma resposta mais profunda, pois atribui ao território, a ele próprio, um papel ativo, uma ação interveniente dos processos que se pretende analisar, o que exige, para ele, uma epistemologia do território. Pressupondo proximidade, comportamentos relacionais e práticas desencadeadas a partir desses espaços e, acima de tudo, é preciso dar conta de responder aos questionamentos sobre o seu papel e lugar nas dinâmicas territoriais. O autor atribuiu ao território um conjunto de “interações, atores, poderes, capacidades, iniciativas, uma condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) sociais” (REIS, 2002, p. 3).

As transformações nos territórios se intensificaram no século XX, sobretudo com o desenvolvimento do capitalismo, impulsionado pelo surgimento do sistema de produção, mais conhecido como fordismo. Esse regime de acumulação capitalista instituiu um modelo de linhas de produção, decorrente da necessidade de utilização ampla de recursos e produção em larga escala, com o objetivo de atender a um consumo em massa, configurando-se, assim, em uma nova relação de trabalho, de dependência, de exploração e de economia.

Harvey (1992) apresenta um amplo estudo sobre as transformações políticas e econômicas do capitalismo no final do século XX, e, sobre o sistema de produção fordista, destaca que “Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo” (HARVEY, 1992, p. 122). Esse regime de acumulação, que teve início em 1914, foi marcado pela jornada de trabalho de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros.

A intenção era fazer com que o trabalhador tivesse a disciplina necessária para a operação de linha de montagem de alta produtividade. O propósito também era dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos em massa que as empresas fabricavam em quantidades cada vez maiores. Nesse período, a industrialização era o sinônimo de desenvolvimento.

A partir de 1980, no período pós-fordista, houve a transição para o regime de acumulação flexível, cuja característica não era mais a produção em massa, mas sim a produção para aquilo que tivesse demanda. Esse ciclo foi marcado por uma maior versatilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e bens de consumo. Harvey (1992, p. 140) descreve o período pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Nessa fase, surgem novidades nos setores de produção, fornecimento de serviços financeiros, mercados e taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. “A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual” (HARVEY, 1992, p. 140), promovendo, inclusive, o movimento do emprego no chamado “setor de serviços”.

Essas transformações que ocorreram nas forças produtivas e nas relações sociais tiveram implicações no desenvolvimento dos territórios. Conforme Cidade, Vargas e Jatobá (2008) com a reestruturação da economia mundial em direção à acumulação flexível, algumas regularidades começaram a se modificar, refletindo em consequências sobre o desenvolvimento econômico e sobre a dinâmica espacial de diferentes países, com destaque para a intensificação do papel das redes.

Esse período foi marcado pela emergência do capital financeiro e pela competitividade, apoiados pela aceleração das transformações no campo da tecnologia e flexibilidade nos métodos de produção e gestão. Nos territórios, o reflexo ocorreu a partir de restrições impostas aos Estados para investimentos públicos, além de um mercado de trabalho excludente, e as desigualdades, assim, se manifestaram em níveis sociais, econômicos, ambientais e espaciais, o que trouxe mudanças significativas na organização do território.

Nessa fase, configurou-se, conforme Cidade, Vargas e Jatobá (2008, p. 15), “um cenário no qual forças internas e externas atuavam sobre o Estado” que apresentou limitações para a tomada de decisões sobre o seu território, garantindo a implementação e a manutenção de uma malha territorial em consonância com os requisitos de acumulação. Outra característica desse período foi a função das redes territoriais servis, baseada em interesses nacionais e internacionais, voltados para a consolidação de áreas produtivas em atividade e para a incorporação de novas áreas ao modelo dominante.

Com a nova divisão internacional do trabalho as empresas se deslocaram de seus países e passaram a ocupar os territórios, formando redes e, na maioria das vezes, gerando um distanciamento de uma relação mais obrigatória com os territórios, movidas por ações sem responsabilidade social e, dessa forma, desorganizando-os tanto socialmente quanto moralmente. Além dessa característica, marcaram o período preocupações com o meio ambiente, qualidade de vida, tendo o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH³ como indicador, e com a questão da diversidade.

Nesse contexto histórico, baseado no modelo de produção capitalista, é que a globalização avança. Diante desse processo, Pecqueur (2009) chama a atenção para o paradoxo na relação entre espaço e produção, observado a partir da violência dos deslocamentos de empresas em busca de espaços onde os custos de produção são mais favoráveis. “Esta tendência parece confirmar o fenômeno de adensamento da rede de interdependências financeiras e comerciais envolvendo nações e regiões” (PECQUEUR, 2009, p. 79) e, nessa perspectiva de uma dinâmica homogeneizadora, aponta, com preocupação, para uma visão de mundo em que as particularidades seriam eliminadas.

Essa preocupação também é manifestada por Santos (2019), que se dedica a uma reflexão sobre a globalização manifestada de forma perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão de espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de um modelo de gestão comandado pelas empresas. O autor faz críticas à globalização, à medida que ela se utiliza de recursos da humanidade de forma perversa, servindo a um número limitado de empresas e instituições. Pecqueur (2009, p. 93) faz uma avaliação sobre o período e mostra o quanto ele causa desordem no uso do território:

A realidade da globalização é hoje mais complexa do que a exclusiva invasão dos mercados por fornecedores de horizontes longínquos, assegurando uma ampliação do espaço comum de trocas no cenário mundial [...]. Em outras palavras, os Estados-Nação estão sendo enfraquecidos e o quadro de trocas está tornando-se sem dificuldades, mundializado. Vemos as empresas multinacionais (com uma nacionalidade de origem) serem substituídas por firmas transnacionais “apátridas”, cujas lógicas escapam aos Estados, e mais ainda aos habitantes do planeta, mesmo

³ O economista Amartya Kumar Sen nasceu em Santiniketan, na Índia, em 1933, e um de seus maiores feitos científicos diz respeito ao índice criado em parceria com o paquistanês Mahbub ul Haq na década de 1990. Esse índice, nomeado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sugere uma nova maneira de medir o desenvolvimento dos países, considerando não apenas os fatores econômicos, mas também os sociais. O índice vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual. Fonte: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

sendo a mão-de-obra consumidora. Além disso, a conquista da espiral fordista apoiou-se, precisamente, no fato de que os trabalhadores também são consumidores e detêm a capacidade, por meio de um poder de compra mais elevado, de absorver a sua própria produção.

Buscando compreender as diversas manifestações que se dão no território, como a exemplificada acima, Santos (2017) assinala que as características da sociedade e do espaço geográfico estão em relação com um estado determinado de técnicas. Assim, o conhecimento dos sistemas técnicos é fundamental para o entendimento das diferentes formas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios. “Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade” (SANTOS, 2017, p. 171), entendendo que a principal forma de relação entre o homem e a natureza é a técnica. O teórico brasileiro define a história do meio geográfico em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

O primeiro período é marcado, conforme Santos e Silveira (2006, p. 27), “por tempos lentos da natureza comandando as ações humanas”. A unidade era dada pela natureza, em que o homem procurava se adaptar a esse sistema. A segunda fase é a dos diversos meios técnicos, que aos poucos buscou atenuar a natureza. O período foi marcado pela incorporação das máquinas ao território, como ferrovias, portos e telégrafos, pela mecanização e industrialização, promovendo uma integração entre território e mercado.

E o terceiro grande período é conhecido pelo meio técnico-científico-informacional, que, em âmbito global e no Brasil, a partir dos anos 70, caracterizou-se pela revolução das telecomunicações. Santos (2017, p. 238) descreve nesse período uma “profunda interação da ciência e da técnica”, ancoradas pelo mercado global. Para o teórico brasileiro, os objetos técnicos tendem a ser também informacionais, pela intencionalidade da sua produção e localização. “A ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS, 2017, p. 238).

Nesse aspecto, a informação não está presente somente nos objetos técnicos e nos elementos que formam o espaço, como também ela se apresenta necessária à ação realizada sobre esses elementos. “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 2017, p. 239). Para o autor, é nesse momento que os espaços são requalificados e atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, cultura e política, sendo incorporados às novas correntes mundiais. “O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização” (SANTOS, 2017, p. 239).

Uma das maneiras de manifestação desse meio no território é a partir de técnicas de apreensão dos fenômenos que ocorrem na superfície do planeta terra. Como exemplos, citamos as fotografias por satélite, os radares meteorológicos, instrumentos que aperfeiçoam o conhecimento das leis da natureza física e que prestam informações para a implementação de atividades sociais e econômicas. No entanto, as porções do território que são instrumentalizadas exercem vantagens em relação àquelas desprovidas desses recursos de conhecimento. Dessa forma, conforme Santos (2017, p. 243), “uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território”.

É nessa perspectiva, em que os territórios são equipados para facilitar a circulação da informação, por exemplo, que ganha força o conceito de território usado, quando Santos (1994, p. 15) diz que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Complementando, ele diz que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1994, p. 16).

A categoria de análise, portanto, é o território usado, e nesse espaço podemos enxergar novos recortes, a que Santos (1994) denomina de horizontalidades e verticalidades⁴. Quando o autor trata de território usado, refere-se ao contexto de grupos sociais diversos, e com isso, ele toma emprestado de François Perroux a ideia de espaço banal⁵, sinônimo de um território para todos: as empresas, as instituições, as pessoas, sendo um espaço das vivências e não apenas dos agentes hegemônicos da política e da economia, independentemente do tamanho e do poder de cada um.

O espaço banal, porém, se opõe à noção de redes. Santos (1994) entende que as redes de alguma forma justificam a expressão da verticalidade, e que, além das redes, antes e depois delas, existe o espaço banal, que é o espaço de todos, uma vez que as redes constituem apenas “uma parte do espaço e o espaço de alguns” dirá Santos (1994, p. 16), fazendo referência à seletividade que elas promovem no território.

⁴ “As horizontalidades serão os domínios de contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1994, p. 16).

⁵ “Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. Todos os agentes são de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados” (SANTOS, 2019, p. 109).

No entanto, essa concepção na relação entre rede e território, proposta por Santos (1994), expressa uma percepção de análise, já que ele faz referência tão somente à rede técnica presente no território. Silveira (2018) dirá que essa interrelação assume distintas dimensões, características e significados, que podem condicionar, promover e influenciar os processos de desenvolvimento regional, permitindo assim, outras formas de análise e compreensão acerca dessa relação. Esse estudioso se apoia em autores como Painter (2009) e Haesbaert (2002, 2004), que fazem uma reflexão a partir do campo da geografia, em que ambos apresentam perspectivas de abordagem dessa relação, que oferece várias interpretações, desde uma falsa dicotomia ou possível interrelação entre redes e território.

A rede não cria um espaço dual, mas pode contribuir para a formação de desigualdades no território. Assim é preciso ter presente o fato de que a rede, ao ligar pontos e lugares, é tanto um fator de solidariedade, coesão e integração regional quanto de transgressão, de desordem e de exclusão dos territórios, que opõem sua lógica funcional às malhas institucionais (OFFNER e PUMAIN, 1996 citado por SILVEIRA, 2018). Nesse aspecto, a relação entre redes e território pode ser pensada a partir de uma dimensão relacional e interdependente, sobretudo quando a proposta é analisar processos de desenvolvimento regional, ou seja, desmistificando a ideia de que eles são opostos, separados e se negam.

O uso do território, como um espaço formado por diferentes atores sociais e instituições, é acionado, conforme Santos (2017), por dois mecanismos: a tecnosfera e a psicofera. A tecnosfera compreende a quantidade de técnica, ciência e informação, agregada ao território como complementar, como continente das infraestruturas. Formada por objetos, ela agiliza a infraestrutura a serviço da produção. Aqui, enxergamos, por exemplo, um sistema de rede de fibra ótica, ou então uma rede de computadores, atendendo a uma área de produção intensiva. O grande produto que agita a tecnosfera são as tecnologias da informação.

Observamos que essa infraestrutura formada por objetos, como as fibras óticas, os satélites, as torres de transmissão, as rodovias, as hidrelétricas, entre outros possibilitam fluxos, uma circulação material e imaterial numa escala global e numa velocidade cada vez maiores. No entanto, esses fluxos são desiguais, eles estão concentrados em “nós” especialmente em centros capitalistas. Parece-nos que a estrutura e a dinâmica capitalista vão demandar e construir essa infraestrutura, dotada de racionalidade e construída com uma certa intencionalidade.

A tese de doutorado de Jurado da Silva (2015) mostra a distribuição no território das redes técnicas de suporte no Brasil e confirma a análise acima. No caso da TV por assinatura, ela se insere no contexto da globalização capitalista como livre ação de corporações internacionais em um mercado segmentando e voltado para as classes com maior poder

aquisitivo. Em sua pesquisa, Jurado da Silva destacou que as grandes corporações globais de comunicação mantêm acordos de cooperação e de ação com empresas que atuam regionalmente e localmente, fortalecendo, dessa forma, as suas estratégias de penetração espacial e ampliação de lucros.

No caso específico da TV por assinatura, objeto de pesquisa do autor, ele constatou que essas estratégias usadas pelas corporações incluem a difusão de diferentes canais, pela possibilidade de operarem em distintas prestadoras de serviços, na forma de “redes-suporte” que, conseqüentemente, dão apoio aos serviços ofertados pelas companhias. A pesquisa mostrou que, em setembro de 2012, eram 15,4 milhões de assinantes de TV por assinatura no Brasil, já em 1993 esse número não chegava a 1 milhão, demonstrando assim a evolução⁶ que esse segmento teve nas duas últimas décadas.

Já quanto à distribuição dos assinantes de TV paga no Brasil⁷, o Estado que desponta é São Paulo. E o Acre apresenta o menor número de assinantes. Quando o autor analisa as operadoras e programadoras no território brasileiro, evidencia-se a concentração do segmento no Estado de São Paulo, com destaque para a região metropolitana de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro na região Sudeste; Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre na região Sul; Brasília no Centro-Oeste e as capitais Aracajú e Salvador na região Nordeste.

A geografia produzida no “contexto da internet contém a desigualdade e a seletividade”, conforme Jurado da Silva (2015, p. 162). Dados da pesquisa TIC Provedores (2012) mostravam que 35% dos domicílios possuem computadores e apenas 27% têm acesso à rede mundial de computadores, o que demonstra uma lacuna entre a posse do computador e o acesso à internet, evidenciando que o Brasil está distante da universalização do acesso. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2011, assinalou que, no país, são 77,7 milhões de usuários de internet. Atualmente, há que se considerar a crescente participação de dispositivos móveis no acesso à internet, por meio do uso de aparelhos celulares.

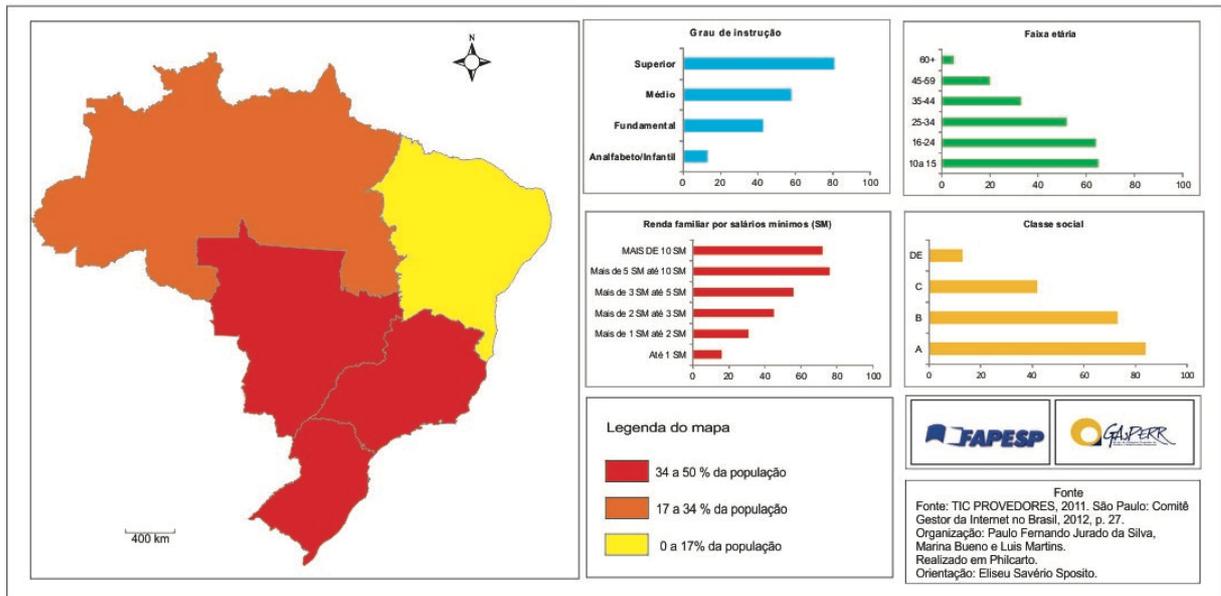
A figura com a proporção de brasileiros, por região, com acesso à internet (base na pesquisa TIC Provedores 2012) foi apresentada pelo autor. A concentração maior de acesso está nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com 34% a 50% da população, seguidas da região Norte, de 17% a 34% e da Nordeste, de 0 a 17%. Contudo, o autor faz um importante alerta quando se analisam dados e classificações estatísticas, já que eles podem mascarar a realidade

⁶ Ver quadro, p. 145. SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Geografia das Telecomunicações no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

⁷ Ver mapa, p. 148. SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Geografia das Telecomunicações no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

empírica, ocultando, muitas vezes, aspectos qualitativos e geográficos do contexto vivido pela sociedade num dado momento.

Figura 1 – Proporção (porcentagem) de brasileiros que acessam a internet por região e gráficos por grau de instrução, faixa etária, renda familiar e classe social, 2010.



Fonte: SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Geografia das Telecomunicações no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 166.

No que se refere à telefonia móvel, a pesquisa mostrou que a distribuição das estações de rádio base no território brasileiro é bastante desigual. A concentração se dá nas grandes capitais do país e na faixa litorânea, perdendo expressividade no interior do território. Nesse cenário, o Estado que mais concentrará esses objetos técnicos será São Paulo, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Já as empresas que concentram maior número de estações de rádio base no território são: CLARO (14.454 estações), VIVO (14.115), OI (13.684) e TIM (12.789), além de outras empresas que possuem patamar inferior a 4.000 estações, como Nextel, CTBC, Sercomtel e Aeiou (Teleco, 2015).

A presença de estações de rádio base está relacionada ao universo populacional que abriga tais objetos, mas também a outros fatores, como relevo, edifícios, vegetação, entretanto o estudo econômico do local é o que atualmente tem maior peso, segundo SILVA; TOLEDO JUNIOR, 2010, p. 6, citado por JURADO DA SILVA, 2015. Como lembra o autor, do ponto de vista do uso do território, as operadoras para instalarem estações, antenas e outros aparatos vinculados à tecnologia celular precisam de diferentes tipos de autorização, retardando o processo de expansão das atividades corporativas no território.

Dados sobre a geografia das comunicações no Brasil podem ser encontrados no denso e bem ilustrado Atlas do Brasil – Disparidades e Dinâmicas do Território (2018), em que os autores Théry e Mello (2018) analisam os fenômenos do movimento (bens, mercadorias, pessoas, cultura e informação) nos capítulos sobre as dinâmicas populacionais (migrações) e urbanas (atrações culturais) e sobre as redes de transportes, energia e informação. O panorama das disparidades e dinâmicas territoriais existentes no país é apresentando com um capítulo destinado às redes, entre elas a de informação. O modo de organização do território, de acordo com os autores, é cada vez mais reticular, o que evidencia o papel das redes de telecomunicações, cuja análise de dados e mapas debruçou-se na difusão por satélite, os fluxos aéreos (linhas e tubos), televisão e radiodifusão.

A pesquisa feita em televisão revelou que a rede com maior presença em todo o território nacional é a do Grupo Globo, seguida do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e do Grupo Record. “De acordo com seus objetivos e recursos, essas redes seguem estratégias diferentes: algumas procuram cobrir o máximo do território; outras concentram-se nas zonas de maior densidade” (THÉRY e MELLO, 2018, p. 294). A distribuição espacial desigual da rede técnica de suporte e da tecnosfera, como diz Santos (2017), também condiciona a distribuição desigual dos meios de comunicação.

Analisando o território da mídia⁸ no Brasil, veremos que os dados de uma pesquisa nacional⁹ recente mostram que o país possui áreas que não estão cobertas por conteúdo noticioso, que somente recebem de outros locais, o que demonstra uma hierarquia da notícia, reflexo da distribuição desigual da mídia no território. No documento Atlas da Notícia (fevereiro 2020), consta que foram mapeados os seguintes veículos por mídia: rádio (35,2%), impresso (jornais e revistas 29,4%), *on-line* (25,5%) e televisão (9,7%).

Esse mapeamento indica que 62,6% dos municípios brasileiros se encontram na situação de desertos de notícias, que são aqueles municípios sem veículos jornalísticos, ou seja, sem cobertura significativa da imprensa. Os municípios que apresentam maior risco de desertificação estão situados nos estados brasileiros do Norte e Nordeste. Já os quase desertos de notícias, que são aqueles municípios que possuem um ou dois veículos jornalísticos,

⁸ O termo “mídia” se refere a um conjunto de “meios de comunicação”, de “massa” ou “digitais”, destacados, sobretudo, por se tratar de dispositivos tecnológicos englobados, por vezes, em um âmbito institucional no qual “mídia” ganha também o significado de “empresa de comunicação”. Fonte: SÁ MARTINO, Luis Mauro. Entre mídia e comunicação: origens e modalidades de uma dicotomia nos estudos da área. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 10-28, set./dez. 2016.

⁹ ATLAS DA NOTÍCIA. Os desertos de notícia no Brasil. Disponível em: < <https://www.atlas.jor.br/> >. Acesso em: 05 jul. 2020.

correspondem a 19% dos municípios. Esses dados nos mostram que boa parte da população brasileira está em desertos ou quase desertos de notícias.

O restante é considerado não deserto, que são aqueles municípios que concentram três ou mais veículos, o que corresponde a 19%. A maior proporção se concentra nas grandes capitais, na região Sudeste como o Rio de Janeiro e São Paulo e na região Centro-Oeste com o Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados acima confirmam aquilo que Santos (2017) atribui ao conceito de tecnosfera, quando ele diz que ela se adapta aos mandamentos da produção e que, quando se instala, substitui o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, aderindo ao lugar como se fosse uma prótese. Por outro lado, parece-nos que a intensificação da tecnosfera é a causa central daquilo que denominamos de desigualdades socioespaciais.

Santos (2017, p. 256) diz que a “tecnosfera e psicofera são redutíveis uma à outra”. Considerando que a tecnosfera atende ao modo de produção e relações vigentes, essa produção vai precisar rodar, fazendo com que a circulação das mercadorias gire o mais rápido possível, e, para tanto, é preciso reconfigurar “as mentes” para que elas participem dessa aceleração da circulação. “A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar de produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 2017, p. 256). A psicofera age sobre os sujeitos contemporâneos da modernidade, que são os consumidores, muito vinculada, segundo Santos, para explicar o consumo desarvorado.

Essa interação que se dá por esses dois mecanismos, promovendo, provocando e instituindo o uso do território, para atender às dinâmicas de hoje do modo de produção, é feita pela ciência, pela técnica e pela informação. “Tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território” (SANTOS, 2017, p. 256).

A psicofera para Santos se dá na dimensão do lugar – aqui proposto como espaço do acontecer solidário, espaço da liga de interesses, sejam eles quais forem. A redutibilidade entre tecnosfera e psicofera é um meio muito importante para sugerirmos caminhos para a resistência. O acontecer solidário nada mais é do que a prática política, da confiabilidade entre os atores, da necessidade concreta e real para o fazer político. A partir do conceito de espaço do acontecer solidário, enxergamos possibilidade de desenvolvimento regional.

Milton Santos vai dizer que o lugar é o espaço de resistência da sociedade civil organizada, mas nada impede que possamos estender essa resistência a escalas mais amplas, como é o caso do território regional. Para Santos (1994, p. 19), “é indispensável insistir na

necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)”.

Assim, justamente pelo papel ativo que o território tem no desenvolvimento regional, é que esta pesquisa vai se dedicar sobre o território usado, como categoria, para compreensão da configuração, da distribuição e do acesso social às redes de comunicação e o seu uso, sobretudo, em ações em prol do desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (RS).

Essa abordagem feita por Milton Santos, de que o conhecimento da realidade passa por um olhar atento e analítico do território, com ênfase ao período do meio técnico-científico-informacional, que é produto da Terceira Revolução Industrial, acrescida pela fusão da técnica, da ciência e da informação, permitirá avançar na pesquisa, para um contexto que ganhou escala no território regional, que são as redes de comunicação. Nesse período, o tempo não é mais mecânico e sim instantâneo. O tempo é acelerado nas e pelas redes, conforme veremos a seguir.

2.2 As redes de comunicação no uso do território

O termo redes não é recente, tampouco a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do território. A origem do seu conceito vem da língua francesa (*réseau*), no século XII, do latim *retiolus*, como um conceito ligado à caça, à pesca, aos tecidos, aos cordéis e às cestas. Após cinco séculos, o conceito passa a ser usado na medicina como especificidades do corpo humano. A grande ruptura acontece na segunda metade do século XVIII, quando o conceito de rede não é mais observado somente no corpo humano, mas também como algo que pode ser construído, tornando-se objeto pensado em sua relação com o tempo e o espaço (MUSSO, 2004).

Na academia, a noção de “rede” está presente em várias disciplinas: nas ciências sociais, ela define sistemas de relações (redes sociais, de poder); na física, ela se identifica com a análise dos cristais e dos sistemas desordenados (percolação); na matemática, informática e inteligência artificial, ela define modelos de conexão (teoria dos grafos, cálculos sobre rede, conexãoismo); nas tecnologias, a rede é a estrutura elementar das telecomunicações, dos transportes ou da energia; em economia, ela permite pensar as novas relações entre atores na escala internacional (redes financeiras e comerciais); na biologia, ela se identifica como análise do corpo humano (redes sanguíneas, nervosas e imunológicas).

O uso do termo rede, seja enquanto conceito teórico, utilizado em diversos campos disciplinares, seja enquanto noção empregada pelos atores sociais, acentua não só a sua importância, mas também a sua complexidade. Embora apresente múltiplas definições e

conceituações, Santos (2017) considera a rede sob dois aspectos: o primeiro pela sua realidade material, e o segundo como um dado social.

Na realidade material, estariam contempladas as infraestruturas, fazendo o transporte de matéria, de energia ou de informação, inseridas num território. Mas a rede também é social e política, feita por pessoas, mensagens e valores. Santos (2017) vai dizer que existem três momentos na produção e na vida das redes: um largo período pré-mecânico, um período mecânico intermediário e a fase atual. O período atual a que o teórico se refere é o meio técnico-científico-informacional, que marca o terceiro momento dessa evolução, notadamente quando os suportes das redes se encontram no território, nas forças naturais dominadas pelo homem e elaboradas pela inteligência, contidas em objetos técnicos.

Todas as inovações observadas no mundo desde o século XIX, sejam elas nos transportes ou nas comunicações, segundo Dias (2009), foram fundamentais na história do capitalismo mundial, uma vez que se inseriram e modificaram os espaços nacionais, e, de agora em diante, acrescidos por linhas e redes técnicas¹⁰ que permitiriam maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações. Nesse aspecto, na sua relação com o território, as redes criam um tempo curto pelo rápido transporte de informações que realizam, como se a rede de comunicação adicionasse ao espaço-tempo físico um espaço ampliado a um tempo reduzido (MUSSO, 2004).

Desde o século passado, presenciamos uma aceleração do ritmo de inovação em vários campos, entre eles a união das técnicas de telecomunicações ao tratamento de dados, fazendo com que as redes de telecomunicações adquirissem maior potência, é o caso da internet¹¹, cuja rede de suporte, pela qual circulam os meios, surgiu no Brasil nos anos 1990. Musso (2004, p. 34) chama de “a utopia da associação universal pelas redes de comunicação” pois, ao mesmo tempo em que a internet promove a livre circulação generalizada das informações, sinônimo de

¹⁰ As redes podem ser entendidas tanto como a presença de uma infraestrutura no território quanto pelos serviços que ela permite que se realizem. A presença de infraestruturas, de dispositivos concretos no espaço recebe, entre outras denominações, a de Redes Técnicas (OFFNER, 1996, p. 21). Esse termo pode ser utilizado para nos referirmos a redes de eletricidade, de transporte, de distribuição de água, de gás, entre outras, e não somente para as redes de telecomunicações. Não se refere diretamente aos fluxos, à circulação que ocorre nas redes em geral, mas à presença física de um conjunto de linhas e pontos (TOLEDO JUNIOR, 2003, p. 95).

¹¹ “A criação e o desenvolvimento da internet nas três últimas décadas do século XX foram consequência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural” (CASTELLS, 2018, p. 100). “Em fins da década de 1990, o poder de comunicação da internet, juntamente com os novos progressos em telecomunicações e computação provocaram mais uma mudança tecnológica, dos microcomputadores e dos *mainframes* descentralizados e autônomos a computação universal por meio da interconexão de dispositivos e processamentos de dados, existentes em diversos formatos (CASTELLS, 2018, p. 107).

democracia e transparência na “sociedade de informação”, ela também promove o controle e a vigilância generalizadas.

A internet alterou formatos tradicionais de comunicação, pelo seu caráter digital, interativo, instantâneo, podendo estar do global ao local, encurtando distâncias. Esse espaço de conectividade permite a interlocução de diferentes atores que, mesmo estando distantes, interagem em uma mesma ambiência, sobre outros lugares longínquos. O tempo aqui considerado não é das máquinas e dos instrumentos, mas das ações que os dinamizam, pois são eles que oferecem as possibilidades e os limites (SANTOS, 2017).

A ideia de temporalidade, rápida ou lenta, não necessariamente abrange a totalidade do território, nem a sociedade como um todo, pois são diversos os graus e as modalidades de combinações. Graças à globalização e a seus efeitos locais, diz Santos (2017, p 267) que “os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais”. Tanto o espaço quanto as redes não são homogêneos. Onde as redes existem, elas não são uniformes e, considerando o seu espaço social, existem desigualdades no uso, sendo diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação de seu funcionamento (SANTOS, 2017).

A dinâmica econômica e social na sociedade de informação, cada vez mais organizada em torno de redes, foi objeto de pesquisa de Castells (2018), que buscou compreender os efeitos da tecnologia de informação no mundo contemporâneo. O autor destaca que a presença ou ausência da rede e a sua dinâmica em relação às outras são fontes de dominação e transformação da sociedade, a que ele vai denominar de sociedade em rede. Com a expansão das redes de comunicação, sobretudo a internet, a rede parece desenhar a infraestrutura invisível de uma sociedade, ela mesma pensada como rede, conforme Castells (2018, p. 553) defende em “A sociedade em rede”:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

A análise das redes, sobretudo as de telecomunicações, é um instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial brasileira, porém não abordada de forma isolada, mas sim na sua relação com a urbanização e a ruralização, com a divisão territorial do trabalho, com a dinâmica econômica dos municípios, mensurando a qualidade da infraestrutura e a prestação

do serviço, aferindo os domicílios atendidos, e com a diferenciação crescente que elas introduziram entre os lugares. No Brasil, um dos primeiros estudos de cunho geográfico sobre as telecomunicações, foi a tese elaborada por Leila Dias, em 1991, na França, em que ela interpreta a análise da rede urbana e da informação no Brasil.

Na sequência, emergiram outras abordagens acerca da evolução das infraestruturas de telecomunicações no país, em variados contextos e campos de conhecimento, como é o caso de Brandão (1996) que pesquisou as telecomunicações e a dinâmica regional no Brasil; Novaes (2000) abordou a privatização do setor de telecomunicações no Brasil; e Iozzi (2006) cuja dissertação foi sobre as políticas territoriais das empresas de telecomunicações no país, com enfoque na universalização do serviço de telefonia fixa. E, mais recentemente, Alves (2013) pesquisou as redes de comunicação e o território a partir da formação e organização socioespacial da internet no Brasil.

Há também os pesquisadores na área da comunicação, com trabalhos fundantes nas décadas de 80 e 90, entre os quais Sérgio Capparelli, Othon Jambeiro, Murilo César Oliveira Ramos, César Bolaño, além de outros nomes, mais recentes. Na comunicação, os estudos vão desde mapear e apontar o desenho destas redes, a discussão das políticas públicas, da organização econômica (grupos de comunicação e seu funcionamento em rede), os impactos do conteúdo produzido e gerado em rede, entre outros.

Destacamos novamente a pesquisa realizada por Jurado da Silva (2015) em sua tese de doutorado, que nos mostra que a interpretação das telecomunicações pode ser útil para a compreensão e apreensão das desigualdades e transformações socioespaciais recentes. O autor destaca a importância do uso e da forma como são difundidas as infraestruturas e tecnologias num território, fazendo com que seu componente ativo de ação traga elementos de riqueza ou pobreza a distintas áreas, detectando as contradições presentes nessa lógica.

Tendo como objetivo da pesquisa relacionar o estudo das telecomunicações no Brasil, no esforço de compreender geograficamente três pilares de sustentação da sociedade informacional: a telefonia celular, a internet e a televisão por assinatura, no uso do território, o autor identificou que as condições de acesso ainda são bastante desiguais, expondo assim uma topologia geográfica irregular, na distribuição do serviço, bem como no uso corporativo, derivado da ação territorial das companhias que exploram o setor.

Considerado a aceleração do ritmo de inovações em que se deu o campo das telecomunicações, buscaremos contextualizar a inserção do Brasil na conjuntura científica e tecnológica, trazendo os principais acontecimentos do período, numa perspectiva da

implantação das redes de telecomunicação¹² no país, em que o Estado e mercado desempenharam um papel central nessa formação.

No Brasil, as redes de telecomunicações indicaram uma intervenção direta do Estado, a partir de um projeto nacional de aquisição e de domínio tecnológico, com novos desenhos institucional, espacial e industrial. O início do século XX foi um período de investimentos e incorporação do progresso técnico no país, iniciando pela telefonia¹³ com rede de cabos subterrâneos na capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Já entre as décadas de 1940 e 1950, o país vivenciou uma estagnação no investimento de redes de telecomunicações, reflexo da Segunda Guerra Mundial, que inviabilizou a importação dos equipamentos e, conforme Dias (1996), a prioridade do governo de Juscelino Kubitschek foi dada ao transporte rodoviário. O país, na década de 1960, foi definido pela implantação da política industrial e, no segmento das telecomunicações, o período foi marcado pelo surgimento da Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL e do Ministério das Telecomunicações.

Nesse aspecto, evidenciamos uma pesquisa desenvolvida por Santos e Carniello (2013), que investigou as condições históricas e políticas de desenvolvimento do sistema nacional de telecomunicações e seus efeitos sobre a expansão do mercado publicitário no país na década de 60. Os resultados apontaram para o fato de que a política de telecomunicações nacional desse período favoreceu as condições necessárias à expansão dos meios de comunicação, e, por conseguinte, foi estratégico para a consolidação do mercado publicitário no Brasil. Essa relação entre meios e mercados é comprovada e permanente, e se evidencia no processo histórico das telecomunicações no Brasil.

Mais tarde, em 1972, o setor passou por uma reestruturação que culminou na criação das Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, cujo objetivo foi de coordenar as ações da EMBRATEL e das companhias telefônicas estaduais e definir as políticas de pesquisa e desenvolvimento no setor. Com isso, as primeiras ações da Telebrás foram voltadas ao fortalecimento do controle nacional sobre a produção de equipamentos de telecomunicações e, nesse cenário, ocorreu a expansão do mercado interno brasileiro, com o surgimento de várias

¹² Rede de telecomunicações 1. (Dec 97057/88) conjunto operacional contínuo de circuitos e equipamentos de telecomunicações. 2. (Resolução 40/98, Resolução 85/98) conjunto operacional contínuo de circuitos e equipamentos, incluindo funções de transmissão, comutação, multiplexação ou quaisquer outras indispensáveis à operação de serviço de telecomunicações. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/legislacao/glossario?catid=18>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

¹³ Ver também: UEDA, Vanda. Dinâmica do Território em Redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul. In: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L. da. *Redes, Sociedades e Territórios*, 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 157-176.

empresas. Segundo Brandão (1996), o avanço geográfico das telecomunicações nesse período refletia uma grande concentração regional e de renda no país, uma vez que o maior percentual de comunicações telefônicas era feito nas regiões sul e leste, ficando as demais regiões do país com um percentual pífio ou até mesmo inexistente desse serviço.

Questões acerca das diversidades regionais e fomento às propostas de políticas descentralizadoras entraram em pauta na virada da década de 70 (Brandão, 1996). No caso da política de telecomunicações, essa discussão foi inserida no debate da “questão regional”, sendo que vários documentos do setor destacavam, conforme o autor, o recorte geográfico necessário ao tratamento adequado da oferta de infraestrutura no país. A tarefa a que se propunha era desafiadora, visto que naquela ocasião metade dos municípios não eram atendidos por telefonia, por exemplo, o que demonstrou um padrão de desigualdade, que, em muitos casos, permanece até os dias de hoje.

Mais tarde, a Telebrás instalou, em Campinas, um centro de pesquisa e desenvolvimento, que foi responsável pelo surgimento de tecnologias de ponta, como programas de comunicação por satélite, de transmissão digital e de comunicação ótica, resultando na convergência tecnológica de diferentes setores, telecomunicações e informática. “O papel do Estado, nesse sentido, foi fundamental para a modernização industrial, especialmente na ação de equipar o território, condição essencial para a realização do modelo brasileiro” (DIAS, 1996, p. 123).

Conforme Dias (1996), a rede passou a integrar virtualmente todos os municípios em 1985, no entanto essa evolução apontou para um quadro desigual, tanto de acessos quanto do crescimento dos diferentes serviços. Perdura uma diferenciação entre os serviços de telecomunicações e as redes de suporte, que compõem a infraestrutura: a rede de comunicação é constituída e necessita de uma rede técnica de suporte, como satélite, fibra ótica, antenas de transmissão, por exemplo, que permitem o encaminhamento e o direcionamento dos fluxos; de outra parte, os serviços de comunicação são oferecidos a partir dessa infraestrutura, que são as redes de serviços, como a TV, a internet, o jornal, o rádio, o telefone, entre outros (DIAS, 1996).

A implantação das redes técnicas de suporte se concretizou no território brasileiro em 1985, quando todos os municípios do país estavam integrados à rede suporte de telecomunicações, com a chegada do satélite. O Brasil, na ocasião, lançou os seus próprios satélites – BRASILSAT I e BRASILSAT II. Já na década de 1990, o sistema ganhou novas proporções com investimentos em fibra ótica e tecnologia digital. Esse conjunto de redes de suporte permitiu, na sequência, a diversificação de usos e o fornecimento de diferentes redes de serviços.

No entanto, Dias (1996) atenta para o fato de que nesse movimento de expansão, boa parte da população ficou à margem dessas tecnologias, excluída do processo de modernização, não conseguindo acessar esses serviços, o que revelou uma sociedade desigual e heterogênea. Para a autora, a exclusão social e a valorização econômica e espacial são idênticas, e constituem as duas faces do modelo brasileiro. “Os investimentos que privilegiaram as redes de transmissão de dados atenderam, antes de tudo, as exigências de poderosas organizações nacionais e internacionais, financeiras e industriais” (DIAS, 1996, p. 128).

Dessa forma, as redes eletrônicas constituem um dos elementos fundamentais de um novo modelo de gestão e regulação econômica, resultado das regras ditadas pela globalização dos mercados. Indicam, também, que a seletividade econômica acompanhou a seletividade espacial, na medida em que abrangem os agentes mais importantes, as redes integram desigualmente os territórios, com prevalência na lógica econômica de mercado preexistente.

O processo de reestruturação do sistema brasileiro de telecomunicações foi marcado a partir da quebra no monopólio estatal, em 1995, houve uma reestruturação econômica, estrutural e, sobretudo, regulatória do setor, e com a sua privatização anos depois. Essa mudança na natureza dos agentes prestadores de serviços de telecomunicações, antes estatais e depois privados, apresentou algumas implicações. Conforme estudo feito por Iozzi (2006), relativo à expansão do número de linhas telefônicas, não significava que essas linhas estavam sendo utilizadas pela população, até porque o uso do serviço era condicionado ao pagamento de altas tarifas, o que impossibilitou o acesso de boa parte da população, que não dispunha de recursos econômicos suficientes para arcar com tais custos.

Esse foi um exemplo claro de que o “Estado concede o oferecimento de um serviço básico para agentes privados e se exime do planejamento de um segmento estratégico” (IOZZI, 2006, p. 13). Dessa forma, é perceptível a desigualdade, considerando que o Estado deveria se comprometer com a totalidade do território e não o faz, e os agentes privados buscando o lucro, mostrando o lado perverso desse processo.

Percebe-se em muitos casos de privatizações de serviços públicos, que ocorre uma substituição de uma política territorial de Estado, por uma política territorial de empresas, cujas implicações repercutem diretamente no território, uma vez que as empresas, condicionadas pelos níveis de competitividade exigidos para o mercado, não têm compromisso algum com os lugares, as regiões, os territórios e tampouco com a sociedade na qual essas estruturas e compartimentos estão instalados.

Com a privatização das telecomunicações brasileiras, em 1998, as antigas empresas estatais de telecomunicação que formavam o sistema Telebrás, nesse período já privatizado,

seguem a lógica dos mercados para implantar as suas redes de serviços (TOLEDO JUNIOR, 2003). O autor destaca que um novo modelo de regulação começou a ser implantado em 1995, com a aprovação da emenda constitucional que flexibilizou o monopólio estatal de telecomunicação, estabelecendo critérios para a concessão ao setor privado de “serviços restritos e de elevado valor adicionado”, ainda não explorado.

Esse pacote contemplava a banda B de telefonia celular, serviços via satélite, *trunking*, *paging* e outros tantos que possibilitavam a constituição de redes corporativas, acrescido à Lei Geral das Telecomunicações¹⁴, que estabelecia os princípios do novo modelo. A privatização das telecomunicações contribuiu de forma decisiva para o aumento da quantidade de infraestrutura no território para esse fim, e, no caso das empresas de telecomunicação no território brasileiro, fica evidente a influência que o espaço geográfico exerce nas políticas de investimento, tendo suas atividades centradas em lugares com maior densidade técnica, econômica e populacional (JURADO DA SILVA, 2015).

Com o avanço da informatização da sociedade brasileira, Gomes (2003) dirá que o espaço geográfico irá recriar dinâmicas no âmbito da produção econômica e social, contudo, paralelo à distribuição dos novos sistemas de objetos técnicos pelo território, novas tendências de uso social podem ser verificadas, impondo suas questões. Os processos de concentração territorial e social apontam as contradições, com favorecimento a agentes hegemônicos do processo de globalização em curso:

O acesso a telefonia básica é um dos indicadores dessa situação desigual que se concretiza historicamente em todo o país. Mas não são menos reveladoras dessa realidade de privilégios e descasos da explosão da telefonia celular, a expansão notável do uso de sistemas de comunicação e dados, dos satélites e das mais atuais constituições técnicas de acesso a uso da informação. Proporções crescentes de localidades atendidas em meio urbano e rural se apresentam registradas paralelamente as manifestações de um uso corporativo e, ao mesmo tempo, de um uso precário, um uso contrastante segundo as regiões, um uso subordinado a intenções as mais incongruentes (GOMES, 2003, p. 71).

Com o novo modelo de regulação e com a privatização das telecomunicações, Leal (2004) destaca outro aspecto a partir do ambiente regulatório a ser considerado, com a possibilidade de instauração de um controle social que permitisse ao público participar ativamente do setor como agente regulador, para além do Estado e do mercado, interferindo

¹⁴ A Lei Geral das Telecomunicações, n. 9.472, de 16.7.1997, estabeleceu os princípios do novo modelo institucional do setor, criando e difundindo o papel da Anatel, os princípios do novo modelo tarifário, do Plano de Outorgas e Concessões e das diretrizes para a modelagem e venda de empresas estatais (TOLEDO JUNIOR, 2003, p. 97).

nos processos normativos coordenados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel¹⁵, o que ela chama de “espaços de atuação cidadã”.

Na pesquisa realizada pela autora, ela identificou que tanto as Consultas quanto as Audiências Públicas promovidas pela agência são esferas fundamentalmente ocupadas por grupos de interesse que representam a lógica dos interesses econômicos particulares, formado por organizações empresariais, cuja visão é corporativista, que ocupam esses espaços em função de suas expectativas particulares. Nas análises documentais, ela constatou que a participação do usuário-cidadão é mínima e tímida e que isso se deve ao fato da maioria das pessoas não terem acesso a informações e conhecimentos que habilitem a fazer parte de um processo decisório.

Leal (2004) chama a atenção para a importância do equilíbrio no exercício do controle de prestação de serviços públicos referentes ao setor de telecomunicações que contemple as esferas pública estatal, pública social e privada, visando o processo de descentralização operacional e normativa regulatória do setor. “Na visão do governo, a formulação de políticas públicas não deve ficar descentralizada, mas o que pode ser objeto de controle social é a forma de execução dos serviços públicos” (LEAL, 2004, p. 129), o que demonstra que o controle social sobre o que está sendo executado pelas operadoras de telecomunicações e decidido no âmbito da Anatel não é uma expressão absoluta de democracia.

A importância da descentralização de políticas públicas e de um maior envolvimento e participação dos atores sociais nos processos decisórios se revela de fundamental importância para o desenvolvimento dos territórios. Recentemente, a professora Tânia Bacelar de Araújo (2020)¹⁶ proferiu uma palestra abordando o tema do desenvolvimento e a questão regional no Brasil hoje, em que ela faz algumas reflexões, especialmente sobre a agenda do país pós pandemia da Covid-19. A economista prevê mudanças nos padrões e na percepção de consumo supérfluo, um debate mais aprofundado sobre a questão ambiental e climática, a agressão a florestas, e na própria economia a partir da concentração de renda.

Nesse cenário, a questão regional dialoga com um projeto de futuro para o Brasil, de médio a longo prazo, que requeira um posicionamento estratégico frente a um mundo que está em ebulição. Na percepção de Araújo (2020), o posicionamento de prioridades deve abranger:

¹⁵ ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações é a primeira agência reguladora a ser instalada no Brasil, criada pela Lei 9.472, de 16.07.1997, cuja atribuição é a regulação das telecomunicações. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

¹⁶Ciclo de seminário *on-line*: Economia, Trabalho e Proteção Social em Tempos de Crise. Palestra: Desenvolvimento e a questão regional no Brasil hoje. Professora Tânia Bacelar de Araújo UFPE-Ceplan. Canal IE UNICAMP *Youtube*. Acesso em: 25 jun. 2020.

a ciência, a tecnologia e a educação; uma infraestrutura de energias limpas e renováveis; novas infraestruturas em telecomunicações, em tempos em que se prioriza a circulação de dados e imagens, além de pessoas e mercadorias.

No entanto, ela nos chama a atenção para o fato de que a leitura do regional em escalas locais requer cuidado para evitar uma fonte de exclusão social, que é a exclusão digital, ciente de que a infraestrutura de telecomunicações¹⁷ e os serviços ofertados não chegam a todos os brasileiros, seja por uma questão de posicionamento estratégico de mercados, seja pelo déficit financeiro das famílias, em especial a inexistência ou deficiência da internet em localidades pequenas e ambientes rurais.

A economista entende que os desafios futuros devem vir acompanhados por uma leitura da regionalidade, emergindo de uma nova era de políticas regionais, mas agora pensadas em múltiplas escalas: da nacional à macrorregional, da sub-regional à local, envolvendo os múltiplos agentes, além da rede de universidades espalhadas Brasil a dentro, que são profundas conhecedoras da realidade do país, do Estado e de regiões, mas alerta: “a questão regional deve ser tratada na partida e não com políticas compensatórias”. Por fim, ela destaca que a agenda do Brasil do século XXI deve abranger uma integração produtiva do país, do terciário, da era digital, das novas atividades econômicas e dos ecossistemas inovativos.

Nesse contexto, esse conjunto de transformações, que caracterizam as mudanças colocadas em curso por meio da Terceira Revolução Industrial, e o papel que as redes de comunicação assumem em todo o território nacional mostram-se como tema central para a agenda de desenvolvimento do país. Toledo Junior (2003) também previu essa notoriedade ao dizer que, se considerarmos a importância da informação e da fluidez para a compreensão do meio técnico-científico-informacional, veremos que são poucos os estudos sobre telecomunicações e território brasileiros.

Dessa forma, considerando a importância da temática das redes de comunicação para a compreensão das desigualdades socioespaciais presentes no território, nas diversas escalas em que elas podem ocorrer, e para uma melhor compreensão da dinâmica econômica e social da região, é necessário recorrer a pesquisas em comunicação e desenvolvimento¹⁸, pois, conforme

¹⁷ Na contramão daquilo que ocorre em praticamente todo o território nacional, Araújo (2020) destaca o projeto Cinturão Digital do Nordeste, que oferece apoio a provedores locais daquele estado a se instalarem no território, ofertando o serviço à população. Disponível em: <<http://antigo.sudene.gov.br/prdne/eixos-estrategicos-e-macroprojetos/comunicacao-digital>> e <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/cinturao-digital-expande-chance-de-negocios-e-gera-inclusao-1.1895879>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

¹⁸ Ver FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. In: SILVEIRA, R.L.L. da; DEPONTI, C.M. (org.). *Desenvolvimento Regional: processos, políticas e transformações territoriais*. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2020. p.215-238.

Toledo Junior (2003), mesmo não sendo um fator determinante do desenvolvimento de certas atividades, frequentemente é uma característica fundamental para que elas ocorram.

Partindo desse viés, avançaremos no próximo tópico fazendo uma contextualização entre comunicação e desenvolvimento, trazendo elementos históricos dessa relação, através de abordagens clássicas e contemporâneas, desde o modelo difusionista (comunicação instrumental) até o participativo, que prima por um desenvolvimento endógeno, valorizando as iniciativas e a diversidade presentes num dado território.

2.3 As relações históricas da Comunicação e do Desenvolvimento

O campo de pesquisa em comunicação e desenvolvimento teve como precursor o americano Wilbur Schramm, que publicou, em 1970, com o apoio das Nações Unidas e da Unesco, uma obra vinculada a estratégias desenvolvimentistas com o intuito de interpretar a função social dos meios de comunicação na sociedade num contexto de comunicação de massa. Em “Comunicação de Massa e Desenvolvimento”, ele analisou o papel dos veículos de massa na promoção do desenvolvimento nacional, o que contrasta com o período atual, cujo cenário midiático é fundamentado na comunicação digital estruturada em rede (MAIA, SANTOS, CARNIELLO, 2015).

Para melhor compreender esse campo de estudos em suas diferentes fases vamos tomar como base o estudo feito por Servaes (2000), que define as teorias de desenvolvimento a partir de três paradigmas: da modernização, da dependência e da multiplicidade. Além disso, o autor apresenta dois modelos de comunicação para o desenvolvimento: o difusionista e o participativo.

O paradigma da modernização surge num contexto pós Segunda Guerra Mundial, cuja ideia de desenvolvimento partia da necessidade de modernização das sociedades vistas como atrasadas ou subdesenvolvidas, tendo como parâmetro países desenvolvidos, “as sociedades ocidentais desenvolvidas ou modernas foram consideradas as metas finais que se esforçaram para alcançar as sociedades menos desenvolvidas” (SERVAES, 2000, p. 8).

Conforme Servaes (2000), o paradigma da modernização tinha como pressuposto superar os obstáculos e as barreiras que eram encontradas nas sociedades tradicionais, sendo que esses “limites” ao desenvolvimento seriam superados por alguns mecanismos, como: “demonstração” na lógica em que o mundo em desenvolvimento está em constante atualização; a “fusão” que seria a integração de diferentes métodos modernos; a “compreensão” que menciona conclusão da tarefa de desenvolvimento num tempo menor em relação ao mundo

desenvolvido; a “prevenção” que seria o aprendizado dos erros cometidos pelos países desenvolvidos; e, por fim, a “adaptação” das práticas modernas ao meio ambiente e às culturas locais.

Todo esse panorama de modernização gerou consequências, como massivas transferências de capital, ideologia e tecnologia, equivalente ao Plano Marshall ou à Revolução Verde em escala mundial e, conforme Servaes (2000, p. 10), “as medidas de progresso foram o Produto Interno Bruto (PIB), a alfabetização, a urbanização e outras similares, todas baseadas em critérios quantificáveis”. O paradigma da modernização pressupunha, de acordo com Peruzzo (2014), que as nações tidas como subdesenvolvidas fizessem o mesmo caminho que os países ricos para alcançarem o desenvolvimento, no entanto esse fato não considerava as culturas e demais especificidades das condições locais.

A tônica desse paradigma incluía difundir no mercado as grandes corporações multinacionais, para expansão do monopólio capitalista por meio de transferências de tecnologia, produtos e serviços (PERUZZO, 2014), cujo desenvolvimento era definido como crescimento econômico. No Brasil, essa concepção de desenvolvimento foi introduzida nos anos 1960 e assimilada pelo Estado que investiu na infraestrutura das comunicações, de telecomunicações, precursoras das infovias (conjunto de linhas digitais por onde trafegam os dados das redes eletrônicas). Para a autora, esse modelo continua vigente até hoje no país, representado pelo interesse do capital internacional e o nacional a ele associado, voltado à expansão econômica, concentração de riquezas e extração de recursos naturais.

Diferente da teoria da modernização, a teoria da dependência emergiu teoricamente da convergência de duas tradições intelectuais: o neomarxismo ou estruturalismo e outra que tem origem no amplo debate sobre desenvolvimento formado na tradição da Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe (CEPAL), tendo origem na América Latina nos anos 1960. De acordo com Servaes (2000), Paul Baran é considerado o precursor dessa teoria, defendendo a tese de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos inter-relacionados, ou seja, são dois lados da mesma moeda.

Na perspectiva de Baran a continuidade da dependência imperialista após o fim do período colonial é assegurada pela reprodução das estruturas políticas e socioeconômicas da periferia, conforme interesses dos centros de poder (SERVAES, 2000). Essa seria a principal causa do atraso crônico dos países em desenvolvimento, tendo em vista o interesse do capitalismo internacional, que é impedir ou desacelerar e controlar o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos. Servaes (2000) explica, porém, que existem

distintos posicionamentos de teóricos da dependência, alguns mais vinculados a variáveis econômicas, outros consideram fatores sociais e políticos.

Independente disso, aponta Servaes (2000) que há um unânime entendimento de que a situação básica da dependência causa atraso e exploração para alguns países, já que nações dominantes exercem um predomínio sobre os países que são dependentes de tecnologia, comércio, capital e sistema sociopolítico. A dependência é baseada em uma divisão internacional do trabalho, na qual o desenvolvimento industrial se concentra em alguns países, sendo restringido em outras nações, cujo crescimento é condicionado e sujeito aos poderosos centros do mundo.

O paradigma da dependência, para Peruzzo (2014, p. 167), aponta para a necessidade da autodeterminação política, econômica e cultural das nações, uma vez que “identifica relações de cumplicidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento”. A autora lembra que, no Brasil, uma contribuição expressiva para a compreensão dessa problemática foi a de Celso Furtado, economista brasileiro, que faz a seguinte reflexão: “o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte de desenvolvimento” (FURTADO 1973, apud PERUZZO, 2014, p. 167).

Servaes (2000) diz que, numa perspectiva comunicacional, a teoria da dependência é caracterizada por uma abordagem global, por uma ênfase a fatores externos e contradições regionais, uma polarização entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, uma interpretação subjetiva da história e um método analítico orientado para a economia. Fatores financeiros e endividamento dificultaram a atuação autônoma de muitos países e, como resultado, tentativas de formular políticas nacionais integrais e coerentes de comunicação falharam, devido à resistência frente aos interesses da mídia nacional e internacional. Servaes (2000) conclui dizendo que a teoria da dependência aponta as causas do desenvolvimento, mas não fornece maneiras de superar o subdesenvolvimento.

E o terceiro paradigma, o da multiplicidade, incorpora os princípios estabelecidos pela Fundação Dag Hammarskjold, na Suécia, e o Movimento Político Verde, na Alemanha, que propõem um “outro desenvolvimento”, aquele que é gerado para a satisfação de necessidades, começando pela erradicação da pobreza, um desenvolvimento que seja endógeno e autônomo e que esteja em harmonia com o meio ambiente (SERVAES, 2000). O autor diz que a ideia central é de que não haja padrão de desenvolvimento que seja universal, mas que ele seja concebido como processo integral, multidimensional e dialético, que pode diferir de uma sociedade para outra.

Servaes (2000) identifica seis critérios essenciais do “outro desenvolvimento”, baseado nos seguintes princípios: que leve em conta as necessidades básicas; que seja endógeno; que seja auto-confiável; que esteja integrado à ecologia; que se baseie numa democracia participativa; e que favoreça mudanças estruturais requeridas nas relações sociais, nas atividades econômicas e em sua distribuição espacial. No caso do desenvolvimento participativo, Peruzzo (2014, p. 169) nos lembra que é estratégia a longo prazo, cujas bases dependem de construção conjunta complexa:

Mas algumas premissas são fundamentais para nortear este novo modelo de desenvolvimento: ele não é só uma questão econômica, de progresso ou de aumento de renda, mas tem a ver com participação, integração, sustentabilidade e igualdade, no sentido de proporcionar retorno dos benefícios a todas as pessoas. E deve ser participativo porque pressupõe a participação ativa da população local como sujeito e, portanto, interferindo, decidindo e se auto-organizado, sem medo de exigir e encontrar saídas coletivas de superação dos antagonismos de classe.

Uma vez conceituadas as teorias de desenvolvimento, conforme classificação estipulada por Servaes (2000), abordaremos, de forma breve, as teorias da comunicação para o desenvolvimento, que, conforme Peruzzo (2018), estão historicamente inter-relacionadas com os interesses políticos e econômicos das classes no exercício do poder. Servaes (2000) classificou dois grandes modelos da comunicação para o desenvolvimento: o difusionista e o participativo.

Os principais expoentes da teoria da difusão são Wilbur Schramm, Everett M. Rogers e Daniel Lerner. Com enfoque na modernização, as teorias da comunicação para o desenvolvimento nascem comprometidas com a ideia da difusão de inovações e com o incentivo a mudanças de hábitos. No contexto do paradigma da modernização, que corresponde ao modelo difusionista, concebe-se a comunicação como transferência de informação e os efeitos dela sobre os receptores numa relação linear e unilateral.

Como aponta Rogers (1986 apud Servaes, 2000, p. 15), um dos principais líderes da teoria da difusão, a comunicação, nessa linha, implica basicamente “transferir inovações tecnológicas das agências de desenvolvimento para as suas audiências, e criar uma predisposição para a mudança através da obtenção de um clima de modernização entre os membros do público”. Nessa teoria, evidencia-se a orientação para uma comunicação vertical e difusionista.

Assim, preconiza-se o uso da comunicação interpessoal e massiva como vetores de difusão de inovações com vistas à modernização das sociedades tidas como atrasadas, como inclusão de tecnologias e mudanças de hábitos culturais. Nesse cenário, os meios de

comunicação estimulam, direta e indiretamente, a mobilidade e o desenvolvimento econômico, eles eram os “motivadores” e “mobilizadores” para a mudança e para a modernização (SERVAES, p. 19, 2000).

A partir dos anos 1970, o modelo difusionista de comunicação recebeu críticas por seu papel instrumental no quadro econômico, político, cultural e ideológico e pelas contradições geradas na América Latina e em outras partes do mundo (PERUZZO, 2014). Estudos sobre fluxo unidirecional de informações que culminaram em algumas publicações, entre elas a “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação” intensificou os estudos e as práticas de comunicação chamadas de horizontal, popular, participativa ou alternativa. Na década de 1990, emergiram propostas baseadas em novos enfoques que derivam na comunicação para o desenvolvimento sustentável. No entanto, conforme explica Peruzzo (2014), essa denominação não é unânime na produção científica da América Latina que incorporou outros termos como comunicação para a cidadania, para a mudança social ou então transformação social.

Independente da terminologia a ser adotada, Peruzzo (2014) explica que essas denominações expressam a busca de um distanciamento das propostas da comunicação para o desenvolvimento baseadas nos paradigmas da modernização. Os meios de comunicação convencionais, públicos ou privados, caracterizados como meios de comunicação de massa, até os atuais meios digitais corporativos, sempre expressaram, em sua agenda pública, os paradigmas da modernização predominantes nos dias de hoje, conclui Peruzzo (2014).

Na sua maioria, esses meios estão comprometidos com interesses do grande capital, de forma direta, como unidade de produção, ou indireta, ao representar os interesses políticos e ideológicos dos grandes grupos econômicos e político-partidários. E, para a autora, a contra-agenda das organizações da sociedade civil organizada sem fins lucrativos e movimentos sociais populares é omitida ou ganha espaços desfavoráveis neste tipo de mídia.

A comunicação no modelo participativo incorpora os conceitos do esquema emergente de referência da multiplicidade ou outro desenvolvimento, sendo concebida como facilitadora da geração de processos pessoais e grupais de mudança social em que as pessoas são protagonistas e as mais favorecidas pelos benefícios. Servaes (2000) afirma a importância da identidade cultural das comunidades locais, a democratização e a participação em todos os níveis, internacional, nacional, local e individual. Esse modelo aponta para uma estratégia não apenas inclusiva, mas amplamente originada nos “receptores” da comunicação. Essa perspectiva é adotada por Paulo Freire que faz referência ao direito das pessoas de se expressarem individual e coletivamente.

Peruzzo (2014) lembra os precursores dessa temática na área da comunicação na América Latina e cita Luiz Ramiro Beltrán, Mário Kaplún, Rafael Roncagliolo, Juan Diaz Bordenave, Daniel Pietro Castillo, Juan Sumavia, Fernando Reyes Mata, José Marques de Melo, entre outros, que inspiraram novos estudos e o fortalecimento da pesquisa em comunicação nessa linha crítico-transformadora. Nesse modelo, a questão central passa a ser a premência dos processos e o fato de os meios de comunicação se colocarem a serviço da cidadania, que é construída pelas pessoas na sua interação com as demais forças construtivas da sociedade.

Servaes (2000, p. 21) define a importância da participação no processo de tomada de decisões para o desenvolvimento, uma vez que implica “compartilhar a informação, o conhecimento, a confiança, o compromisso e uma atitude correta em relação aos projetos de desenvolvimento”. O autor defende que o desenvolvimento e a participação estão intimamente relacionados, ao tempo em que a participação implica uma distribuição mais equitativa do poder econômico e político, o que muitas vezes diminuiu as vantagens de certos grupos, e qualquer mudança estrutural envolve a redistribuição de poder.

Nas áreas da comunicação massiva, muitos especialistas concordam que as mudanças estruturais ocorrem primeiro quando se estabeleceram políticas de comunicação participativa. A comunicação no modelo participativo pressupõe que:

[...] não se tenta criar uma necessidade de informação que logo deva ser difundida, mas bem é necessário divulgar informação para o qual existe uma necessidade. Os especialistas e trabalhadores de desenvolvimento que atendem a esse critério acham que é relevante para o contexto. A ênfase é aplicada a troca de informações ao invés de persuasão dentro do modelo de difusão (SERVAES, 2000, p. 22).

Destacamos duas abordagens principais da comunicação participativa: a primeira é a pedagogia dialógica de Paulo Freire, e a segunda inclui ideias de acesso, participação e autogestão articuladas nos debates da Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura - UNESCO, dos anos 1970. Todos os modelos teóricos apresentados têm suas peculiaridades assim como adeptos na academia, planejadores, organizações e público em geral. No entanto, Felippi (2020, p. 220) adverte que, embora se constate a emergência de um paradigma crítico da comunicação latino-americana em constante atualização, os desequilíbrios permaneceram e se acentuaram nas últimas décadas.

A teoria da modernização que enxerga o desenvolvimento a partir do crescimento econômico percebe que as causas internas podem ser resolvidas com a ajuda tecnológica internacional, e essa ideia é compartilhada por agências de desenvolvimento e governos. Já a

teoria da participação (multiplicidade) busca novos caminhos, dialoga com princípios de desenvolvimento local, sustentável e humano, cujos meios de comunicação devem se colocar em benefício da ampliação da cidadania.

Essa linha de uma comunicação participativa se sobressai em trabalhos de autores como Bordenave (1983, 2012) e Heberlê (2012, 2013) que se propõem a pensar os novos desafios da comunicação e dos comunicadores para o desenvolvimento. Com estudos direcionados à comunicação rural em seu país de origem, o Paraguai, Bordenave (2012) faz uma crítica à forma de atuação de muitos comunicadores para o desenvolvimento, voltada somente à reprodução da informação, com prevalência do antigo conceito produtivista, tecnicista e pouco humano e social do desenvolvimento.

Com pesquisas na comunicação rural, o autor cita a Revolução Verde, que produz uma quantidade enorme de alimentos (grãos) e ao mesmo tempo apresenta uma série de consequências, como o êxodo rural, o esgotamento da terra, a concentração de renda, entre outros. Nesse aspecto, ele questiona a atuação de comunicadores para o desenvolvimento que tem uma carência de criticidade e reflexão frente a essas questões, na busca de alternativas para o contexto, que é mundial, “quem são os comunicadores para o desenvolvimento que analisam os efeitos do êxodo rural, da perda da soberania alimentar, da concentração da propriedade de terra e do monopólio do mercado de sementes?”, questiona (BORDENAVE, 2012, p. 11).

O teórico percebe que questões como o crescimento das exportações de um país importam mais do que a alimentação e nutrição da população, o crescimento do PIB ganha maior relevância em detrimento da destruição da natureza, a falta de educação, saúde e justiça social. Para Bordenave (2012), é central pensarmos num desenvolvimento como algo mais amplo, visto de forma integrada, a partir de um processo de transformação, em que haja mudança não só no sistema produtivo, mas também da cultura e da ética.

Nessa mesma perspectiva, Heberlê (2013) percebe uma carência na discussão sobre a comunicação como um ato social, uma vez que as reflexões se concentram geralmente no funcionamento dos dispositivos comunicacionais na sociedade, forma de operação e consequências (efeito das técnicas). O autor diz que, conseqüentemente, o comportamento dos comunicadores passa a ser esse também, já que eles são treinados para atender a uma visão mais instrumental e linear ao uso intenso das tecnologias. O autor alerta para o fato de que “a comunicação tem dificuldade em enfrentar o seu “social” e não é sua tradição subsidiar a discussão desse conceito para orientar a forma de agir dos comunicadores” (HEBERLÊ, 2013, p. 1). Ele percebe a comunicação para o desenvolvimento da seguinte forma:

A comunicação para o desenvolvimento é uma esfera original de fluxos de informação que se estabelecem com o fim de promover e agilizar o processo de conhecimento e a sua apropriação pela sociedade, com a finalidade de transformar e melhorar as condições de vida dos sujeitos. Neste sentido, o comunicador para o desenvolvimento é também um sujeito social envolvido neste processo, em condições de oferecer suas habilidades de comunicador (HEBERLÊ, 2012, p. 3).

A concentração dos meios de comunicação no Brasil, com foco no lucro e na acumulação de capital, tem reflexos na sociedade e, conforme MAIA, SANTOS, CARNIELLO (2015, p. 2), a “concentração da mídia em grandes grupos privados, a maioria deles diretamente ligados a grupos políticos e religiosos”, e isso talvez nos dê pistas para a compreensão do impacto hoje visto, de forma direta, na democratização da informação, uma vez que veículos com baixo poder de investimento não conseguem competir com os pertencentes a conglomerados da mídia.

Compreender a comunicação apenas como enunciativa, divulgadora, disseminadora ou transferidora, de acordo com Heberlê (2013), faz com que se opere tão somente o seu lado instrumental, e é o que se observa nos dias de hoje, com uma gama de meios e plataformas à disposição. “Há uma espécie de competição por usar as técnicas novas e assim atender as expectativas dessa faceta emergente das operações de interação na sociedade” (HEBERLÊ, 2013, p. 2). Na contramão desse processo concentrador, Bordenave (2012) cita como exemplo a Rádio Comunitária, como um instrumento fundamental da democracia participativa, que surgiu com o propósito de atuação de um serviço público e coletivo.

O pesquisador paraguaio propõe uma reflexão oportuna, a partir de um novo conceito e de uma nova prática do fazer político, entendendo que a participação cidadã não deve ocorrer somente a cada quatro anos, oportunidade em que a população elege seus governantes, o que faz do cidadão, a priori, um expectador passivo, experienciando somente uma democracia representativa (por deputados e senadores, por exemplo). Ao que Bordenave (2012) se refere é a vivência a partir de uma democracia participativa e cita como exemplo a experiência do Orçamento Participativo, em Porto Alegre, nos anos 90, em que a população foi ouvida e pôde participar das decisões oficiais do governo por meio de diferentes canais. O autor entende que é fundamental governo e população fazerem essa transição de uma atual democracia representativa para uma democracia participativa, sem isso, na sua concepção, não há desenvolvimento real.

Quando se fala em democracia participativa, isso implica oportunizar ao cidadão a participação ativa no governo, e essa tarefa também é atribuída aos comunicadores para o desenvolvimento, cuja capacidade deve ser de informar a população sobre o funcionamento do

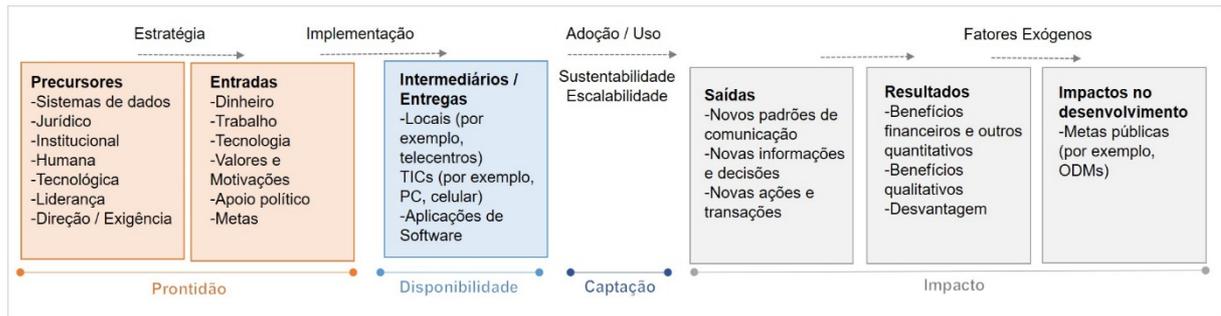
poder público, junto às unidades da federação, sejam elas municipais, estaduais, federais. Aqui também se incluem as instituições regionais, que se localizam na esfera entre o Estado e o município, e que resultam de um processo de regionalização, e se instituem a partir de uma ideia de descentralização do próprio Estado, como é o caso dos Consórcios Intermunicipais de Serviços e das Associações de Municípios.

Nesse aspecto, Bordenave (2012) chama a atenção para uma necessidade de avanços na democracia participativa junto aos entes federados e instituições, no sentido de informar a população para a participação e propor ferramentas para que essa interação de fato ocorra entre a população, governo e instituições, como também, para a relação desses órgãos com as tecnologias de comunicação. O autor considera as tecnologias de informação como uma “arma maravilhosa para mudar o mundo” desde que não se fechem em si, mas sejam usadas como fator de desenvolvimento, sendo esse o grande desafio, pondera o autor. A inclusão digital para o progresso técnico e para a democracia participativa é uma ferramenta de transformação, desde que disponível a todos os cidadãos.

No entanto, o fato de se ter acesso às tecnologias de informação não garante desenvolvimento ao território. Para o pesquisador do Reino Unido, Richard Heeks (2010), apesar dos valores exorbitantes gastos em tecnologias de comunicação e informação (TICs), em diferentes países, eles não necessariamente revertem ou contribuem para o desenvolvimento dos territórios. O autor realizou pesquisas para comparar o crescimento do acesso à internet e telefonia móvel em um país em desenvolvimento e identificou o crescimento vultoso em um intervalo de dez anos (1998 a 2008), em termos de infraestrutura tecnológica, difusão e utilização, no entanto as desigualdades de acesso à localização, idade, sexo e educação não desapareceram.

A infraestrutura e o acesso, para Heeks (2010), são apenas o ponto de partida para compreender a contribuição das TICs para o desenvolvimento, são “*inputs*” (entradas), enquanto a real atenção deverá se voltar para os resultados. Para estabelecer uma relação entre infraestrutura e resultados, o autor apresentou o que ele chama de Cadeia de Valor do ICT4D (Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento), baseada num modelo padrão de *input-process-output* (entrada-processo-saída) para criar uma sequência de recursos e processos TIC4D interligados, que ele divide em quatro domínios: prontidão, disponibilidade, adoção e impacto. Em outras palavras, o pesquisador divide a Cadeia de Valor da Mídia nas etapas de: estrutura, acesso, uso e efeitos para o desenvolvimento.

Figura 2 – Cadeia de Valor da Mídia



Fonte: HEEKS, Richard. “Do information and communication technologies (ICTs) contribute to development?”, 2010. Elaborado e adaptado pela autora (2020).

O autor divide bem essas etapas, de como os meios podem gerar uma cadeia de valores para o desenvolvimento. Ele divide no que chama de prontidão e estrutura, elencando alguns aspectos como sistema de informação, os aspectos legais, normativos e institucionais. Depois ele vai chamar de *inputs*, quais os recursos destinados para isso, quais são as motivações para se abrir um veículo de comunicação em determinado local, a implementação e o acesso (eu tenho onde acessar), para então chegar no uso até o desenvolvimento.

Aqui destacaremos a última etapa, que o autor chama de “fatores exógenos” e subdivide em três fases: as saídas, que seriam atribuídas às mudanças de comportamento em diferentes níveis associadas aos usos da tecnologia; os resultados, fazendo uma relação de custos e benefícios mais amplos associados às tecnologias de comunicação; e por fim os impactos de desenvolvimento, aqui muito relacionados à contribuição das tecnologias de comunicação para os objetivos de desenvolvimento mais amplos, e cita o exemplo de metas públicas, como o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹⁹, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) que contemplava metas para tornar o mundo melhor e mais justo, entre 2000 a 2015. Ao nosso entender, a cada etapa corresponderia uma métrica ou uso de indicadores como forma de avaliar e mensurar todas as fases da Cadeia de Valor da Mídia.

O objetivo aqui não foi o de aprofundar esse modelo teórico proposto pelo autor, mas mostrar a possibilidade de análise de todas as etapas, visto que a difusão das tecnologias de informação e comunicação em países e comunidades de baixa renda tem sido recente e rápida e, conforme Heeks (2010), levando a um cenário diferente de duas décadas atrás, com a internet cada vez mais difundida e a telefonia móvel próxima da ubiquidade. O autor aponta uma relativa

¹⁹ Observar a temporalidade, uma vez que o referido artigo de Heeks foi publicado em 2010. A partir dos ODM, implementados até 2015, surgiram diálogos e negociações que culminaram nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030), por meio de 17 Objetivos e 169 metas, acordados entre 193 países membros da ONU, em setembro de 2015. Disponível em: < <http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

falta de trabalhos e pesquisas sobre esse tema, sobretudo acerca da contribuição e/ou a realidade do impacto das TICs para o desenvolvimento.

Isso posto, entende-se que a comunicação para o desenvolvimento enfrenta barreiras, que vão desde a infraestrutura e o acesso, até os usos que são feitos. Ter infraestrutura e acesso é a primeira barreira a ser enfrentada, mas esses dois componentes não garantem a efetiva promoção do desenvolvimento, sobretudo, do regional. O agir em comunicação para o desenvolvimento, conforme Heberlê (2013), incide em criar estratégias para se observar atentamente a realidade, somente a partir desse exercício livre de percepção dos sinais é que pode ocorrer a interação com os sujeitos sociais. A mudança social começa nesse nível, identificando o que precisa ser feito, na ótica das pessoas que vivenciam as problemáticas, ao perceber os seus problemas reais, criando uma relação de confiança com elas e comprometendo-se com os retornos.

Dessa forma, a comunicação para o desenvolvimento é muito mais condicionada pela ação comportamental dos interagentes em tratar com as mensagens do que pelas habilidades em lidar com os meios e suas técnicas, e, nesse sentido, as atividades de comunicação organizacional ou institucional podem equalizar a sua comunicação com o foco ajustado para o desenvolvimento, qualificando a interação com a sociedade e, assim, facilitar os contatos entre instituições e comunidades, para, constituir-se em fator de desenvolvimento.

Como mencionado anteriormente, na América Latina e no Brasil, a aproximação entre Comunicação e Desenvolvimento se deu entre as três e quatro últimas décadas, em uma conjuntura democrática e de revolução digital. Com a democracia, dirá Felippi (2020), veio a conquista da liberdade de pensamento e expressão; e, com a revolução tecnológica, vieram as redes telemáticas, a digitalização de dados, a convergência tecnológica, o barateamento dos processos produtivos da comunicação mediada e com isso, o maior acesso aos dispositivos tecnológicos. A soma desses fatores permitiu e favoreceu a uma ampliação de meios de comunicação no território e, conseqüentemente, fez com que o acesso à informação estivesse disponível a sociedade. Muito embora o fato de ter acesso à informação não implique garantia de um processo de comunicação²⁰ eficaz.

²⁰ De acordo com WOLTON (2004), existem quatro dimensões que caracterizam a comunicação: o ideal de expressão e de troca, presente na cultura ocidental e na democracia; o conjunto das mídias de massa que, da imprensa, a rádio e a televisão, transformaram as relações entre comunicação e sociedade; o conjunto de novas técnicas de comunicação (informática, telecomunicações, audiovisual) e sua interrelação; e os valores, símbolos e representações que organizam o funcionamento do espaço público das democracias de massa e da comunidade internacional pela informação das mídias, das sondagens, da argumentação e da retórica. “Por comunicação é preciso, pois, entender o conjunto das técnicas, da televisão as novas mídias, e a sua implicação econômica, social e cultural. Mas, também, os valores culturais, as representações, os símbolos ligados ao funcionamento da sociedade aberta e da democracia” (WOLTON, Dominique, 2004, p. 502).

Autores como Felippi (2020) e Carniello e Santos (2013) abordam a importância da Comunicação e Desenvolvimento para os estudos de desenvolvimento regional, apresentando uma pluralidade de possibilidades, assim como diálogos com abordagens teóricas vindas de diversas áreas do conhecimento. Especificamente sobre o desenvolvimento regional, Felippi (2018) destaca que é uma área que importa para as agendas de pesquisa, pelos efeitos da expansão das indústrias culturais, de mídia e de circulação da sua produção no mundo, bem como da ampliação das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais recentes.

Nos reportamos à seguinte conceituação no que tange à Comunicação e ao Desenvolvimento na área do Desenvolvimento Regional:

Subárea que estuda as relações sociais mediadas pela linguagem e cultura que tenham objetivos relacionados ao desenvolvimento. Sua problemática mobiliza tecnicidades, sociabilidades, temporalidades, espacialidades e fluxos. Tem uma perspectiva de intervenção, que toma a comunicação como mobilizadora dos processos sociais com vistas a construção de futuros comuns, articulados pela participação e em ambientes democráticos, buscando a democracia, a equidade, a justiça social e a paz (FELIPPI, 2020, p. 227).

As reflexões sobre as relações entre comunicação e desenvolvimento precisam estar associadas à comunicação digital, tendo em vista o atual contexto de reconfiguração do sistema midiático global em função da tecnologia comunicacional digital, acrescenta Carniello e Santos (2013). Além disso, os estudos sobre desenvolvimento regional demandam uma perspectiva interdisciplinar, que extrapolam a visão somente econômica, sendo que o desenvolvimento nessa perspectiva deve considerar as variáveis históricas que têm relação, não somente com a economia, mas também com a cultura, com o território e com as relações sociais.

Os autores enfatizam alguns aspectos na relação entre comunicação e desenvolvimento, sobretudo por sua representação nos processos de desenvolvimento: a exposição da regionalidade; a funcionalidade do acesso à informação para tomada de decisão; a potencial aproximação da sociedade com o governo por meio do acesso à informação; e a formação de espaços de diálogo públicos da sociedade nas mídias sociais. No entanto, essas possíveis interfaces, e verificando como atualmente está estruturado o sistema midiático, são indissociáveis do modelo capitalista, que preza pelas relações de consumo, assim como ao regime político, uma vez que a mídia exerce influência sobre a opinião pública (CARNIELLO e SANTOS, 2013).

Para Carniello e Santos (2013, p. 338), os fluxos de comunicação estão diretamente relacionados aos processos sociais, “o acesso à informação é um critério importante para se definir como ocorre o processo de desenvolvimento de uma sociedade e sob quais características esse processo se assenta”. Nesse aspecto, a comunicação é uma variável interessante para se investigar o desenvolvimento de uma dada região, situando a sua conjuntura histórica e dinâmica territorial. Nessa perspectiva, avançaremos para o terceiro capítulo da dissertação, inicialmente apresentando a região definida para a pesquisa, que é o Vale do Rio Pardo (RS), trazendo aspectos de sua caracterização sociodemográfica, econômica e cultural.

3 GEOGRAFIA DAS REDES DE COMUNICAÇÃO NO VALE DO RIO PARDO

O terceiro capítulo apresenta o Vale do Rio Pardo (RS), região definida para essa pesquisa, que analisa a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação no “território usado” dessa região, buscado assim, atender ao primeiro objetivo específico. A aproximação entre as áreas da geografia e da comunicação se deu a partir do fundamento teórico das geografias da comunicação, que dialoga com as pesquisas que investigam as formas de organização espacial da mídia e a influência das noções geográficas de espaço, território, lugar e região nas construções discursivas e práticas de comunicação midiaticizada (MOREIRA, 2017). Ainda, será feita uma avaliação de como a região percebe a infraestrutura das redes de comunicação, sob a perspectiva dos Planos Estratégicos Regionais de Desenvolvimento, elaborados há mais de 20 anos, reforçando, dessa maneira, a importância desse estudo para a área do desenvolvimento regional.

3.1 Vale do Rio Pardo: diversidades e particularidades da região

Assim como o território, a região também é um conceito que apresenta vários significados, sendo que ambos incidem sobre o mesmo universo – no caso da geografia, a dimensão espacial da sociedade. Em certo momento, esses conceitos são tratados como sinônimos, mas a distinção entre eles está no fato de que o território tem um foco mais voltado para o campo das práticas, das articulações espaciais e de poder; já a região nos processos gerais de articulação, diferenciação e recorte do espaço (HAESBAERT, 2010). Como abordamos no segundo capítulo, o território é um espaço geográfico delimitado e historicizado, ou seja, marcado pelo uso ao longo da história. Neste espaço temos a presença humana, da natureza, das relações sociais, de poder, das trocas econômicas, culturais, entre outros aspectos. No território há harmonias e tensões, e faz relação com a ocupação de um lugar.

Já o conceito de região adquiriu maior centralidade na geografia, embora usado por cientistas sociais em diversas áreas. A polissemia do termo torna-se muito evidente a partir de concepções extremamente amplas como a de “esfera de domínio de algo” ou de “espaço ocupado por alguma coisa” (HAESBAERT, 2005). Entretanto, o autor percebe a recorrência de uma característica fundamental, a da região como “recorte” espacial em múltiplas escalas. Limonad (2004) vai além ao dizer que a região se constrói a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que, de certa forma, encontram um rebatimento em práticas e processos socioespaciais histórica e geograficamente localizados.

Quando pensamos em região, Haesbaert (2005) nos dirá que é, antes de tudo, pensar nos processos de regionalização – seja priorizando o campo epistemológico, como um procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja numa esfera ontológica, como processo efetivamente vivido e produzido pelos grupos sociais. Neste aspecto, uma regionalização pode ser, entre outros, uma prática de planejamento ou propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território podem apresentar variações em função da finalidade a qual se propõe a atender, como por exemplo, em regiões funcionais.

O autor caracteriza a problemática da região e da regionalização a partir da produção do espaço: pela interação sociedade x natureza; pelas relações sociais concretas, desiguais e contraditórias, que se travam no embate entre múltiplas classes sociais, com especial destaque para o papel das grandes empresas e do Estado, com suas iniciativas de “criação de regiões”; pelo jogo de representações espaciais e ideologias regionais que fomentam o reconhecimento ou mesmo a criação de regiões e movimentos políticos de base territorial-regional (HAESBAERT, 2005).

O fenômeno da regionalização também é versado por Ribeiro (2004), cujo termo se refere, para além da existência de regiões, a capacidade de produzi-las. O que inclui o acionamento de ideologia, com apoio em dados de paisagem, valores culturais compartilhados ou critérios político-científicos que legitimem fronteiras ou limites. A autora nos chama a atenção ao fato de que a problemática da regionalização possui duas faces, que estão conectadas: na primeira regionalizam-se atores, interesses e instituições; na segunda, atores, interesses e instituições reconhecem, valorizam e formalizam regiões. Essas questões evidenciam e propõe uma reflexão sobre a própria compreensão do conceito, junto aos estudos sobre o território.

Recorremos a Corrêa (2005), que dá ênfase à ideia de particularidade, ao dizer que a região surge no território, como um arranjo particular daquilo que compõe a realidade, uma instância particular, isto é, uma mediação entre o universal (os processos globais) e o singular (os lugares), e que, ao mesmo tempo é vivida e compreendida de modo diferente pelos diversos grupos sociais. Dessa forma, a região entendida como uma porção do espaço, que tanto pode ser um recorte administrativo, quanto político, ela se distingue das demais pelas suas características físicas, administrativas, econômicas e políticas. Nesse aspecto, a região se apresenta como um instrumento de análise e campo para desenvolver a nossa pesquisa, cujo recorte espacial vai considerar o Vale do Rio Pardo a partir da divisão geográfica do Conselho

Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - Corede/VRP²¹, que reúne 23 municípios²², cuja sede administrativa fica no município de Santa Cruz do Sul.

No Rio Grande do Sul, o processo de divisão territorial em áreas administrativas teve início a partir das sesmarias e dos núcleos açorianos, sendo que a formação dos municípios no Estado está intimamente ligada à história da sua ocupação. A primeira divisão ocorreu no ano de 1809, separando a então Província de São Pedro em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, *on-line*). Destacamos aqui, o município de Rio Pardo, que no início do século XIX era um dos mais importantes centros militares, comerciais e culturais do sul do Brasil, e que, atualmente, integra a região geográfica do Corede/VRP. Desde então, a divisão foi se intensificando, chegando aos atuais 497 municípios.

Ressaltamos que o conjunto de municípios que compõe esse território regional possui desiguais dimensões espaciais, sendo formado tanto por municípios territorialmente maiores, como é o caso de Encruzilhada do Sul e Rio Pardo, criados ainda no século XIX, quando da ocupação e colonização das terras desta parcela meridional da região por lusos, açorianos e militares luso-brasileiros, assim como, a região também integra municípios com extensão territorial menor, criados no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, resultado do processo de emancipações municipais (PETRY e SILVEIRA, 2017).

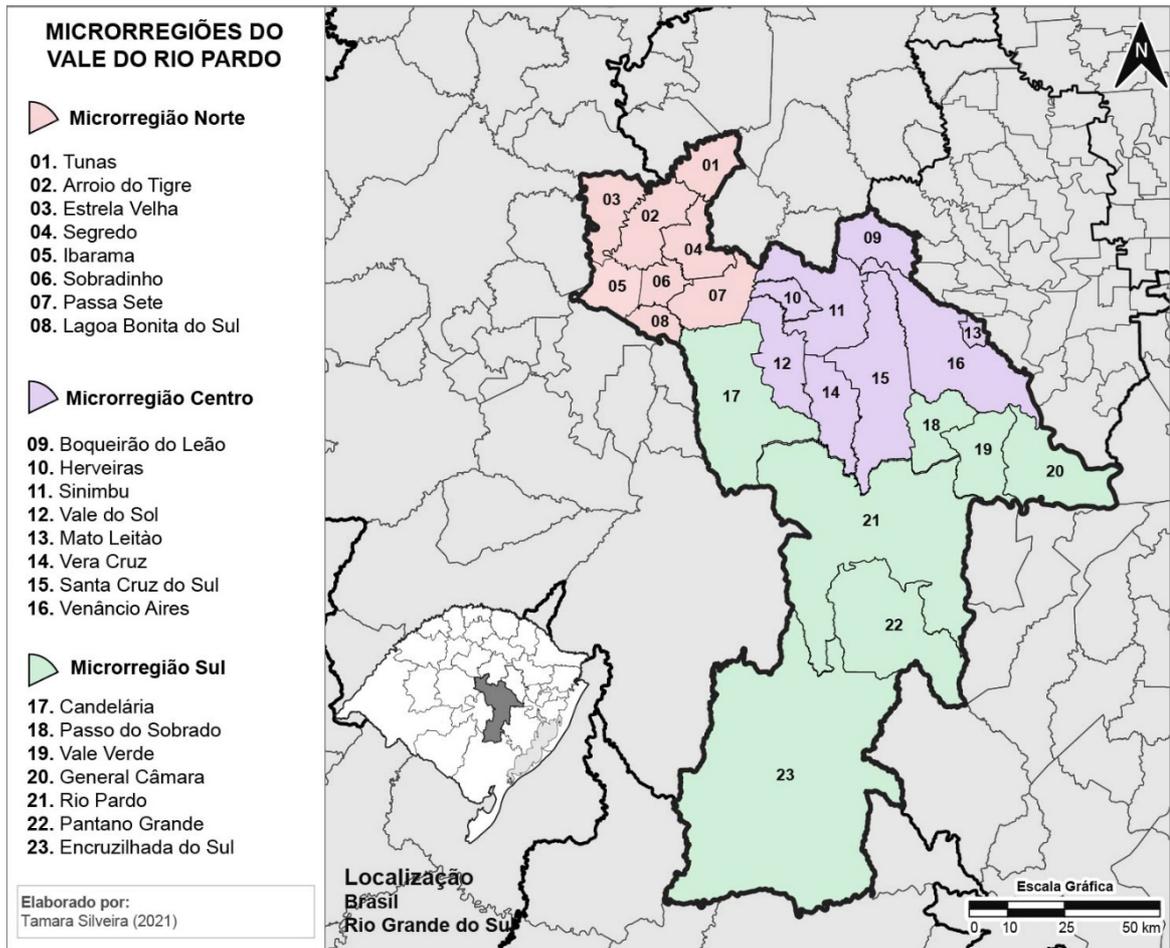
A região do Vale do Rio Pardo²³, definida *a priori* a partir de sua característica física, é geograficamente heterogênea e apresenta significativas diferenças e particularidades. Conforme pesquisa desenvolvida por Klarmann (1999), quando se observa o processo de formação dessa região e suas características socioculturais, políticas e econômicas, pode-se destacar a existência de três microrregiões distintas: a Norte, a Centro e a Sul. Essa regionalização também é utilizada para fins de planejamento do território regional, conforme distribuição espacial dos municípios.

²¹ O Corede/VRP, instalado em 19.12.1991, institucionalizado pela Lei Estadual nº 10.283, de 17.10.1994, pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implantação de políticas e diretrizes que possam promover o desenvolvimento integrado da região e diminuir os desequilíbrios intrarregionais existentes. Disponível em: <www.coredevrp.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2020.

²² Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Disponível em: <www.coredevrp.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2020.

²³ Quando nos referirmos a região do Vale do Rio Pardo ao longo da dissertação, consideramos apenas os municípios do Corede/VRP.

Figura 3 – Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo (RS) e suas microrregiões



Fonte: Tamara Francine da Silveira, 2021.

Como se observa no mapa, os municípios que integram a microrregião Norte estão localizados na região serrana, cuja característica predominante é a da pequena propriedade, com uma agricultura diversificada, que se utiliza da mão de obra familiar para a produção do tabaco em folha (fumo), soja, feijão, milho, pecuária e frutíferas, além de produtos para subsistência familiar, comercializados na própria região (PETRY e SILVEIRA, 2017). No entanto, essa microrregião possui sérios problemas no tocante a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio. Os municípios são de pequeno porte e apresentam baixo índice de urbanização, com grande parte da população vivendo na zona rural. A população é constituída por descendentes alemães, italianos e luso-brasileiros, o que expressa identidade entre seus habitantes. O município de Sobradinho exerce centralidade nesta microrregião.

Já a microrregião Centro é constituída pelo polo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul e municípios vizinhos, como Venâncio Aires e Vera Cruz. Essa microrregião se caracteriza pela presença de multinacionais exportadoras de fumo em folha, o que exerce influência sobre

os espaços urbanos e rurais e eleva o PIB da região. Além disso, existe a presença de minifúndios na área rural, com predomínio da agricultura familiar e iniciativas na produção de alimentos agroecológicos. O município de Santa Cruz do Sul, portanto, exerce centralidade nessa microrregião, que possui um traço herdado da colonização/imigração alemã na região. Importante destacar que a história de Santa Cruz do Sul é estruturada a partir do marco da chegada dos doze primeiros imigrantes em 1849, no entanto, o local não era um vazio histórico e demográfico, pelo contrário, a região possuía relações de sociabilidade com atores sociais, como luso-brasileiros, afrodescendentes, índios e caboclos (SKOLAUDE, 2011).

Tendo como característica principal uma área abrangida por médias e grandes propriedades, o que a diferencia das demais, a microrregião Sul possui predomínio das atividades agropastoris, principalmente dedicadas à pecuária e à orizicultura, e baixa densidade demográfica nas áreas rurais, típica de regiões de latifúndios. A influência étnica é de imigrantes alemães, mas existe o predomínio de uma maior diversidade cultural vinculada à cultura luso-brasileira, o que pode ser observado na formação dos municípios, e suas manifestações sociais e festividades. O município de Rio Pardo, que é o mais antigo da região, se apresenta como polo regional e exerce centralidade nessa microrregião (PETRY e SILVEIRA, 2017).

Conforme estimativa populacional 2020 divulgada pelo IBGE²⁴, o Vale do Rio Pardo possui uma população de 409.431 habitantes, o que representa 3,58% da população do Estado do Rio Grande do Sul. Números divulgados de um estudo feito pela Seplan (2015)²⁵, indicam que 63% residem em áreas urbanas e 37% em áreas rurais. Localizada na região centro-oriental do Rio Grande do Sul, a sua extensão territorial abrange uma área de 13.171,7 quilômetros quadrados e uma densidade demográfica (2010) de 32,7 quilômetro quadrado. O principal centro urbano é Santa Cruz do Sul, com uma população de 118.374 habitantes, seguido de Venâncio Aires com 65.945 habitantes. Os demais municípios dividem-se em grupos com população entre 10 e 50 mil e outro com população inferior a 10 mil habitantes.

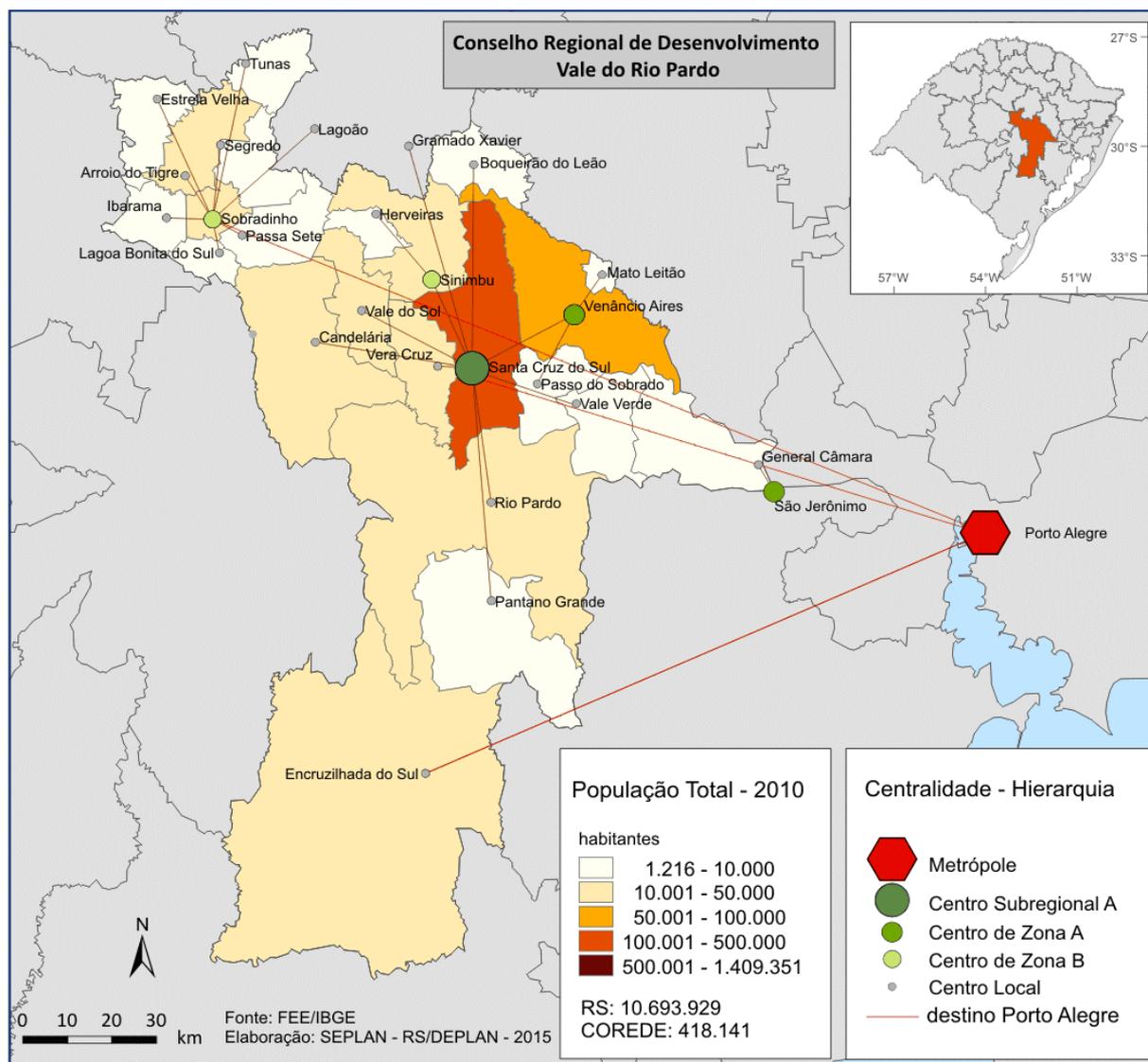
Um estudo do IBGE (2007) sobre as Regiões de Influência das Cidades estabeleceu uma classificação de Centros de Gestão do Território, com base em variáveis identificando níveis de centralidade administrativo, jurídica e econômica, através de análises complementares (dados

²⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso de informações no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, *on-line*. Disponível em: < <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/populacao-absoluta>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

²⁵ O Perfil Socioeconômico Corede Vale do Rio Pardo foi publicado em 2015, por um grupo técnico do Departamento de Planejamento Governamental (Deplan), vinculado à secretaria estadual do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (Seplan), do Rio Grande do Sul, que traz um diagnóstico elaborado a partir de uma base de dados comum a todas as regiões, como subsídio ao processo de planejamento do Estado e dos Coredes. Disponível em: < <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095302-perfis-regionais-2015-vale-do-rio-pardo.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

secundários), bem como diferentes equipamentos e serviços. Baseado nisso, foi definida uma hierarquização, classificada em: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local²⁶. A partir dessa classificação, a região do Vale do Rio Pardo possui um Centro Sub-Regional, que é Santa Cruz do Sul, e três Centros de Zona, que são Venâncio Aires, Sinimbu e Sobradinho e mais dezenove Centros Locais (SEPLAN, 2015), conforme figura a seguir:

Figura 4 – Mapa da hierarquia urbana na região do Corede Vale do Rio Pardo (RS)



Fonte: SEPLAN, 2015

Nessa classificação, consideramos o que Corrêa (1995) estabeleceu por Centro de Gestão do Território, que é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos de

²⁶Regiões de Influência das Cidades, 2007-Hierarquia dos Centros Urbanos, p. 11. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Estado, e, de outro, as sedes das empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço, que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. Assim, o município de Santa Cruz do Sul exerce centralidade e o papel de cidade polo regional, uma vez que concentra as principais sedes e usinas de processamento de tabaco de empresas como a Souza Cruz, a Phillip Morris, a Universal Leaf Tabacos, entre outras. Além de uma gama de empresas de outros segmentos, concentradas, em sua maioria, no Distrito Industrial do município.

Atividades de serviços, como o ensino superior, também são variáveis consideradas, e nessa configuração destacamos a Universidade de Santa Cruz do Sul, a UNISC, com sede em Santa Cruz do Sul, que se constitui em um forte elemento atrativo de impacto social e econômico na região. Em junho de 2020, a UNISC completou 27 anos da conquista do status de universidade, cuja mantenedora é a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc), instituição sem fins lucrativos, integrada por entidades representativas da comunidade: sociedades escolares e religiosas, associações empresariais e profissionais, sindicatos, empresas de comunicação e clubes de serviço. Desde 1993, a UNISC oferece cursos em diversos municípios, com campus em Santa Cruz do Sul, Capão da Canoa, Montenegro, Sobradinho e Venâncio Aires (UNISC, *on-line*).

Em 1994 a UNISC implantava o seu primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o Mestrado em Desenvolvimento Regional que, desde 2005, também oferece Doutorado. Em 2003, a Apesc passou a atuar na área da saúde, com a aquisição do Hospital Santa Cruz, maior estabelecimento de saúde da região. Na área tecnológica enfatizamos o Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo, a Incubadora Tecnológica e o Parque Científico e Tecnológico da UNISC-TECNOUNISC (UNISC, *on-line*). Além da UNISC, a Faculdade Dom Alberto e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) possuem ensino presencial em Santa Cruz do Sul. O município ainda conta com outras quinze universidades, faculdades ou centros na modalidade Polo EAD.²⁷ O território do Corede/VRP possui outras vinte instituições de ensino superior²⁸.

Outra característica importante que lhe concede centralidade, é o conjunto de serviços especializados de saúde e de atividades comerciais instalados em Santa Cruz do Sul, como

²⁷ Censo da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

²⁸ Arroio do Tigre (1), Candelária (3), Encruzilhada do Sul (1), General Câmara (1), Rio Pardo (2), Sobradinho (4), Venâncio Aires (6) e Vera Cruz (2). Disponível em: Censo da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Acesso em: 23 dez. 2020.

órgãos públicos e autarquias estaduais e federais. Esta condição faz com que os municípios do entorno tenham que se reportar a elas para a resolução de suas demandas, sejam elas de que ordem for. São diversas autarquias na esfera estadual com sede em Santa Cruz do Sul, que vão desde a área da justiça²⁹, a segurança pública³⁰, até as coordenadorias regionais de saúde e educação, entre outros segmentos³¹ (GOVERNO DO ESTADO DO RS, *on-line*). E nas autarquias federais destacamos a Receita Federal, a Polícia Federal, o INCRA e o INSS, todas são estruturas que oferecem serviços para toda a região (PETRY e SILVEIRA, 2017).

Outra característica que imprime identidade à região e a particulariza frente às demais do Estado, é a produção, beneficiamento e industrialização do tabaco, que tem seu principal complexo industrial em Santa Cruz do Sul. De acordo com Silveira *et al.* (2017), o Vale do Rio Pardo é a principal região do país que produz tabaco em folha por meio da agricultura familiar. Esse setor se estruturou e ganhou espaço no dinamismo da economia regional, a partir de meados da década de 1960, quando do incremento da internacionalização da agroindústria do tabaco. A partir dos anos de 1990, tiveram início os processos de reestruturação produtiva do próprio complexo agroindustrial do tabaco e da economia urbana das principais cidades da região, por meio da ampliação e diversificação das atividades vinculadas ao setor do comércio e serviços, com profundas implicações sociais, econômicas e territoriais na região.

O Vale do Rio Pardo é também responsável por processar e exportar em torno de 90% do tabaco em folha utilizado para a produção dos cigarros. Dados recentes do Anuário Brasileiro de Tabaco³² registram que, dentre os três estados do sul do Brasil, o Rio Grande do Sul é aquele que possui a maior área (hectares) com plantio de tabaco, equivalente aos tipos virginia, burley e comum, correspondendo a 126.875 hectares plantados. No estado, são 219 municípios produtores de tabaco. No *ranking* dos municípios do sul do Brasil (safra 2019/2020), que mais produzem tabaco, figuram alguns do Vale do Rio Pardo, são eles: Venâncio Aires (6^a colocação), com 3.925 produtores envolvidos e 15.328 a produção em

²⁹ Tribunal de Justiça, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral do Estado. Fonte: Solicitação de informações [mensagem institucional]. Mensagem recebida por juliana-roll@planejamento.rs.gov.br em 18 abr. 2019.

³⁰ Bombeiros, Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe e Instituto Geral de Perícias (IGP). Fonte: Solicitação de informações [mensagem institucional]. Mensagem recebida por juliana-roll@planejamento.rs.gov.br em 18 abr. 2019.

³¹ Secret. Modernização Adm. e RH, Trabalho e Assistência Social, Obras e Habitação, Desen. Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, UERGS, Fundação Gaúcha Trabalho e Ação Social - FGTAS (SINE), Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Fonte: Solicitação de informações [mensagem institucional]. Mensagem recebida por juliana-roll@planejamento.rs.gov.br em 18 abr. 2019.

³² Anuário Brasileiro do Tabaco 2020 / Benno Bernardo Kist *et al.* Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2020. 132 p. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2020>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

toneladas; Candelária (11^a posição), com 3.306 produtores e 10.882 produção (T); Santa Cruz do Sul (14^a posição), com 3.409 produtores e 10.210 produção (T) e Vale do Sol (15^a posição), com 2.516 produtores e 10.039 produção (T). O Brasil ocupa a segunda posição na produção mundial de tabaco, ficando atrás da China.

A cadeia produtora do tabaco, conforme mencionado, é uma cultura importante para a região, uma vez que envolve interesses de diversos agentes, como os fumicultores, a indústria fumageira e os governos municipal, estadual e federal, em decorrência do volume de impostos arrecadados. Essa cultura ocupa em média 50,41% do total de lavouras temporárias em grande parte dos municípios da região, com exceção de Pantano Grande, com apenas 5% (PETRY e SILVEIRA, 2017). No entanto, outras culturas também ganham destaque na região, como a produção de erva-mate, bacia leiteira, arroz, milho, mandioca e soja.

Ao mesmo tempo que a cadeia do tabaco é importante para a região, em virtude da renda assegurada aos agricultores e pelos impostos que gera, ela também torna a região dependente deste cultivo. Vejamos, Etges (2001) faz uma análise da região do Vale do Rio Pardo no contexto da globalização, ao dizer que o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado ao território, a partir de determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais, é que define uma região na atualidade. Isso se torna evidente no caso do Vale do Rio Pardo que tem a sua base econômica assentada na produção do tabaco, que é controlado por grupos transnacionais do setor, e que sofre a influência do interesse desses agentes, que atuam em rede, e é justamente neste aspecto que se dá a relação do local/regional com o global. Conforme a autora, essas empresas não têm compromisso com o território, somente com os lucros, o que torna a região frágil e vulnerável a essa cadeia produtiva.

O exposto acima reflete diretamente nos índices econômicos da região. É importante frisar que o Vale do Rio Pardo apresenta uma distribuição bastante desigual da riqueza produzida entre os municípios que o integram, especialmente tomando como base o Produto Interno Bruto *per capita*³³ referente ao ano de 2012, cujo PIB *per capita* regional é moderadamente inferior a média do Estado do Rio Grande do Sul; por outro lado, na região do Vale do Rio Pardo, as disparidades intrarregionais são acentuadas (SEPLAN, 2015).

O município de Santa Cruz do Sul é considerado o mais dinâmico da região, apresentando um PIB *per capita* de R\$ 42.737,00, enquanto os municípios de Tunas e Encruzilhada do Sul, apresentam os menores valores, respectivamente, um PIB *per capita* de

³³ PIB *per capita* corresponde à soma das riquezas do estado, da região ou do município dividido pela população. Já o PIB Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma economia durante um certo período. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

R\$ 11.436,00 e R\$ 11.766,00. Em 2012, o maior PIB do Vale do Rio Pardo também era liderado por Santa Cruz do Sul, com aproximadamente R\$ 5,1 bilhões, seguido por Venâncio Aires, com R\$ 2 bilhões, sendo esses dois municípios responsáveis por 66,5% do PIB da região. Só o município de Santa Cruz do Sul respondia por 1,8% do PIB do Estado (SEPLAN, 2015).

Outro indicador que atesta as desigualdades intrarregionais é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)³⁴. A região do Vale do Rio Pardo apresentou um IDESE de 0,745, portanto, encontrando-se no nível médio³⁵ de desenvolvimento. Já em relação ao Estado, o IDESE da região está um pouco abaixo do Rio Grande do Sul, que é de 0,754 (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, *on-line*). A posição do Corede/VRP no *ranking* dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)³⁶ está na 15ª colocação, com os indicadores de 0,717 (bloco educação), de 0,696 (bloco renda) e de 0,821 (bloco saúde), (FEE, 2016). Já entre os municípios que compõem a região, há expressiva desigualdade em relação ao desenvolvimento socioeconômico; enquanto Santa Cruz do Sul apresentava um IDESE de 0,809, colocando-se entre um dos mais altos do Estado, os municípios de Herveiras e Passa Sete apresentavam, respectivamente, o IDESE de 0,608 e 0,606 (SEPLAN, 2015).

No perfil socioeconômico do Corede Vale do Rio Pardo ainda destacamos a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010), que é de 6,35%; a expectativa de vida ao nascer (2000), que é de 70,58 anos; o coeficiente de mortalidade infantil (2018), que é de 10,76 por mil nascidos vivos. As exportações totais da região são de (2014) US\$ FOB 1.983.842.493 (SEPLAN, 2015).

A estrutura fundiária do Vale do Rio Pardo é formada por um total de 38.131 propriedades rurais nos municípios de abrangência da região, que ocupam 997.405 hectares de terra. Deste conjunto de propriedades, 47,83% possuem menos de 10 hectares e quase 75% menos de 20 hectares. As propriedades acima de 500 hectares estão concentradas na microrregião Sul, sobretudo nos municípios de Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. No território do Vale do Rio Pardo, a agricultura familiar representa 90,8% do número de estabelecimentos e ocupa 44% da área total (PETRY e SILVEIRA, 2017).

³⁴ O IDESE considera, no total, um conjunto de 12 indicadores dividido em três blocos: Educação, Renda e Saúde. Fonte: Seplan, 2015. Acesso em: 06 dez. 2020.

³⁵ Considera-se a classificação do índice em alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (menor de 0,499). Fonte: Seplan, 2015. Acesso em: 06 dez. 2020.

³⁶ Existem 28 Coredes no Estado do Rio Grande do Sul. O Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – COREDES/RS, criado no dia 27 de março de 1992 e institucionalizado no dia 20 de agosto de 1998, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre. Disponível em: <<https://forumdoscoredes.org.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

A região possui algumas particularidades referente ao enfrentamento do êxodo rural, ao incentivo à sucessão familiar e à permanência do jovem no campo, que são as escolas de nível médio com formações distintas na área da agricultura. São três escolas técnicas estaduais de nível médio³⁷ presentes na região: a escola Wolfram Metzler, com o curso técnico em Agroindústria, de Venâncio Aires; o Colégio Estadual Técnico Agropecuário Dr. Zeno Pereira da Luz, em Encruzilhada do Sul e a Escola Estadual de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage, com o curso técnico em Agronegócio, em Candelária. Além dessas, iniciativas mais recentes ligadas à formação integral dos alunos, à promoção do meio rural e à interação escola-família, como a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), fundada em 2009, e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL), em 2014, todas elas com abrangência regional (PETRY e SLVEIRA, 2017). Há outras instituições da sociedade civil organizada, das empresas, sindicatos, relacionados ao rural que tem centros de formação para a juventude com vistas a mantê-los no campo.

Outra força presente na região é a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) - Serra do Sudeste, localizada em Encruzilhada do Sul, que tem por objetivo desenvolver pesquisa agropecuária e conta com uma estrutura de 350 hectares de terra, sendo aproximadamente 220 ha sob reflorestamento (eucalipto, pinus, acácia e cipreste), 45 ha de mata nativa, 50 ha de campo nativo e capoeira e 35 ha de área de pastagem de inverno e verão. Em 2017, o Governo do Estado fez uma reestruturação administrativa, onde a Fepagro passou a ser denominada Centro de Pesquisa³⁸, atuando com linhas de pesquisa no centro de excelência de caprinos e ovinos integrado com olivicultura e/ou silvipastoril.

Outra particularidade da região diz respeito à luta pela reforma agrária. O município de Encruzilhada do Sul conta, atualmente, com sete assentamentos³⁹, são eles: Segredo Farroupilha, com 113 famílias; A Quinta, com 45 famílias; Padre Réus, com 37 famílias; Guará, com 16 famílias; Santa Bárbara, com 16 famílias; Vassoural, com 14 famílias e Elton Brum, com 13 famílias, desse meio, totalizando 251 famílias assentadas. Para o projeto da reforma agrária proposto na luta de classe pela terra, existe um desenvolvimento de linha de produção,

³⁷ SEDUC. Secretaria Estadual de Educação. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/cre-06-santa-cruz-do-sul>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

³⁸ O Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA), criado em 2017 a partir da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), é o setor da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural responsável por conduzir pesquisas agropecuárias e por oferecer serviços de diagnóstico às cadeias produtivas do estado. O DDPA dispõe de centros de pesquisa localizados em 14 municípios do Rio Grande do Sul, estando presente em suas diversas regiões fisiográficas. Conta com laboratórios em Porto Alegre e em Eldorado do Sul. Disponível em: < <https://www.agricultura.rs.gov.br/institucional>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³⁹ NUNES, Francisco Nilton. [Assentamentos em Encruzilhada do Sul]. 3 mar. 2020. 18h54. 1 mensagem de *WhatsApp*.

que oportuniza emprego para a população da zona urbana, especialmente na safra da amora e da uva, com isso, empregando 52 funcionários da cidade, com uma linha de produção definida e geração de emprego. Conforme Nunes (2020), popularmente conhecido por Chicão da Quinta, os cultivos nos assentamentos são bem diversificados, alguns plantam soja, outros fumo, frutíferas etc. O dirigente destaca que, atualmente, tramita um processo de luta junto ao INCRA, a nível nacional, de titularização dessas terras, passando de um módulo para outro, tendo como finalidade a propriedade oficializada e registrada.

Outro aspecto em relação à região que merece ser abordado se refere à importante iniciativa do Governo Federal, nos anos 2000, com a criação da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, composta por 106 municípios⁴⁰, dos quais sete⁴¹ deles no território do Vale do Rio Pardo, com o intuito de estabelecer políticas individualizadas para o desenvolvimento e a reconversão produtiva dessa porção do Estado. Seminários de mobilização de atores regionais, implantação do planejamento, plano de ação contendo estratégias e priorização em eixos temáticos fizeram parte dessa iniciativa. Os projetos apoiados pelo Ministério da Integração na Mesorregião Metade Sul compreenderam os segmentos da agricultura familiar, fruticultura, florestamento, vitivinicultura, agroindústria do leite, sementes agroecológicas e gemas e joias (CARGNIN, 2014). O Vale do Rio Pardo também foi beneficiado com projetos dessa ordem⁴².

Em relação às condições ambientais e de saneamento, a região possui disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma densa malha hidrográfica superficial de rios e arroios

⁴⁰ A Mesorregião da Metade Sul do RS foi instalada em dezembro de 2001, após uma série de seminários de mobilização dos atores regionais. Os municípios que a compõe possuem grandes áreas territoriais, o que corresponde a mais da metade do território gaúcho. A região caracteriza-se pela concentração de atividades ligadas a pecuária e mais recentemente a orizicultura, fruticultura e silvicultura. A região que já foi uma das mais pujantes do Estado, vivenciou décadas de declínio, tanto do ponto de vista econômico, quanto social (CARGNIN, 2014, p. 66). Acesso em: 27 dez. 2020.

⁴¹ Integram: Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo e Vale Verde. Fonte: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul / Organizadores Flávio Miguel Schneider e Elisa Lübeck. Santa Maria, Pallotti, 2003. Acesso em: 27 dez 2020.

⁴² O Corede/VRP teve participação em vários planos de captação de recursos através do Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento de municípios da Metade Sul. Entre eles está o projeto Fortalecimento das Redes de Referência na Agricultura Familiar, denominado de Vitamina. A atividade desenvolvida a partir de 2009 com o foco na expansão da bacia leiteira e na fruticultura com acompanhamento a uma propriedade em cada um dos sete municípios do Vale do Rio Pardo que compõe a Metade Sul (Candelária, Vale Verde, Pantano Grande, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara e Rio Pardo), proporcionando ao agricultor modelo conhecimento técnico, a partir de cursos e palestras na Unisc, equipamentos, insumos, acompanhamento de profissionais da agronomia e veterinária, repasse de mudas de laranja de suco para a implantação de pomar experimental. Outro trabalho de desenvolvimento de novas atividades geradoras de renda na área rural nos municípios pertencentes à Metade Sul com a participação do Corede é o projeto técnico de fortalecimento da cadeia produtiva da amora, em Encruzilhada do Sul. O encaminhamento do plano ao Ministério da Integração Nacional ocorreu via Fórum Mesosul e Corede/VRP. Os municípios da Metade Sul do Estado também receberam incremento florestal. Em 2005, com o aporte financeiro, a infraestrutura do viveiro da Afubra existente no Parque da Expoagro, em Rio Pardo, recebeu investimentos na estrutura física e em tecnologia. Disponível em: <www.coredevrp.org.br>. Acesso em: 27 dez. 2020.

formadores de seis sub-bacias: Alto Jacuí, Baixo Jacuí, Pardo, Vacacaí-Vacacaí Mirim e Taquari-Antas, integrantes da Bacia do Guaíba; e Camaquã, integrante da Bacia Litorânea. De acordo com a FEPAM, a demanda por água para irrigação de lavouras de arroz na região é grande, por isso da necessidade de planejamento adequados dos recursos hídricos, sobretudo em períodos de estiagem. Os usos da água são objeto de debate nos Comitês de Bacias (SEPLAN, 2015).

No que diz respeito à cobertura vegetal, a região do Vale do Rio Pardo apresenta matas remanescentes associadas a Mata Atlântica. A região tem parte de seu território abrangido pelo zoneamento do Bioma Mata Atlântica, o que confere à região um patrimônio ambiental importante, com possibilidades de exploração turística e histórico-cultural. Além disso, a região é produtora de energia. Existe um grande número de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e uma Usina Térmica a Biomassa⁴³, que juntas, essas unidades têm capacidade de geração de aproximadamente 33MW de energia. Ainda, é importante mencionar a proximidade dos lagos das barragens de Dona Francisca, Itaúba e Passo Real, no Rio Jacuí (SEPLAN, 2015). Assim, pode-se perceber que o território não é homogêneo na sua totalidade, apresentando grandes diferenças e particularidades relacionadas ao ambiente natural, à sua formação histórica e revelando desigualdades em seus processos de crescimento econômico e social.

No entanto, para além de todas essas características, peculiaridades e indicadores que configuram o Vale do Rio Pardo, a escala regional compreende também a atuação de atores intrarregionais, envolvendo uma gama de agentes. No que se refere à articulação e à definição de políticas regionais, algumas instituições têm apresentado desempenho, à medida que, de certo modo, tem atuado na organização e articulação das demandas dos demais atores. A dimensão institucional correspondente ao Plano Estratégico Regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)⁴⁴ traz as instituições e as organizações sociais com atuação regional nos processos de desenvolvimento:

⁴³ De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), nos municípios de Candelária, Herveiras e Sinimbu encontram-se as PCHs Ponte do Império (3,65 MW), Quilombo (3,7MW), Foz do Biriba (7,5MW), Lagoão (3,45MW) e Linha Carvalho (5,75MW), todas no rio Pardo. E, em Encruzilhada do Sul, no arroio Abranjo, as PCHs Abranjo I e II (4,8 e 1,7MW) e a Usina Termelétrica (UTE) FORJASUL, que aproveita resíduos da madeira (SEPLAN, 2015).

⁴⁴ O Planejamento Estratégico Regional do Vale do Rio Pardo foi elaborado e atualizado em 2016, sob a coordenação do Corede/VRP e com assessoria do PPGDR UNISC, sendo constituído por uma carteira de 39 projetos, com abrangência de quinze anos (2015-2030). Disponível em: < https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books?id_livro=455>. Acesso em: 01 dez. 2020.

- a) AMVARP: Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, fundada em 13.05.1961, congrega 15 municípios e tem como atual presidente Maiquel Evandro Laureano Silva (AMVARP, *on-line*);
- b) AMCSERRA: Associação dos Municípios do Centro Serra, fundada em 08.02.2001, congrega 12 municípios e tem como atual presidente Valdir José Rodrigues (AMCSERRA, *on-line*);
- c) COMITÊ PARDO: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, instalado em 29.03.1999, congrega 13 municípios e tem como atual presidente Valéria Borges Vaz (COMITÊ PARDO, *on-line*);
- d) COREDE/VRP: Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, fundado em 19.12.1991, congrega 23 municípios e tem como atual presidente Heitor Álvaro Petry (Corede/VRP, *on-line*);
- e) CISVALE: Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo, fundado em 20.10.2005, congrega 13 municípios e tem como atual presidente Helena Hermany (CISVALE, *on-line*);
- f) CI/JACUÍ: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, fundado em 2004, congrega 12 municípios e tem como atual presidente Marciano Ravanello (CI/JACUI, *on-line*);
- g) APL: Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, criado em março de 2012, congrega 23 municípios e tem como atual coordenador de governança João Paulo Reis Costa (APL VRP, *on-line*);
- h) ATURVARP: Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo, criada em 27.11.1997, congrega 14 municípios e tem como atual presidente Djalmar Ernani Marquardt (ATURVARP, *on-line*);
- i) ATURCSERRA: Associação de Turismo da Região do Centro Serra, criada em 23.08.2012 congrega 12 municípios e tem como atual presidente Tatiana Lisbôa (<https://www.facebook.com/aturcserra>, *on-line*).

Na concepção de Becker (2010), a crescente interação ou integração dos agentes do desenvolvimento regional é que os transforma em sujeitos coletivos regionais, sendo este fator que viabiliza um processo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador dos de outras regiões. Muito embora, como vimos acima, o Vale do Rio Pardo tenha em seu escopo institucional inúmeras instituições com ações voltadas ao desenvolvimento regional, isso não significa que estas consigam de fato atuar de forma integrada frente a pautas comuns. Na atual conjuntura, de pandemia do coronavírus, questões climáticas extremas, ora estiagem, ora

enchentes, e de escassez de recursos financeiros para fazer a gestão pública, consideramos relevante a atuação conjunta de todas essas esferas, que na sua maioria, tem em seu escopo pautas e projetos regionais semelhantes.

Em relação à infraestrutura de transportes, a região encontra-se conectada a uma das principais vias de circulação do Estado, a BR 290 que atravessa o Estado de oeste a leste com um intenso volume de tráfego de mercadorias e passageiros provenientes de várias regiões, inclusive países vizinhos, e passa pelo município de Pantano Grande. Outra rodovia importante para a região é a RSC 287, que liga Santa Cruz do Sul a BR 386 ao norte do Estado, assim como a BR 471, que liga os municípios do Corede/VRP com o Porto de Rio Grande, no extremo sul do Estado (SEPLAN, 2015).

Elencado como projeto prioritário para o desenvolvimento da região no PED/VRP (PETRY e SILVEIRA, 2017), a rodovia RSC 287⁴⁵ é uma pauta regional recorrente. Muitas frentes foram formadas e mobilizadas para que esta obra de duplicação fosse realizada, iniciativas do Corede/VRP, audiências públicas organizadas pela bancada gaúcha da Assembleia Legislativa do Estado e, inclusive, houve um movimento liderado por entidades empresariais do Vale do Rio Pardo e das regiões Centro e Jacuí Centro, denominado Duplica 287.

A importância desta rodovia para a região se dá à medida que, além de ser uma via de escoamento da produção do Estado, ela também faz ligação com a região metropolitana e a fronteira oeste. Uma vez duplicada, projeta-se que a rodovia reduzirá o tempo de locomoção, a atualização das condições de trafegabilidade em toda a sua extensão, além de reduzir o número de acidentes de trânsito.

Essa rodovia esteve por muitos anos concedida a concessionárias privadas, e, com o fim dos contratos de concessão das estradas gaúchas, em 2013, o Governo gaúcho seguiu o modelo de pedágios públicos e criou a EGR, que é uma empresa pública criada para administrar as estradas com pedágios pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Passados sete anos⁴⁶, o desfecho mais recente ocorreu em 18 de dezembro de 2020, com o anúncio⁴⁷ do Consórcio Via

⁴⁵ A RSC-287 é uma rodovia estadual que corta o estado do Rio Grande do Sul no sentido leste-oeste. A extensão total da RSC-287 é de 241 quilômetros. A rodovia tem início no município de Tabaí e mantém esse nome até Santa Maria. O seu traçado integral passa por municípios do Vale do Rio Pardo, como: Venâncio Aires, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol e Candelária. Disponível em: < <https://www.egr.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

⁴⁶ Em março de 2018 o Governo do Estado lança o Plano Estadual de Logística de Transportes – PELT-RS, com o objetivo de orientar o desenvolvimento logístico do Estado do RS pelos próximos 25 anos, através de uma articulação com o Governo Federal para PPPs e concessões, o que incluía a duplicação da RSC -287. Disponível em:< www.transportes.rs.gov.br/pelt-rs >. Acesso em: 28 dez. 2020.

⁴⁷ Em 22.09.2020 o Governo do Estado do RS lança o edital de duplicação da rodovia e em 18.12.2020 anuncia a empresa vencedora do leilão, o Consórcio Via Central, da espanhola Sacyr, que vai duplicar 204,5 km da rodovia

Central como vencedor do leilão da RSC 287, primeira rodovia estadual concedida à iniciativa privada pelo período de trinta anos.

Ainda sobre o modal rodoviário, recordamos que existem três municípios da região que não possuem acesso asfáltico: Boqueirão do Leão, Lagoa Bonita do Sul e Tunas, o que dificulta o escoamento da produção e o deslocamento de passageiros. Na região existe uma articulação entre o modal rodoviário com o ferroviário de cargas no trecho de Porto Alegre a Santa Maria em dois pontos: General Câmara e Rio Pardo. O modal hidroviário está presente na região com a hidrovía do Jacuí, que possui extensão de 225 quilômetros, e da área do terminal privado de Rio Pardo, onde são movimentadas, principalmente, cargas de areia (SEPLAN, 2015).

No modal aeroviário, destacamos o aeroporto regional Luiz Beck da Silva, com sede em Santa Cruz do Sul, que possui uma pista de 1.180 metros, com 18 metros de largura, asfaltada e altitude de 646 pés. O seu projeto de expansão consiste no alargamento da pista existente, construção de terminal de passageiros e balizamento noturno. Outros dois projetos⁴⁸ de envergadura na infraestrutura da região são a implantação do Porto Seco em Santa Cruz do Sul, com a construção de um terminal de armazenamento e infraestrutura para viabilizar uma Estação Aduaneira (que favoreça operações de importação e exportação na região) e o Porto Hidroviário em Rio Pardo, com o intuito de ampliar e qualificar a capacidade de transporte de escoamento da produção regional, como da região norte do Estado.

O estudo publicado pela secretaria estadual de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (Seplan, 2015), traz algumas iniciativas promissoras para a região, como o fomento à multimodalidade na infraestrutura dos transportes; o apoio à produção e à diversificação agroindustrial e o fortalecimento da identidade regional.

O referido estudo também reforça algumas questões que mereçam atenção especial, como a dependência da região em relação aos produtos do fumo; a poluição orgânica causada pelos dejetos domésticos nos rios; os baixos índices educacionais e os problemas na infraestrutura de comunicações, em que os municípios da região apresentam percentual de domicílios com acesso à internet e às telefonia fixa e móvel abaixo das médias estaduais. No

entre Tabai e Santa Maria, por 30 anos, com um investimento privado de R\$ 2,7 bilhões. Segundo estimativa do Estado, as obras na RSC-287 devem começar no segundo trimestre de 2021. Para custear a duplicação e as melhorias de segurança viária ao longo da rodovia, estão previstas a instalação de mais três praças de pedágio (km 47, em Tabai; km 168, em Paraíso do Sul; e km 214, em Santa Maria), além das duas já existentes (km 86, em Venâncio Aires; e km 131, em Candelária), administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

⁴⁸ Projetos priorizados na estratégia regional 4 “Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional. Fonte: PETRY, Heitor, A.; SILVEIRA, Rogério, L.L. da (coord.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. Disponível em: <https://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

próximo tópico, vamos aprofundar essa questão apresentando uma fotografia mais recente da espacialidade das redes de comunicação no Vale do Rio Pardo.

3.2 As geografias da comunicação no contexto do território usado

As relações entre as mídias e o mundo contemporâneo não podem mais serem lidas na sua totalidade sem que as redes de comunicação sejam inseridas nesse contexto. Considerar as redes de comunicação nos estudos territoriais, fazendo um exercício analítico e reflexivo sobre as suas dinâmicas, é de extrema importância, uma vez que trazem consequências aos lugares e ao conjunto da região, sobretudo, respectivo ao seu desenvolvimento regional. Buscaremos, nesse tópico, atender ao primeiro objetivo específico dessa pesquisa, que é de analisar como se apresentam a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação na região do Vale do Rio Pardo (RS). Para tanto, vamos buscar suporte no fundamento teórico das geografias da comunicação, que converge com o objetivo proposto, para então, prosseguirmos a análise empírica.

As áreas da geografia e da comunicação possibilitam diálogos mais do que possíveis, quem sustenta essa afirmação são Baldessar, Moreira e Pasti (2014), em um artigo que traz a origem dos estudos das geografias de comunicação no Brasil, além de evidenciar pesquisas estrangeiras que abordaram a relação entre as áreas. Pode-se considerar que os estudos das geografias da comunicação no país são recentes, remetem ao ano de 2008, e foi durante o XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Natal (RN), em que foi apresentado o grupo de pesquisa criado no CNPq Geografias da Comunicação, com a proposta de abordar os conceitos que permeiam o campo e fazer circular os trabalhos dos pesquisadores que começavam a investir nessa área. A abordagem dos conceitos incluía estudos de mídia, de fronteiras midiáticas e comunicação local, regional e internacional, sob a liderança de professores de vários estados do Brasil.

No entanto, a consolidação se deu no ano seguinte, no congresso da INTERCOM em Curitiba (PR), com trabalhos selecionados e uma melhor estruturação do grupo de pesquisa, que é interdisciplinar desde a sua criação. A geografia se configurou numa área fundamental para o entendimento do mundo contemporâneo e multifacetado e a comunicação se fortaleceu teoricamente quando incorporou os conceitos geográficos na sua explicação do mundo. Com os acirramentos do processo de globalização, houve um aumento da circulação de pessoas e riquezas, bem como o intercâmbio de ideias, informações e cultura, o que imprimiu mudanças

no espaço geográfico, à medida que transformam os sistemas culturais, de produção e consumo (BALDESSAR, MOREIRA E PASTI, 2014).

Antes desse marco temporal, no entanto, consideramos que a aproximação entre as áreas foi estreitada por Milton Santos, que, no ano de 1955, propôs uma classificação funcional para os jornais brasileiros. Essa geografia do jornalismo brasileiro levaria em conta os territórios de atuação do jornal, sua região jornalística, que inclui tanto as áreas de cobertura, quanto as de circulação do produto de comunicação. Na proposição de Santos, o mapa jornalístico do Brasil seria de acordo com a função específica dos jornais nacionais, estaduais, regionais e locais, áreas diferentes, maiores ou menores, umas dentro das outras, onde operam os jornais de acordo com as suas categorias funcionais (DEOLINDO, 2019).

A importância do conhecimento que provém das geografias da comunicação, também é evidenciada por Marques de Melo (2012), que fez um levantamento do tema em escala mundial e nacional para abordar a relevância tanto da área quanto do geógrafo Manuel Correia de Andrade, para compreender a dinâmica das relações entre espaço, tempo e movimento na sociedade brasileira. Marques de Melo (2012) diz que as geografias da comunicação vêm se tornando fator crucial para a tomada de decisões dos estrategistas de mídia na sociedade globalizada, o que nos leva a refletir que a geografia se configurou como uma área importante para o entendimento do mundo, sobretudo, a partir do processo de globalização.

Conforme contextualizamos no capítulo anterior, boa parte das redes técnicas de suporte e de serviços, que possibilitam e pelas quais circulam os meios de comunicação, foram criadas ou aperfeiçoadas ao longo do século XX, dando início a um momento histórico na comunicação e na circulação de pessoas e informações. A compreensão do fenômeno contemporâneo motivado pela tecnologia, que é a agilidade dos processos e o encurtamento das distâncias, além do movimento das pessoas, seja fisicamente ou virtualmente, suas motivações e repercussões no território, se insere como fonte de estudo e observação ao fundamento das geografias da comunicação. Relativo ao fluxo de pessoas, lembramos da pesquisa realizada por Silveira *et al* (2017)⁴⁹, que dentre outros objetivos, buscou interpretar a configuração espacial, os principais fluxos e interações socioespaciais entre as cidades da região do Vale do Rio Pardo, decorrentes dos deslocamentos para trabalho e estudo.

⁴⁹ Ver mais em: SILVEIRA, R.L.L. da et al. Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo-RS-Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, n. 1, p. 184-217, jan. 2017.

O termo geografias, assim mesmo, no plural, explica Moreira (2012, p. 16) se justifica porque “a realidade é multifacetada, *on-line*, sem fronteiras e intercultural – plural”. Para a autora, o campo das geografias da comunicação se ocupa dos fluxos que movem os interesses do público, do Estado e das corporações e, nesse sentido, a sua configuração demandará sempre estudos que sejam plurais, interdisciplinares e cooperativos. E nesse contexto, a observação dos sistemas de mídia e de telecomunicações são determinantes para análise de várias camadas que compõe o processo contemporâneo da comunicação, seja ele de cunho geográfico, midiático cultural, econômico, político ou identitário.

Em outro artigo, Moreira (2017) destaca que os conceitos geográficos de espaço, escala, território e região se aplicam com propriedade aos estudos da comunicação. Para avançar epistemologicamente nos estudos das geografias da comunicação, Lopes (2013, p. 33) nos lembra que deve haver uma maior interação conceitual entre os dois campos do conhecimento, uma vez que a informação circula por “fluxos imateriais” que não podem ser descolados da estrutura física, tecnológica e humana que os suporta e viabiliza e que estão baseados em algum território, carregado de relações sociais e culturais. A pesquisadora apresenta ao campo das geografias da comunicação quatro eixos principais, que possam trazer pistas importantes e proponham uma agenda de pesquisa atendendo demandas latino-americanas, como também, brasileiras:

- a) o papel do espaço e da espacialidade como categorias analíticas das variadas formas de expressão e comunicação humanas;
- b) a organização e disseminação territorial das tecnologias de informação e comunicação, com ênfase mais recente na internet e nos dispositivos móveis;
- c) as geografias dos sistemas de mídia nos contextos da globalização e da regionalização com imbricações na economia política;
- d) e a geopolítica dos fluxos e contrafluxos de informação e comunicação em âmbito mundial, tanto via sistemas corporativos transnacionais quanto por meio de mídias sociais alternativas.

Com os avanços tecnológicos, há uma crescente ampliação em pesquisas sobre a mídia, seus impactos e transformações, considerando as plataformas e dispositivos que continuamente ganham mercado e influenciam o comportamento do consumidor da informação. Nesse aspecto, Deolindo (2019) recupera uma importante obra escrita pelo geógrafo americano Adams (2009), que estimula questões centrais que permeiam áreas como a da geografia crítica, propondo uma abordagem entre espaço e lugar a partir de quatro vetores: a mídia no espaço, equivalente à perspectiva espacial da infraestrutura de mídia e os fluxos que ocorrem entre as diversas

infraestruturas; os espaços da mídia, a topologia do espaço social; os lugares da mídia, os lugares e imagens geradoras da dimensão afetiva da comunicação e, a mídia no lugar, os limites e políticas que definem a adequação de determinada mídia a determinados espaços sociais.

Interessa-nos, sobremaneira, a primeira abordagem, que nos sugere analisar como as redes de comunicação distribuem-se pelo território, considerando que a sociedade foi se organizando e reorganizando concomitantemente às transformações dos três períodos técnicos referidos por Santos (2017), que vão da sociedade primitiva ao advento da mecanização até o informacional. Paralelo a essas mudanças, foram se constituindo o espaço do homem, a organização espacial da sociedade, ou simplesmente o espaço geográfico (CORRÊA, 2000), e assim, o objeto de estudo da sociedade pela geografia se faz através da organização espacial, não considerada apenas como distâncias, extensões, limites, formas e tamanhos, mas buscando compreender o espaço a partir de suas implicações sociais, e não somente como um palco de acontecimentos.

Para a análise da configuração e da distribuição socioespacial das redes de comunicação na região do Vale do Rio Pardo, partindo do entendimento que a realidade é sempre dinâmica e, portanto, os conceitos devem dar conta desse movimento, recorreremos a Milton Santos (2017, p.63), que nos diz que, no período atual, o espaço geográfico é formado por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, nos remete a pensar a comunicação, a partir do território, sob uma perspectiva crítica, quando visualizamos os objetos técnicos como suporte ao seu funcionamento, e o sistema de ações, sendo responsáveis por sua execução, viabilização e condicionamento.

Nesse sentido, conforme mencionado no capítulo anterior, não há como explicar o território sem a sua utilização, quando Santos (1994) fala que a análise social interessa a interpretação dos usos do território, o território usado, se o território são as formas, o território usado são os objetos e as ações, podendo assim, ser entendidos como sinônimo de espaço geográfico. Para o campo da comunicação, é central o conceito de território usado, sobretudo a partir da análise feita por Santos e Silveira (2006) no volume O Brasil – Território e Sociedade no Início do Século XXI, e a investigação que fazem do capítulo sobre o desenvolvimento técnico-informacional, em que os autores constroem ligações com a comunicação.

Portanto, a categoria explicativa seria menos o território em si, mas o território usado, que Santos (1994, p. 15) define por entender que:

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia do futuro.

A importância está justamente porque o território usado não é algo inerte, mas sim algo em constante transformação, que deve levar em conta seu conteúdo histórico, político e físico, ou seja, no seu papel ativo, como matriz da vida social. Entretanto, cientes de que “a história se produz com todas as empresas, todas as instituições, todos os indivíduos, independentemente de sua força diferente, apesar de sua força desigual” (SILVEIRA, 2011, p. 153). Assim, consideramos significativa a contribuição de Milton Santos para a área da comunicação, como também, para as geografias da comunicação.

Nesse aspecto destacamos um estudo feito por Silva (2012), em que ele faz uma análise da produção intelectual de Milton Santos e sua relação com a comunicação e ressalta possibilidades metodológicas a partir do legado intelectual do geógrafo, levando em conta a periodização de sua obra em três momentos que melhor expressam a sua produção: o período pré-exílio (geografia descritiva, entre 1948 a 1965); o período do exílio (a caminho de uma geografia brasileira, entre 1965 a 1978) e o período da geografia crítica, classificada, segundo Silva (2012), com base em Nogué Font e San Eugenio, nas seguintes fases:

- a) 1ª fase: a questão do espaço, de 1978-1986;
- b) 2ª fase: o meio técnico-científico-informacional, de 1996-2000;
- c) 3ª fase: o território usado, de 2000-2001.

Destacamos que esses períodos propostos por Santos explicam a evolução de seu pensamento e indicam as suas analogias com o que estava em curso na comunicação. Abaixo, um quadro didático que Silva (2012), com base em Font e Eugenio, denominam de “cartografia”, a qual apresenta a periodização e o cruzamento de dados que permite analisar a obra de Santos em seus respectivos períodos, nos diferentes enfoques conceituais e ideológicos e a forma como o geógrafo vai ocupando os espaços nos meios de comunicação para tratar dos temas “geográficos comunicacionais”, como a globalização, as novas tecnologias de comunicação, a comunicação interpessoal e a influência dos meios de comunicação na sociedade no início do século XXI.

Quadro 1 – Periodização da obra de Milton Santos na temática geográfico comunicacional

Época	Teoria da Geografia	Teoria da Comunicação	Conceitos predominantes e comparativos	Milton Santos
1940-1960	Geografia Teórico-quantitativa ou <i>New Geography</i>	Perspectiva funcionalista da comunicação	Paradigma quantitativo e positivista	Período da produção pré-exílio, uma geografia descritiva, de 1948 a 1965 produção jornalística na Bahia
Décadas de 1960 e 1970	Geografia Radical	Perspectiva crítica da comunicação	Ruptura com as etapas positivistas anteriores. Interesse por metodologias compreensivas da realidade	Período de exílio, a caminho de uma geografia brasileira de 1965 a 1978
Décadas de 1960 e 1970	Geografia da Percepção e do comportamento ambiental	Perspectiva interpretativa da comunicação: construtivismo, Escola de Palo Alto, interacionismo simbólico	Processos de construção de significados por parte da sociedade	Período de exílio a caminho de uma geografia brasileira, de 1965 a 1978
A partir de 1978 – 1979	Geografia Humanística	Perspectiva interpretativa da comunicação: continuidade das sociologias interpretativas	Busca da dimensão simbólica. Estudos dos processos de vivência experimental	Período da geografia crítica: 1ª fase – a questão do espaço – 1978 – 1986
Finais da década de 1980 até 2002	Pós-modernismo em geografia	Perspectiva interpretativa da comunicação	Resulta insustentável qualquer pretensão de saber uma realidade objetiva (Paul Watzlawick, 1986). Decaída das	2ª fase: o período técnico-científico-informacional, de 1996 a 2000 e 3ª fase – O território usado, de 2000 a 2002 produção

			verdades absolutas. Posicionamento ecclético e efêmeros.	jornalística em Sao Paulo
--	--	--	---	------------------------------

Fonte: SILVA, Paulo Celso da. Análise da produção intelectual do Dr. Milton Santos e sua relação com a Comunicação. In: MOREIRA, Sonia Virginia (Org.). *Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo: INTERCOM, 2012, p. 107-116.

Como vimos, a geografia crítica, que se desenvolveu intensamente no Brasil na década de 1970, teve como fundamentação filosófica o materialismo dialético de Marx e Engels, sendo a sua principal contribuição teórica ao campo da geografia diz respeito à tentativa de integração dialética entre a análise das estruturas e processos espaciais aos processos e relações sociais (CORRÊA, 2000). As contribuições de Milton Santos para a Geografia Crítica expõem com clareza a relação inerente entre a teoria e a empiria, em que a renovação da teoria da geografia perpassa por uma reflexão sobre a realidade concreta dos países subdesenvolvidos, e que, no ato de pesquisar, a realidade empírica não se revela em sua essência sem o uso da teoria, e essa não tem razão de ser sem o domínio da empiria. Para o geógrafo, a realização da ciência deve ser uma abordagem que preze pela junção do concreto com o abstrato, ou seja, que tenha como propósito uma indissolubilidade entre teoria e empiria (TAVARES e SILVA, 2011).

Nesse contexto, a Geografia Crítica é uma corrente que busca romper com a ideia de neutralidade científica, para fazer da geografia uma ciência apta a elaborar uma crítica à sociedade capitalista pelo estudo do espaço e da apropriação da natureza, enfatizando a necessidade de engajamento político dos geógrafos e defendendo a diminuição das discrepâncias socioeconômicas e regionais. Na geografia crítica, o espaço passou a ser visto como um espaço social, que nada mais é do que a interação entre os seres humanos e o meio (CORRÊA, 2000). É essencial entendermos essa interação, pois a partir dela podemos compreender como ocorre a relação entre as redes de comunicação na dinâmica regional, no Vale do Rio Pardo.

3.3 Procedimentos metodológicos

Para avançarmos na análise do primeiro objetivo específico da pesquisa, compreendendo como se apresentam a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação na região do Vale do Rio Pardo (RS), é preciso, antes disso, apresentar a metodologia para o desenvolvimento do capítulo 3. A pesquisa se caracteriza pelo uso da abordagem qualitativa, que, nas ciências sociais, se preocupa com um nível de realidade que

não pode ser quantificado, uma vez que seu foco é a compreensão e a explicação das relações sociais e sua dinâmica.

Esse tipo de pesquisa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, sendo essa a diferença existente em relação à natureza da pesquisa quantitativa. No entanto, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, uma vez que a realidade interage de forma dinâmica (MINAYO, 2003).

Considerando que a pesquisa qualitativa busca a compreensão e a explicação das relações sociais e sua dinâmica, será apresentada, no tópico 3.4.1, a análise espacial das redes de comunicação na região, leia-se internet e telefonia móvel (redes técnicas de suporte) para em seguida, no tópico 3.4.2, as espacialidades dos meios de comunicação jornal, rádio e televisão (redes técnicas de serviços), definidos na pesquisa. Enfatizamos que, a escolha por essas redes de comunicação foi feita com base nos Planejamentos Estratégicos Regionais do Vale do Rio Pardo, o qual abordaremos ao final do capítulo 3, visto que as mesmas foram consideradas como um tema prioritário para o desenvolvimento da região.

Para cumprir a primeira etapa da pesquisa, nos valem de pesquisa em dados secundários provenientes de órgãos oficiais de governo, instituições, institutos nacionais de estatística, confiáveis e com credibilidade. Os *websites* consultados foram: ADI/RS, Adjori/RS, Anatel e Teleco. E, após a coleta de dados com vistas a identificar a presença e a distribuição dessas redes de comunicação no território do Corede/VRP, quando necessário, realizamos o cruzamento de informações consultando profissionais que atuam nos municípios e respectivos meios de comunicação, através de conversas via *WhatsApp* e *Facebook*, para esclarecer dúvidas pontuais. Aqui, é importante destacar que em alguns casos identificamos que as informações apresentadas nos *websites*, muitas vezes, não se encontravam atualizadas, por isso, fez-se necessário essa averiguação.

3.3.1 Das etapas e procedimentos da pesquisa

A primeira etapa do trabalho de campo iniciou ainda em 2019, quando o mestrado teve início, que se constituiu em uma pesquisa exploratória para listar os meios de comunicação em funcionamento na região. De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias constituem a

primeira etapa de investigação mais ampla e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral e de aproximação acerca de determinado fato. A sua principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas, discussão com especialistas entre outros procedimentos.

Na ocasião, incluímos na etapa exploratória sobre a mídia regional jornais impressos de diversas periodicidades; emissoras comerciais e comunitárias, em AM e FM; portais, *sites* e *blogs* noticiosos dedicados à informação; e, emissoras de televisão aberta, educativa, *on-line* e por assinatura. Esse levantamento preliminar foi feito por meio de pesquisas em *sites* oficiais e na internet (inserindo palavras-chaves em buscadores e redes sociais) e contou com a colaboração de assessores de imprensa dos municípios da região, bem como de empresas privadas e gestores de mídias locais e regionais conhecidos ou identificados ao longo da pesquisa.

Nessa primeira etapa, também fizemos algumas tentativas junto a colaboradores que atuam nos Correios no município de Santa Cruz do Sul, através de entrevistas informais e posteriormente pesquisas em *website*, no intuito de verificar como a rede de Correios estaria organizada na região, identificando os serviços ofertados e os fluxos de circulação e distribuição, a origem das correspondências e o destino final, mas não obtivemos êxito no acesso a essas informações.

A pesquisa exploratória envolveu também uma análise em dados gerais sobre telefonia fixa e móvel, através de *sites* e documentos que traziam essas informações da situação no Brasil e no comparativo em relação ao estado do Rio Grande do Sul. E no tocante à internet, a busca deu-se pela taxa de domicílios com computador, domicílios com computador e internet, acesso de serviços de comunicação multimídia (banda larga) e cobertura de internet, de forma mais generalizada.

Cabe ressaltar que, de 2019 até a data da coleta dos dados (fevereiro de 2021), identificamos que novas mídias surgiram, e outras tantas sucumbiram. Feito o mapeamento inicial, decidimos o *corpus* da pesquisa, que será formado por internet, aqui considerando número de acessos à banda larga, densidade e as variações de conexões presentes em cada município; telefonia móvel, levando em conta dados sobre número de celulares por município e densidade; sobre esses dois segmentos, consideramos os dados mais atualizados disponíveis para consulta no sistema, que foi de 2020.

Ainda, compõem o escopo da pesquisa jornais, com produção de conteúdo e sede na região, não considerando tiragem, abrangência e unidades sucursais; rádios, com produção de conteúdo e sede na região, a escolha recaiu para emissoras de rádios comerciais AM, FM e comunitárias, igualmente não considerando sucursais e tampouco rádios *on-line*; e televisão, com produção de conteúdo e sede na região, TV comercial aberta, *on-line* e educativa, não considerando as TVs por assinatura. Os portais de notícias apenas serão listados mediante à pesquisa exploratória que realizamos, assim como as mídias sociais⁵⁰, que não serão consideradas para análise, apenas relacionadas junto ao Quadro 2 nos dados sobre jornais. Lembramos que existem outras regionalizações sobrepostas a do Corede/VRP e isso significa que há outros meios de comunicação regionais, cuja sede está em municípios que não compõem a região geográfica definida para a pesquisa, mas são vizinhas, que circulam na região do Vale do Rio Pardo.

3.4 Espacialidades das redes de comunicação e exclusão digital

A importância das redes de comunicação no território fica evidente quando lembramos de um destacado trabalho realizado no Brasil, trata-se da publicação feita sobre “Regiões de Influência das Cidades”, que o IBGE realiza desde os anos 1960 (editados em 1972, 1987; 2000, 2008 e 2018). Esses estudos procuraram definir os níveis de centralidade e hierarquia urbana e identificar as regiões de influência das cidades através de questionários que investigam os centros que atraem consumidores de várias partes do Brasil com a oferta de determinados bens e serviços dentro do território nacional. Parte-se, em geral, de duas perguntas principais: qual o município de procedência das pessoas que, usualmente, procuram nas cidades onde a pesquisa ocorre os bens e serviços especificados e que cidades os moradores dessas cidades procuram para obter esses mesmos bens e serviços. A intenção é saber, no primeiro caso, qual é a área de

⁵⁰ A expressão “mídia social” deriva do próprio conceito de mídia, associado ao conceito de meio e meio de comunicação, que significa qualquer suporte de difusão de informações que constitua simultaneamente um meio de expressão e um intermediário capaz de transmitir uma mensagem a um grupo. Em síntese, são canais (plataforma, *site* ou aplicativos) que permitem o relacionamento e o compartilhamento de conteúdo entre os usuários, no ambiente digital, viabilizados a partir do uso de internet e de dispositivos tecnológicos. As mídias sociais e as redes sociais muitas vezes são tratadas como sinônimos, porém, segundo a autora, tem focos e propósitos distintos. Enquanto as “redes sociais” são fundamentalmente *sites* de relacionamento, que tem por objetivo reunir pessoas e promover a integração entre elas, as “mídias sociais” têm por objetivo a divulgação e o compartilhamento de conteúdo, o que levaria a conclusão de que as mídias sociais envolvem as redes sociais. Fonte: COLNAGO, Camila Khroling. Mídias e redes sociais digitais: conceitos e práticas. In: COSTA, Wilson da (org.). *Estratégias de comunicação nas mídias sociais*. Barueri: MANOLE, 2015. p.3-22.

influência das cidades pesquisadas em relação aos centros apenas citados pelos respondentes e, no segundo caso, definem-se os diferentes níveis de subordinação das cidades pesquisadas com relação aos centros da mais alta ordem hierárquica.

No caso das Regiões de Influência das Cidades e os fluxos de serviços de mídia, o primeiro estudo sobre a região de influência das cidades brasileiras não contemplou os serviços de notícia e informação (DEOLINDO, 2014). Tal fato é justificável visto a realidade social, cultural e econômica do Brasil a época, tanto que houve grande ênfase na investigação dos fluxos de produtos e serviços ligados à produção agrícola. Já no estudo de 1987, os meios de comunicação passaram a ser considerados entre os serviços que podem ajudar a indicar o nível de centralidade de um lugar. Trata-se do reconhecimento, a partir daquele momento histórico, da atividade da mídia como essencialmente urbana e como é importante não apenas para a coesão social, mas também para o atendimento das necessidades públicas e privadas por notícia e informação e para o funcionamento de diversos setores da economia.

Os resultados das pesquisas sobre TV, internet e jornais são um importante indicador de hierarquia dos centros de produção dessas mídias, bem como de sua área de influência. O Regic de 2007 revelou que a oferta de informações e serviços através da internet é um fator de centralidade devido a sua complexidade, que irá demandar uma localização privilegiada, ou seja, um lugar com centralidade preexistente que forneça pessoas qualificadas, recursos tecnológicos e um mercado consumidor que viabilizem a manutenção dessas atividades. Assim, Deolindo (2014) constatou que os serviços de mídia como critério para definir a centralidade de uma cidade na rede urbana reflete a crescente importância do papel desempenhado pelos meios de comunicação e suas infraestruturas na sociedade contemporânea.

A pesquisa mais recente divulgada pela TIC Domicílios 2019 (Cetic.br, *on-line*) apresenta o panorama do acesso domiciliar e individual a tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil. Essa pesquisa nos aponta que, com o advento da pandemia da Covid-19, tornou-se mais evidente a exclusão digital de parcela significativa da população brasileira. Dados da pesquisa, coletados em um período prévio à crise sanitária, mostraram que a falta de acesso à internet atinge uma a cada quatro pessoas no Brasil. Também persiste no país, entre os indivíduos que venceram a barreira do acesso, um segundo nível de exclusão digital. O uso da internet exclusivamente por celular, por exemplo, está associado a um menor aproveitamento de oportunidades *on-line*, incluindo atividades culturais, pesquisas escolares, cursos à distância, trabalho remoto e utilização de governo eletrônico.

Ainda, a pesquisa nos revela que, entre 2017 e 2019, houve um acréscimo de 11 milhões de domicílios com acesso à internet, mas sem computador, revelando a importância do telefone

celular como principal dispositivo de acesso à internet. A presença de computadores está associada a fatores sociodemográficos: em 2019, eles estavam presentes em 95% domicílios da classe A⁵¹, mas em apenas 44% dos domicílios da classe C e 14% dos domicílios das classes D e E. Mesmo com o aumento do número de domicílios conectados, cerca de 20 milhões de domicílios brasileiros não tinham acesso à internet em 2019, fenômeno mais concentrado em números absolutos, no Sudeste (7,8 milhões de domicílios) e Nordeste (6,4 milhões). Entre segmentos socioeconômicos, 13 milhões de domicílios das classes D e E não tinham acesso à internet em 2019 (Cetic.br, *on-line*).

No estado do Rio Grande do Sul, com a pandemia da Covid-19, se trouxe à tona uma realidade de exclusão digital presente no cotidiano de muitas famílias, e isso ficou evidente em todas as áreas, mas especialmente na educação. Quando os estudantes não puderam mais frequentar as aulas presencialmente e houve a migração para a modalidade de ensino remoto. Diante da situação que emergiu com a pandemia, se identificou que o acesso ao celular é mais facilitado, e que ao menos uma pessoa da família possuía o aparelho, o gargalo estaria no acesso dos estudantes a internet (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, *on-line*).

Uma tentativa de enfrentamento a esse desafio foi realizada através de uma parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado e a secretaria Estadual de Educação para o repasse de R\$ 450 mil reais mensais, pelo período de um ano, para custear o acesso à internet a estudantes e a professores da rede estadual de ensino. O objetivo foi de reforçar conteúdos abordados em atividades presenciais, atenuando o impacto da paralisação devido ao coronavírus. Para a operacionalização, foi feito um contato com as operadoras de telefonia e o repasse dos números de telefones de quem aderir à iniciativa. A ação poderia beneficiar até 900 mil alunos e docentes. O apoio à educação durante a pandemia também beneficiou os estudantes da UERGS, no ensino superior⁵².

Nesse contexto revela-se a importância da internet no cotidiano das pessoas, independente da finalidade, para trabalho, estudos, pesquisas ou entretenimento, e no Vale do Rio Pardo não é diferente do restante do país ou do Estado. Uma fotografia mais recente dos dados a que tivemos acesso, mostrará a realidade regional, cientes de que a dinâmica se altera constantemente. A cadeia da rede da internet é complexa e envolve um conjunto grande de atores, que inicia com a emissão de dados de internet sendo transmitidos até os provedores de

⁵¹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide as classes sociais em 5 categorias básicas, segundo a renda familiar mensal: Classe A (acima de 20 salários mínimos); Classe B (de 10 a 20 salários mínimos); Classe C (de 4 a 10 salários mínimos); Classe D (de 2 a 4 salários mínimos) e Classe E (recebe até 2 salários mínimos). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05 mar. 2021.

⁵² Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

acesso, em seguida aos provedores de serviços e por fim, chegando até o consumidor final. Toda essa rede perpassa por inúmeras questões, que vão desde uma decisão estratégica de investimentos de empresas privadas em cabos, linhas telefônicas e antenas, ou seja, o equipamento no território, até chegar dentro da casa do cidadão, através de roteadores que são os responsáveis por distribuir o sinal para os dispositivos nos domicílios, sendo que essa última etapa está diretamente relacionada a fatores econômicos, sociais e de renda da população.

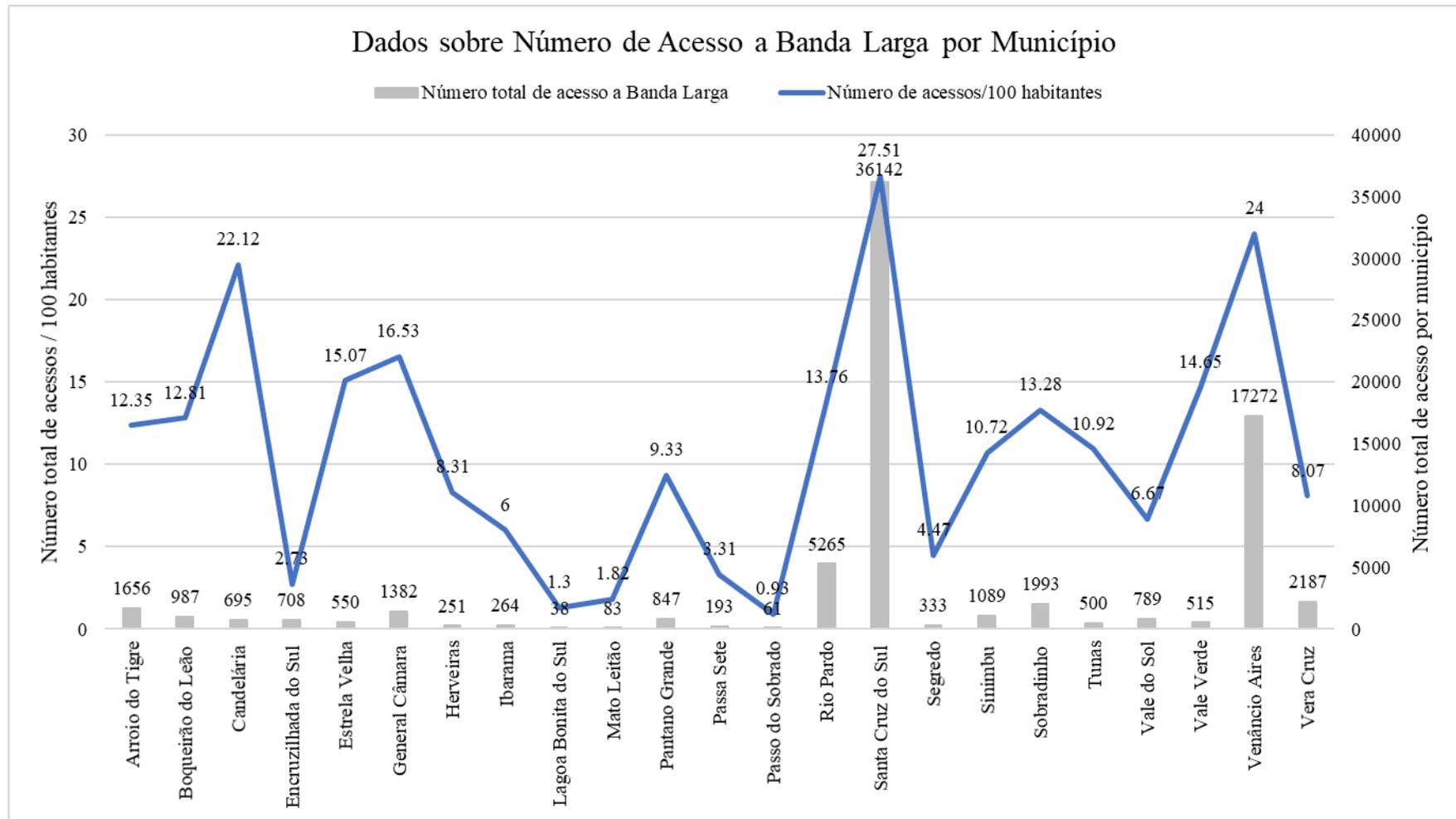
Esses diálogos interdisciplinares entre as áreas da geografia e da comunicação, como exemplo do que mencionamos acima, devem considerar, segundo Baldessar, Moreira e Pasti (2014), a dimensão política, ao analisar os usos do território, buscando identificar os agentes hegemônicos e hegemonzados, bem como, os “lugares que comandam” e os “lugares que obedecem”, a partir dos fluxos de informação. Para os autores, tanto a difusão seletiva e desigual das infraestruturas comunicacionais, como as ações dos agentes hegemônicos no comando da comunicação trazem consequências importantes aos lugares e, por isso, precisam ser pesquisados.

3.4.1 Internet e telefonia móvel no Vale do Rio Pardo: difusão seletiva e desigual das infraestruturas comunicacionais

Feita essa referência, partimos à análise da configuração e da distribuição da internet na região do Vale do Rio Pardo, que se constitui numa rede técnica de suporte, ou seja, é “o equipamento no território”, pela qual circulam os meios. A Anatel publica mensalmente a quantidade de acessos no Brasil relativos aos principais serviços de telecomunicações, como por exemplo, Banda Larga Fixa, Telefonia Móvel, TV por Assinatura e Telefonia Fixa. Os dados na figura abaixo – fornecidos à Anatel pelas próprias prestadoras – mostram a situação dos números de acessos de assinantes dos serviços de Banda Larga Fixa⁵³ nos municípios do Vale do Rio Pardo. Também é informado o indicador da densidade desses serviços. Para os serviços de Banda Larga Fixa, o indicador é o número de acessos dividido pela quantidade de domicílios.

⁵³Banda larga é a conexão de internet que permite ao usuário navegar em alta velocidade. Disponível em: <<http://www.brasilbandalarga.com.br/bbbl/glossary>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 5 – Dados sobre número de acessos à Banda Larga no Vale do Rio Pardo (2020)



Fonte: www.teleco.com.br com dados de Anatel referente a dez. 2020. Acesso em: 21 fev. 2021. Figura elaborada pela autora.

Na configuração e distribuição espacial dos dados sobre internet banda larga, evidencia-se uma concentração maior do número de acessos em relação à população municipal, em três municípios da região, que apresentam uma densidade acima de 20 acessos/100 habitantes, que são: Santa Cruz do Sul, com uma densidade de 27,51, seguido de Venâncio Aires, com uma densidade de 24 acessos e ainda Candelária, que apresenta 22,12 acessos a cada 100 habitantes. Os dois primeiros municípios são também aqueles que apresentam o PIB *per capita* (2014) mais alto da região, ou seja, cuja soma de bens e serviços finais do município é produzido por habitante, e, portanto, reflete como um indicador de maior poder aquisitivo da população.

Na faixa entre 10 a 20 acessos/100 habitantes figuram outros nove municípios, que são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Estrela Velha, General Câmara, Rio Pardo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas e Vale Verde. E abaixo de 10 acessos/100 habitantes encontram-se a maior parte de municípios, onze no total, são eles: Encruzilhada do Sul, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Segredo, Vale do Sol e Vera Cruz.

Essa análise conjunta da espacialidade dos municípios da região, nos mostra que somente 13% da região do Vale do Rio Pardo tem um maior acesso à internet (acima de 20 acessos/100 hab), enquanto 39% dos municípios têm um acesso intermediário (entre 20 e 10 acessos/100 hab) e a grande maioria, ou seja, em 48% dos municípios, a internet chega em menor escala à população (menos de 10 acessos/100 hab).

Essa distribuição espacial nos leva a algumas considerações, primeiro, a de que existe uma tendência, embora isso não seja absoluto em todos os municípios, na relação do acesso à banda larga com o PIB *per capita* do município. Observamos que aqueles municípios que possuem uma quantidade maior de acessos de internet por habitantes, também possuem um PIB *per capita* mais elevado, uma vez que esse indicador tendência um maior poder aquisitivo e concentração de renda por parte da população desses municípios, e talvez isso se reflita no consumo/acesso aos serviços de internet.

Por outro lado, quando Silveira (2011, p. 155), se referia ao fato de que, associado ao momento histórico, os sistemas técnicos incidem sobre a divisão territorial do trabalho, que cria uma hierarquia entre os lugares e redefine, a cada momento da formação socioespacial, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições, temos presente que no território do Vale do Rio Pardo, os sistemas técnicos também explicam os acontecimentos, cada uma a sua época, ao tempo em que promovem uma seletividade entre os lugares, quando observamos que aqueles municípios com menor poder econômico não conseguem consumir e usufruir determinados tipos de serviços.

Entendemos que esse agir das pessoas, das firmas e das instituições, conforme se referiu Silveira (2011), perpassa por questões de ordem econômica, a decisão ou não de empresas provedoras de internet, por exemplo, de investirem a sua infraestrutura num determinado município, é norteado por questões dessa ordem, de capital, de lucro, de consumo e de retorno. De um lado as empresas, e de outro a população que não pode acessar esses serviços, por não reunir condições financeiras para arcar com esses custos e consumir esse tipo de prestabilidade.

De outra parte, nos chama a atenção a ausência dos serviços de internet, seja pela falta/não interesse de fornecimento por parte de empresas no município, ou falta de recursos da população para acessar esse artifício tecnológico, como é o caso de Lagoa Bonita do Sul, que pertence à microrregião Norte do Vale do Rio Pardo, e figura como o município com menor percentual de acessos por habitante, atingindo a média de 1,30 acessos/100 hab.

Na microrregião Centro é Mato Leitão que apresenta o menor índice, com uma média de 1,82 acessos/100 hab e na microrregião Sul é Passo do Sobrado quem aparece com o menor índice, 0,93 acessos /100 hab, seguido de Encruzilhada do Sul, com 2,73 acessos/100 hab que, como apresentamos na caracterização da região, é o maior município em extensão territorial da região, com uma área de 3.439 quilômetros quadrados.

Aqui recordamos Souza (2005), que ao se referir a Milton Santos, diz que o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. A autora nos lembra que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, sobretudo, no atual período histórico denominado por Santos de técnico, científico e informacional. E, quando olhamos para o período atual, vemos que o território do Vale do Rio Pardo incorpora conteúdos de ciência, técnica, informação e também dinheiro e assim, a expansão do meio técnico-científico-informacional, nas condições atuais, significa da mesma forma a expansão da pobreza estrutural e da exclusão digital, uma vez que ele também é social.

A atual configuração espacial da banda larga de internet nos dá uma fotografia da situação da região, que se apresentam dessa forma por diversas razões, que talvez possam perpassar por questões de ordem econômica, inclusive geográfica e de relevo, já que temos municípios com relevo plano e outros montanhosos, o que pode se apresentar como uma barreira em termos de infraestrutura. O universo populacional também pode ser considerado, quando temos municípios com alta e baixa densidade demográfica, ou seja, maior e menor capacidade de consumo.

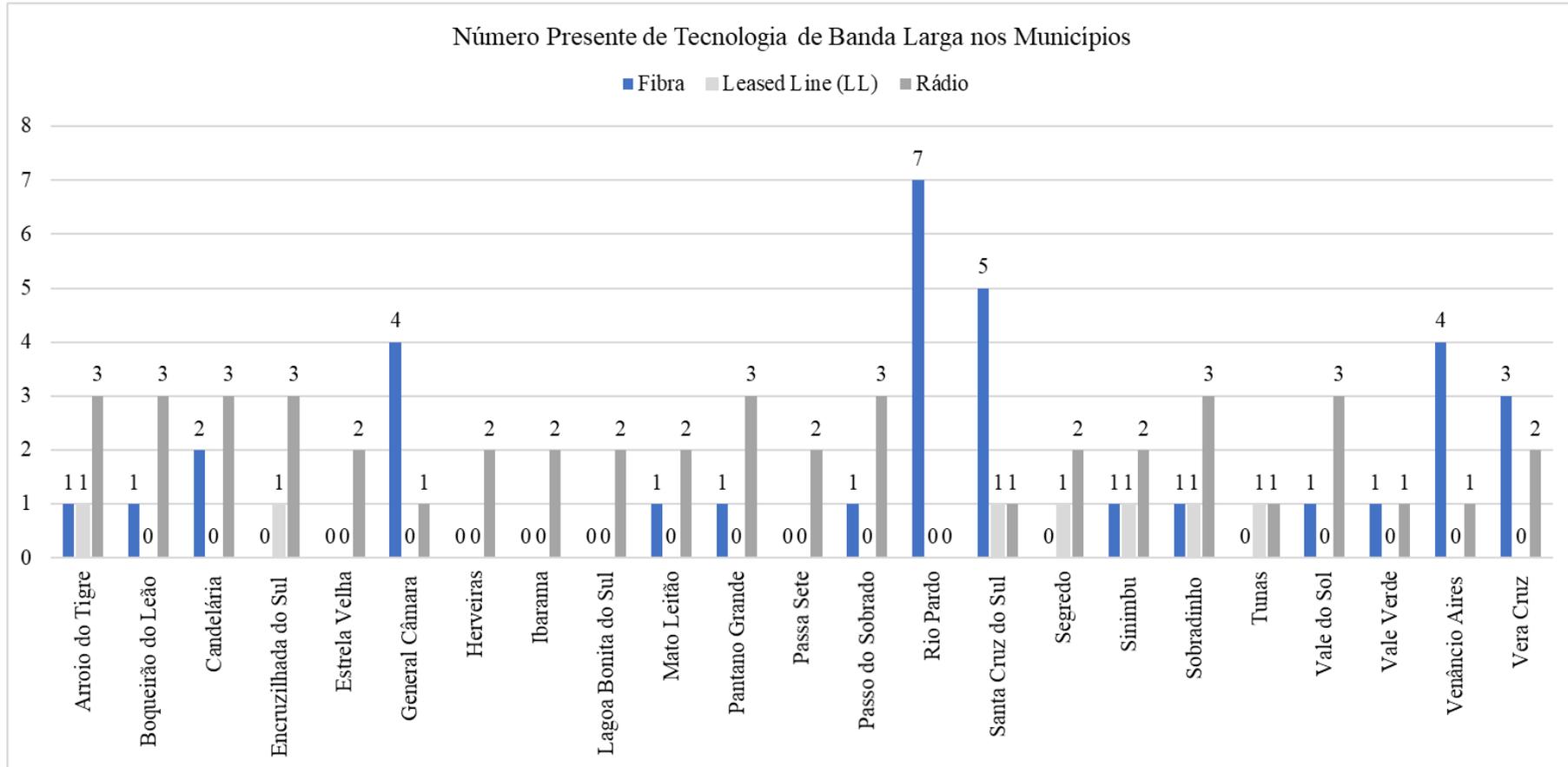
Aqui, não pretendemos dar respostas do porquê certos municípios figuram com índices baixos de acessos à internet, em detrimento a outros, até porque necessitamos de uma maior

dedicação e investigação sobre essas motivações, mas traçarmos um panorama mais geral de como se apresenta esse acesso, por parte da população e dos municípios, à internet na região.

Dando sequência à análise, trazemos na figura abaixo um panorama sobre a quantidade de tecnologia de banda larga presente na região do Vale do Rio Pardo, conforme dados extraídos do *site* da Teleco (2021, *on-line*), que apresenta dados sobre a *Backhaul BL*⁵⁴ por município, com acessos, densidade, empresas prestadoras e a tecnologia presente, configurando-se nas conexões de internet via rádio, fibra ótica e *leased line (LL)*.

⁵⁴ *Backhaul* é um termo em inglês que significa a porção de uma rede hierárquica de telecomunicações responsável por fazer a ligação entre o núcleo da rede, ou *backbone*, e as sub-redes periféricas. O *Backhaul* pode ter três finalidades: em redes de tecnologia *wireless*, é utilizado para transmitir voz e dados do *site* de uma célula para um *switch*, i.e., de um *site* central para um remoto; em redes com tecnologia de satélite, é utilizado para transmitir dados de um ponto para o qual ele pode ser transmitido (*uplinked*) para o satélite; ou é utilizado para transmitir dados para um *backbone* de rede. Disponível em: <<https://www.teleco.com.br/tutoriais.asp>> Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 6 – Dados sobre Número de Tecnologia de Banda Larga no Vale do Rio Pardo (2020)



Fonte: www.teleco.com.br com dados de Anatel referente a dez. 2020. Acesso em: 21 fev. 2021. Figura elaborada pela autora.

A figura acima nos apresenta a espacialidade do número de tecnologia de banda larga presente nos municípios do Vale do Rio Pardo, que leva o nome de *Backhaul*. Ainda, conforme dados da Teleco (2021, *on-line*), a *Backhaul* é responsável pela interligação das estações de rádio-base (ERB); pela formação da rede; e pela capacidade para escoar o tráfego da ERB. Os tipos de *Backhaul* que existem são: rádio digital ponto a ponto, fibra ótica e linhas privativas. Essa explicação inicial se faz necessária para entendermos melhor como essas tecnologias de internet estão distribuídas na região.

É importante ter presente que, por trás de um sinal de internet, existem algumas variações de conexões, como a internet a Rádio, a Fibra Ótica ou *Leased line* (LL), o que pode mudar completamente a maneira como o usuário recebe o sinal de internet em seu domicílio ou local de trabalho. Identificamos que as espacialidades dessas variações de internet – tecnologias presentes no território, bem como, as empresas prestadoras desse serviço, se apresentam com um predomínio da conexão via rádio⁵⁵ (47), seguido de fibra ótica⁵⁶ (34) e *leased line*⁵⁷ (7).

Nos municípios da microrregião Norte fica evidente a oferta via rádio (17), seguido de *leased line* (4) e em menor escala a internet fibra ótica (2). Já na microrregião Centro a oferta tanto pela internet via rádio, quanto fibra ótica é equilibrada, aparecendo 16 ofertas para cada uma, seguida de *leased line* (2). E na microrregião Sul é a fibra ótica que dispara, com 16 ofertas, seguida de rádio (14) e *leased line* (1).⁵⁸

A figura acima nos evidencia as diferenças de qualidade, estabilidade e velocidade que essas diferentes tecnologias de banda larga, disponíveis na região, apresentam. Esse também é

⁵⁵ Uma conexão de internet via **rádio** funciona sem nenhum tipo de fio chegando a sua casa, ela se propaga por meio de repetições de sinais que são feitas por diversas antenas posicionadas em lugares estratégicos. Assim, para que seja possível uma conexão, os locais os quais as antenas estão instaladas precisam “se enxergar” de certa forma – não havendo barreiras, como construções ou prédios – à torre de transmissão. Dessa forma, conseguimos entender por que esse tipo de instalação tem que ser feita em topos de prédios. Disponível em: <www.teleco.com.br>. Acesso em: 08 mar. 2021.

⁵⁶ A conexão de internet via **fibra ótica** apresenta um meio de transmissão com um tráfego de dados com uma velocidade muito alta, já que a fibra consegue transmitir esse sinal por meio de reflexões de raio laser pelo cabo, o que favorece sua capacidade transmissora. Esse tipo de conexão funciona como os cabos convencionais, só que para garantir a excelência em todo o processo, o sinal é transformado em luz por meio de conversores integrados, sendo várias camadas de materiais isolantes, plásticos e refletores que garantem que o fio tenha a máxima proteção contra as interferências. Disponível em: <www.teleco.com.br>. Acesso em: 08 mar. 2021.

⁵⁷ E a variação de conexão denominada **Leased Line (LL)** implica em uma linha alugada, é um circuito privado de telecomunicações entre dois ou mais locais fornecidos de acordo com um contrato comercial. Às vezes, também é conhecido como circuito privado e como linha de dados. Normalmente, as linhas alugadas são usadas por empresas para conectar escritórios geograficamente distantes. Ao contrário das linhas telefônicas tradicionais na rede telefônica pública comutada (PSTN), as linhas alugadas geralmente não são circuitos comutados e, portanto, não têm um número de telefone associado. Cada lado da linha está permanentemente conectado, sempre ativo e dedicado ao outro. As linhas alugadas podem ser usadas para telefone, Internet ou outros serviços de comunicação de dados. Alguns são serviços *ringdown* e alguns se conectam a uma central privada de ramal (PBX) ou roteador de rede. Disponível em: <www.teleco.com.br>. Acesso em: 08 mar. 2021.

⁵⁸ Os dados talvez não reflitam, em essência, a realidade, tendo em vista a crescente oferta dos serviços de internet nos municípios.

um fator importante na geografia desigual das redes de comunicação no território regional. O que os dados mostram é que se, por um lado, alguns municípios com elevado PIB, possuem maior número de empresas oferecendo o serviço de fibra (reconhecido como mais veloz e estável), por outro lado, outros municípios como General Câmara e Rio Pardo, embora apresentem PIBs menores, estão localizados próximos à configuração espacial da rede dessa infraestrutura na região, o que permite melhor oferta desse serviço.

Identificamos que a tecnologia de fibra ótica se destacou em municípios como Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e General Câmara, o que talvez se explique pelo fato dessa infraestrutura estar disponível junto aos eixos rodoviários das estradas, e as empresas que operam nessas cidades mudam para fibra ótica porque passam a ter esse serviço. Além disso, essas cidades estarem sendo atendidas pela rede de fibra ótica que está sendo cabeada no Estado através ou nas margens desses eixos rodoviários, que conectam essas cidades, o que acaba favorecendo com que elas tenham uma melhor condição logística e passem a operar em maior quantidade essas tecnologias.

Destacamos que, possa haver certo atraso da atualização dos dados da Anatel, o que pode implicar na falta de registro de outras tecnologias que já estejam em uso nos municípios. Esses dados podem ter uma certa diferença em relação ao atual momento e a realidade dos municípios, tendo em vista que há atrasos na atualização dos dados das operadoras e das tecnologias usadas por essas operadoras na base de dados da Anatel.

No que se refere às empresas prestadoras de serviços de internet, verificamos que a operadora OI está presente em todos os municípios do Vale do Rio Pardo, seguido da CLARO (78%), VIVO (73%), TIM (65%), SOLINTEL (39%), ABRINT ABRAMULT (17%), SKY (4,34%) e ALGAR TELECOM (4,34%). A importância das empresas provedoras de internet fica evidente no contexto atual, em que o debate sobre os efeitos sociais e econômicos da transformação digital em curso está cada vez mais presente na agenda de governos e da sociedade civil, afetando diretamente a vida das pessoas, que passam pela necessidade de uma infraestrutura de conexão à internet de qualidade.

A diversidade de serviços possibilitada pela internet banda larga nos dias atuais faz com que seja necessário pensar conjuntamente na expansão do serviço e no aprimoramento de sua qualidade. No entanto, a expansão do acesso à internet encontra empecilhos de várias ordens, desde aspectos socioeconômicos, tais como inexistência de infraestrutura de acesso adequada em comunidades de baixa renda em grandes centros urbanos, até questões geográficas, a exemplo do alto custo da instalação de infraestrutura em regiões de florestas ou montanhosas, são dados apresentados pela TIC Provedores 2017 (Cetic, *on-line*).

Outro problema levantado pela pesquisa está associado às regiões menos favorecidas economicamente ou afastadas, que é a qualidade da internet: mesmo que haja conexão, a distância dos centros de distribuição do sinal e a infraestrutura mais precária colocam barreiras a um uso mais amplo da internet. Em um país com a dimensão territorial e os desafios sociais e econômicos do Brasil, a busca pela massificação da conexão à internet é permeada por diversas dificuldades. E na região do Vale do Rio Pardo não é diferente, em que o panorama apresentado revela baixa qualidade no sinal de internet, quando a maioria dos municípios tem conexão via rádio, o que pode ser dificultado por questões geográficas e de relevo, que faz com que o sinal não chegue com a devida qualidade ao usuário final.

Uma conexão de baixa velocidade e alta latência leva a uma experiência *on-line* limitante, que não propicia um completo uso das possibilidades da internet: por exemplo, assistir a vídeos por *streaming* ou participar de jogos *on-line* se torna impraticável, senão impossível. Com isso, formas de lazer, atividades pedagógicas ou mesmo o acesso à informação e a serviços públicos são prejudicados pela baixa qualidade da conexão de internet, acentuando disparidades já existentes em termos de desigualdades regionais, sociais e econômicas, segundo a pesquisa TIC Provedores 2017 (Cetic, *on-line*).

Quando falamos em comunicação digital, os fluxos de comunicação se intensificam e passam a operar sob uma perspectiva em rede, e um desses avanços é a Lei de Acesso à Informação - Lei n. 12.527, de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação pública. Nesse aspecto, destacamos o artigo de Freitas e Brandt (2017)⁵⁹, que traz considerações relevantes sobre a Lei de Acesso à Informação e suas repercussões no território, cuja pesquisa se deu em dois municípios de abrangência do Corede/VRP, com o intuito de averiguar o que é feito pelas administrações públicas de Encruzilhada do Sul e Santa Cruz do Sul em seus portais institucionais, no cumprimento das exigências trazidas pela lei.

Aqui lembramos que uma conexão instável e lenta no município é prejudicial e impõem as gestões municipais dificuldades operacionais, dada a crescente necessidade do cumprimento de obrigações fiscais via *websites* governamentais, como o caso que citamos acima. A dificuldade é tanto enfrentada pelos governos municipais e câmaras de vereadores, por exemplo, que necessitam cumprir a lei junto ao portal da transparência, quanto pelo usuário cidadão, que muitas vezes não consegue ter acesso ao conteúdo pela baixa ou total falta de conectividade. Fizemos essa contextualização no intuito de mostrar o quanto a internet de

⁵⁹ FREITAS, Tamara Arend de; BRANDT, Grazielle Betina. A política de acesso à informação: considerações sobre a Lei de Acesso à Informação e suas repercussões no território. Território, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul (RS), 13 a 15 de setembro de 2017.

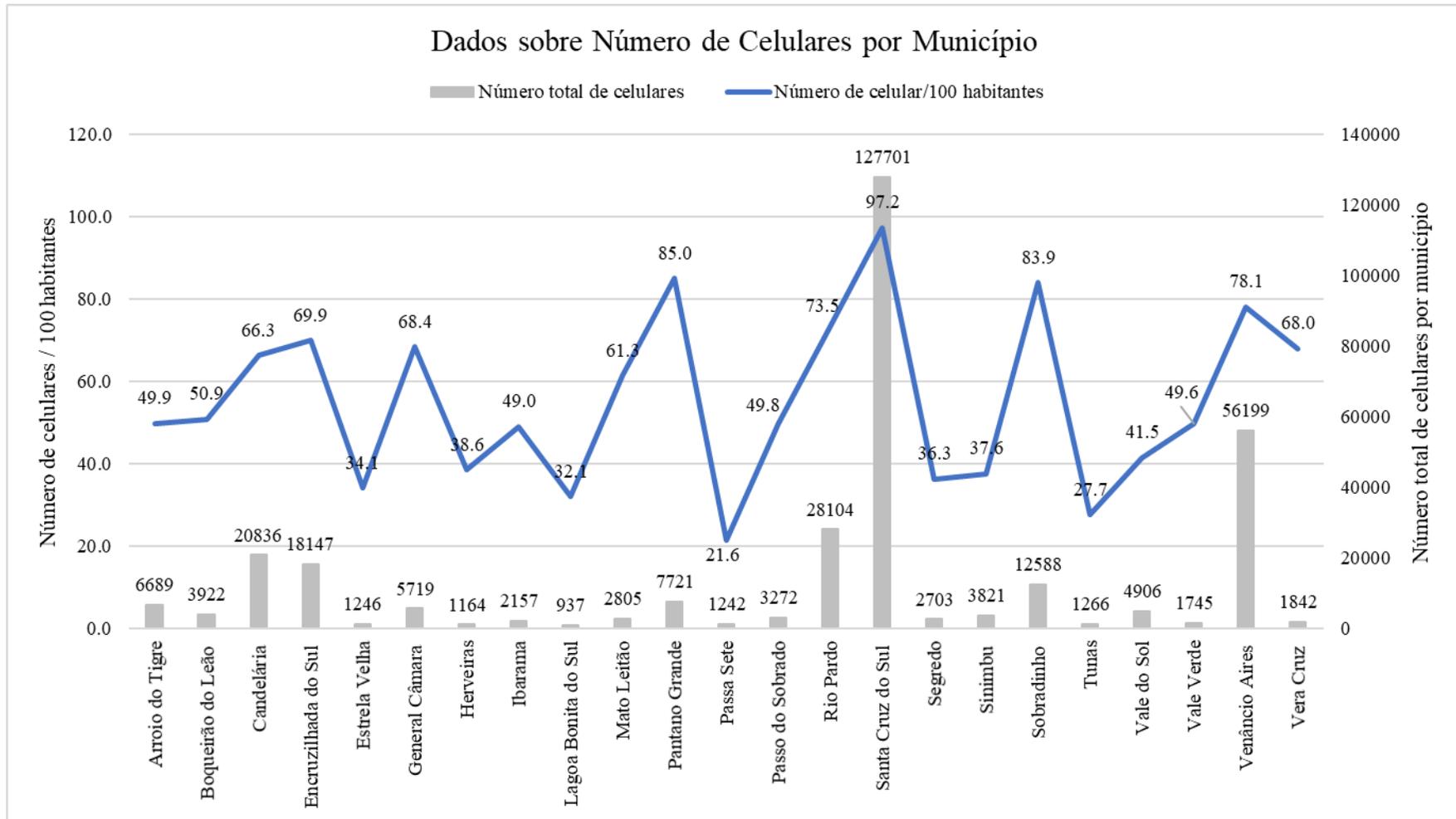
qualidade é fator importante para o desenvolvimento dos municípios e, conseqüentemente, da região.

Entendemos que este é um setor que demanda investimentos significativos em infraestrutura e, muitas vezes, a decisão de ampliar o número de clientes pode assumir contornos de obra pública, envolvendo, por exemplo, o cabeamento de um bairro ou a substituição da rede metálica por fibra ótica e sua instalação domiciliar. Dessa forma, evidencia-se a importância das empresas provedoras de internet que, atuando em menor escala, conseguem customizar soluções para uma clientela mais segmentada, podendo, assim, levar a conectividade para lugares mais remotos (TIC Provedores, 2017, *on-line*).

Nesse contexto de tecnologia de operadoras presentes e ausentes num dado território, entendemos que o território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, isso é, as infraestruturas de redes técnicas de suporte e de serviços nas telecomunicações, mas também os fluxos de toda a ordem, incluindo os de informação. Desse modo, quando analisamos o fenômeno técnico, isso é, estamos fazendo um esforço para entender a constituição do território, ou seja, como, onde, por quem, por quê, para quê o território é usado (SILVEIRA, 2011, p. 155).

Ao final, partimos para a análise da telefonia móvel. A Anatel publica mensalmente a quantidade de acessos no Brasil relativos aos principais serviços de telecomunicações. Os dados abaixo – fornecidos à Anatel pelas próprias prestadoras – mostram a situação dos números de acessos a Telefonia Móvel. Também é informado o indicador da densidade dos serviços. Para o serviço de Telefonia Móvel, a densidade é o número de acessos dividido pela população.

Figura 7 – Dados sobre Número de Celulares no Vale do Rio Pardo (2020)



Fonte: www.teleco.com.br com dados de Anatel referente a dez. 2020. Acesso em: 21 fev. 2021. Figura elaborada pela autora.

A figura acima nos apresenta um panorama geral do total de celulares por município, bem como, a densidade, nesse cenário destacam-se justamente os municípios polo de cada microrregião e também aqueles que possuem maior densidade demográfica. No Norte é Sobradinho que desponta com 83,89 celulares/100 habitantes, no Centro é Santa Cruz do Sul, com um dado impressionante de 92,21 celulares/100 habitantes e no Sul é a cidade histórica de Rio Pardo, com 73,45 celulares /100 habitantes.

Daqueles municípios analisados na pesquisa, sobretudo na microrregião Norte, com exceção de Sobradinho, observamos uma baixa densidade nos demais grupos de municípios, que apresentam uma densidade abaixo de 50 celulares /100 habitantes, configurando-se como os percentuais mais baixos em relação à região. Vejamos, Arroio do Tigre, aparece na sequência com 49,87, Ibarama com 49,03, Segredo com 36,31, Estrela Velha com 34,14, Lagoa Bonita do Sul com 32,08, Tunas com 27,66 e o menor índice foi de Passa Sete com 21,61.

Na microrregião Centro, com exceção de Santa Cruz do Sul, observamos um grupo de cinco municípios que apresentam densidade entre 80 e 40 e depois dois municípios abaixo de 40, que são Herveiras e Sinimbu. Na microrregião Sul, todos os municípios possuem densidade acima de 50 para 100/habitantes. As disparidades no acesso à telefonia móvel na região do Vale do Rio Pardo são evidentes, e para além da questão econômica relativa à posse de um aparelho celular, por exemplo, interfere a infraestrutura no território com antenas que possibilitam o sinal ao aparelho.

Lembramos de Moreira (2012, p. 14), que faz referência às estruturas de poder, que no seu bojo, estão presentes os processos de inclusão e exclusão e a economia global se interessa em incluir na sua rede sociedades com alguma capacidade de consumo, ao mesmo tempo que exclui aquelas sem recursos. Relativo às empresas de telefonia que prestam serviço na região, existe um predomínio da operadora VIVO na maioria dos municípios, sendo em alguns chegando à oferta acima de 80% da carteira de clientes operando com a VIVO. Outras telefônicas também figuram, como a CLARO, a OI e a TIM.

3.4.2 Os meios de comunicação no Vale do Rio Pardo: os “lugares que comandam” e os “lugares que obedecem”, a partir dos fluxos de informação

A produção e a circulação da informação no território se dão pelas ações e reações entre os diferentes agentes sociais, instituições e empresas, e estes, por sua vez, se utilizam de diferentes meios de comunicação para fazê-lo. Lembramos que os meios de comunicação, objeto de análise desse tópico, só se viabilizam pelo uso e acesso a redes técnicas, que

abordamos no tópico anterior, e estas, sim, permitem a circulação da informação no território. São fatores que afetam a circulação no território: a infraestrutura técnica disponível, a qualidade do serviço e a diferença econômica dos usuários e consumidores. Uma vez apresentada a espacialidade das redes técnicas de suporte de internet e telefonia móvel, vamos analisar a configuração e a distribuição da rede técnica de serviços, ou seja, os meios de comunicação que circulam e se viabilizam através dessas redes.

A análise espacial inicia pelos jornais, identificando o município sede, o nome do impresso, a circulação e se possui canais digitais/mídias sociais. Fatores como a distribuição espacial, a concentração, a centralidade e a ausência serão verificadas.

Quadro 2 – Dados sobre jornais no Vale do Rio Pardo (2021)

JORNAIS					
MUNICÍPIO	IMPRESSO	CIRCULAÇÃO	MÍDIAS SOCIAIS		
			Portal, site, blogs noticiosos	Facebook	Instagram
Boqueirão do Leão	A Hora Regional	semanal	https://grupoahora.net.br	https://www.facebook.com/ahoraregional	https://www.instagram.com/grupoahoraoficial
Candelária	Folha de Candelária	semanal	https://www.folhadecandelaria.com.br/	https://www.facebook.com/folhadecandelaria	https://www.instagram.com/folhadecandelaria/
	Jornal de Candelária	semanal	https://jornaldecandelaria.com.br/	https://www.facebook.com/jornalcandelaria	https://www.instagram.com/jornaldecandelaria/
Encruzilhada do Sul	Jornal do Sudeste	semanal	https://www.jornaldosudeste.com/	https://www.facebook.com/jornaldosudestecomunicacoes	https://www.instagram.com/jornaldosudestecomunicacoes/
	Jornal 19 de Julho	semanal	-	https://www.facebook.com/jornal19	https://www.instagram.com/jornal_19/
Pantano Grande	Jornal Destak	quinzenal	http://portaldestak.com.br/	https://www.facebook.com/destakjornal	https://www.instagram.com/destakjornal/
	Jornal Tribuna	quinzenal	-	https://www.facebook.com/jornaltribunapg/	https://www.instagram.com/josecvereador.pg/
Passo do Sobrado	Gazeta Popular	semanal	https://gazetapopular.com/	https://www.facebook.com/gazetapopularps	https://www.instagram.com/gazetapopularps/
Rio Pardo	Jornal de Rio Pardo	semanal	-	https://www.facebook.com/jornalderiopardo	https://www.instagram.com/jornalderiopardo/
Santa Cruz do Sul	Gazeta do Sul	diário	www.gaz.com.br	https://www.facebook.com/portalgaz	https://www.instagram.com/portalgaz/
	Jornal Arroio Grande	mensal	https://jornalarroiogrande.blogspot.com/	https://www.facebook.com/jornalarroiograde	-
	Riovale Jornal	bissemanal	https://www.riovalejornal.com.br/	https://www.facebook.com/riovalejornal	https://www.instagram.com/riovalejornal/
Sinimbu	Tribuna Popular	semanal	https://www.tribunars.com/	https://www.facebook.com/Jornal-Tribuna-	-

				Popular- 995873483777490	
Sobradinho	Gazeta da Serra	semanal	http://www.gaz.com.br/contudos/centro_serra/ http://spt.gaz.com.br/leitura-digital/gazetadaserra	https://www.facebook.com/GazetaSobradinho	-
Venâncio Aires	Folha do Mate	3f., 5f. e sábado	https://folhadomate.com/	https://www.facebook.com/FolhadoMate	https://www.instagram.com/folhadomate/
	Olá Jornal	bissemanal	http://olajornal.com.br/	https://www.facebook.com/olavenancio	https://www.instagram.com/olajornal/
Vera Cruz	Jornal Arauto	bissemanal	https://www.portalarauto.com.br/	https://www.facebook.com/JORNALARAUTO	https://www.instagram.com/jornal_arauto/

Fonte: www.adi-rs.org.br; Adjori/RS, *on-line*. Acesso em: 11 fev. 2021. Quadro elaborado pela autora.

O mapeamento dos jornais impressos revelou a existência de apenas um jornal diário de abrangência regional, que é a Gazeta do Sul, localizada no município de Santa Cruz do Sul e, de outros dezesseis jornais com periodicidade semanal, bimensual, trimessemanal e até mensal, distribuídos no território do Vale do Rio Pardo. No caso dos jornais, entendemos que são um importante indicador de hierarquia dos centros de produção de mídia, bem como a sua área de influência, pois mesmo sendo produzidos em determinado município, ele abrangência municípios do entorno.

E nesse aspecto, identificamos que o jornal Gazeta do Sul⁶⁰ é um veículo que circula em 29 municípios, tem uma tiragem diária de 13 mil exemplares, possui gráfica própria que permite a impressão do seu jornal, além de terceiros. Fundado em 1945, o mais antigo da região, o jornal Gazeta do Sul integra a Gazeta Grupo de Comunicações que comporta dois jornais, cinco emissoras de rádio, um portal de notícias, uma editora e, ainda conta com uma fundação, por meio da qual são desenvolvidas iniciativas de caráter comunitário.

O jornal Gazeta do Sul circula em todos os municípios do Vale do Rio Pardo, e extrapola essa regionalização, chegando também em quatro municípios do Corede Alto da Serra do Botucaraí, em um do Corede Alto Jacuí e em um do Corede Jacuí Centro. Podemos observar a prevalência desse jornal de circulação diária e o papel da cidade polo na produção e veiculação de notícias para o público local e sua região de influência – no caso, Santa Cruz do Sul.

Depois de Santa Cruz do Sul, o município que aparece com jornal de circulação trimessemanal é Venâncio Aires, que tem a segunda maior população da região. Santa Cruz do Sul volta a figurar também com um outro jornal bimensual, e na sequência aparece um grupo de onze municípios que possuem jornal com circulação semanal, distribuídos predominantemente nas microrregiões Centro e Sul. E em menor escala jornais com tiragens quinzenais e um com tiragem mensal.

Ao fazer a pesquisa, identificamos que em algumas situações o jornal é editado e impresso no município sede, contudo, circula nos demais do entorno, inclusive com páginas internas dedicadas exclusivamente para assuntos do município, através de uma espécie de encarte ou páginas internas. Também observamos que a abrangência dos jornais ultrapassa os limites geográficos da regionalização dos Conselhos Regionais, circulando em outros territórios e vice e versa.

Identificamos que a microrregião Centro e a Sul possuem o mesmo número de jornais impressos em circulação, totalizando oito em cada uma delas. E a microrregião Norte aparece

⁶⁰ Fonte: Gazeta Grupo de Comunicações – MIDIA KIT Grupo Gazeta. Acesso em: 03 mar. 2021.

com apenas um jornal ativo. A pesquisa buscou identificar quais desses jornais oferecem ao leitor a versão digital (*on-line*), considerando a praticidade e a instantaneidade do acesso. Praticamente todos eles disponibilizam conteúdo digital para os leitores, seja nos respectivos *sites*, portais de notícias, *blogspot* ou até mesmo em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*. Em alguns casos o conteúdo é gratuito, em outros, o conteúdo é exclusivo para assinantes. Percebemos que alguns jornais fazem parte de grupos e pequenos conglomerados, que concentram no seu escopo diversas mídias, como jornal, rádio e portal de notícias, editoras, produtoras de eventos, e até mesmo TVs digitais. Outros, operando somente com o jornal.

Ao fazermos a identificação da existência da oferta do jornal no formato digital, verificamos que todos eles, em escala maior ou menor, reproduzem as informações no formato digital, conforme pode ser observado na tabela. Também verificamos a existência de cinco portais de notícias no Vale do Rio Pardo, sendo que o primeiro a estrear na região foi o portal *Gaz*⁶¹, que integra a Gazeta Grupo de Comunicações, com sede em Santa Cruz do Sul. Lançado em novembro de 2009, é o espaço em que os usuários e visitantes podem encontrar notícias em diferentes plataformas, produzidas por profissionais de todos os veículos de comunicação do grupo.

Com textos, áudios, fotos e vídeos, o portal reúne uma grande variedade de recursos e complementa as mídias tradicionais, como o rádio e o jornal impresso. Este portal de internet tem como prioridade os fatos envolvendo os Vales do Rio Pardo e Taquari, levando para o mundo, por meio da internet, as notícias locais. Também aparecem portais nos municípios de Boqueirão do Leão, Vera Cruz e Venâncio Aires, todos localizados na microrregião Centro do Vale do Rio Pardo. São eles:

- a) Portal Gaz, com sede em Santa Cruz do Sul (www.gaz.com.br, *on-line*);
- b) Portal Arauto, com sede em Santa Cruz do Sul (<https://www.portalarauto.com.br/>, *on-line*);
- c) Portal Sinimbu, com sede em Sinimbu (<http://portalsinimbu.com.br/home/> *on-line*);
- d) Clic Boqueirão, com sede em Boqueirão do Leão (<http://www.clicboqueirao.com.br/site/> *on-line*);
- e) Guia Venâncio, com sede em Venâncio Aires (<https://www.guiavenancio.com.br/> *on-line*).

⁶¹ Fonte: < http://www.gaz.com.br/conteudos/sobre_o_portal_gaz/ >. Acesso em: 03 mar. 2021.

O quadro a seguir traz a espacialidade das emissoras de rádio no Vale do Rio Pardo, identificando o município sede, o nome da entidade, o nome fantasia, os serviços, se rádio comunitária, AM ou FM e a frequência na qual opera.

Quadro 3 – Dados sobre rádios no Vale do Rio Pardo (2021)

RÁDIOS				
MUNICÍPIO	ENTIDADE	NOME FANTASIA	SERVIÇOS	FREQUÊNCIA
Boqueirão do Leão	Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão	Rádio Arauto FM	RADCOM	105,9 MHz
Candelária	Associação Comunitária Candelariense - ACOMCAN	Rádio Comunitária Vida Nova FM	RADCOM	104,9 MHz
	Rádio Princesa do Jacuí Ltda.	Rádio Princesa FM	FM	100,3 MHz
	Rádio Triângulo FM Ltda.	Sorriso FM Região dos Vales	FM	104,3 MHz
Encruzilhada do Sul	ACE - Associação Cultural Encruzilhadense	Rádio 87,9 FM	RADCOM	87,9 MHz
	Rádio Encruzilhadense Ltda.	Rádio Encruzilhadense	AM	1230 kHz
Mato Leitão	Rádio Companheira FM Ltda.	Arauto FM	FM	90,5 MHz
Passo do Sobrado	Assoc. Cultural Rádio Comunidade de Passo do Sobrado	Compasso FM	RADCOM	105.9 MHz
	EZR Comunicações Ltda.	Gazeta FM Passo do Sobrado FM OPA FM	FM	91,3 MHz
Rio Pardo	Rádio Arco-Iris FM Ltda.	MAIS FM	FM	89,9 MHz
	Sociedade de Radiodifusão Fortaleza Ltda.	Rádio Rio Pardo	FM	103,5 MHz
Santa Cruz do Sul	Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul - ACICOM	Rádio Comunitária	RADCOM	105,9 MHz
	Associação Cultural Rádio Comunidade FM - Radiocom	Cidade FM	RADCOM	105,9 MHz
	Gazeta Comunicações Ltda.	Rádio Gazeta	FM	107,9 MHz
	Fundação Gazeta - Jornalista Francisco José Frantz	99,7 FM	FM	99,7 MHz
	Gazeta Comunicações Ltda.	Rádio Gazeta FM	FM	101,7 MHz
	Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda.	Rádio Atlântida	FM	93,3 MHz
	Emissoras Reunidas Ltda.	Rádio Santa Cruz do Sul	AM	550 kHz
Sinimbu	Associação Sinimbuense para o Desenv. Cultural - ASSINDESC	Rádio Sinimbu FM	RADCOM	105,9 MHz

Sobradinho	Associação Rádio Comunitária Carijinho FM	Rádio Carijinho FM	RADCOM	104,9 MHz
	Rádio Umbu FM Ltda.	Radio Gazeta FM Sobradinho	FM	98,1 MHz
	Rádio Sociedade Sobradinho Ltda.	Rádio Jacuí FM	FM	97,3 MHz
	Rádio Sociedade Sobradinho Ltda.	Rádio Sobradinho AM	AM	1110 kHz
Vale do Sol	Associação Cultural Vale do Sol	Rádio Comunitária do Sol FM 104,9	RADCOM	104,9 MHz
Venâncio Aires	ASCCOMVE - Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires	Interativa FM	RADCOM	98,1 MHz
	Rádio Cruzeiro FM Ltda.	Vênus FM	FM	100,7 MHz
	Rádio Terra FM de Venâncio Aires Ltda.	Terra FM	FM	105,1 MHz
	Rádio Venâncio Aires Ltda.	Rádio Venâncio Aires	AM	910 kHz
Vera Cruz	Associação Pró-Desenvolvimento de Vera Cruz	Rádio Comunitária Vera Cruz	RADCOM	98,5 MHz
	Perspectiva Comunicações Ltda.	Arauto FM	FM	95,7 MHz

Frequência Modulada (FM) - é a modalidade de serviço de radiodifusão sonora que opera na faixa de 76 MHz a 108 MHz, com modulação em frequência;

Radiodifusão Comunitária (RadCom) - é a modalidade de serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada operado em baixa potência e com cobertura restrita, outorgado a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço;

Onda Média (OM) - é a modalidade de serviço de radiodifusão sonora que opera nas faixas de 525 KHz. a 1.605 KHz e 1.605 KHz a 1.705 KHz, com modulação em amplitude. A menção "AM" deve-se ao modo habitual de transmissão, a modulação em amplitude. A radiodifusão em Onda Média é também popularmente conhecida como "Rádio AM".

Fonte: Anatel/SDR, *on-line*. Acesso em: 10 fev. 2021. Quadro elaborado pela autora.

O veículo rádio é o que aparece com maior expressão no Vale do Rio Pardo, estando presente em doze municípios. As rádios de frequência FM estão em maioria, são 15 no total, seguido das rádios comunitárias⁶², com 11 e em menor escala as rádios AM, com 4 apenas. Além da estrutura existente nos municípios sede da região, também identificamos a existência de muitas unidades sucursais, em municípios vizinhos. A rádio aparece com muita expressão nos municípios da microrregião Centro, com 17 veículos, seguido da microrregião Sul, com 9 e depois na Norte, com 4 veículos.

A predominância do veículo rádio pode ser percebida com maior evidência na microrregião Norte, com a concentração desse meio de comunicação no município de Sobradinho, que comanda a informação através desse tipo de veículo naquela microrregião. Assim como os jornais, as rádios com sede no município do Vale do Rio Pardo também extrapolam a região geográfica, assim como os ouvintes da região também consomem conteúdos advindos de rádios de outras regiões, sobretudo limítrofes, em função do alcance e frequência. Esses dados nos mostram com clareza a importância e a relevância para região como um todo desse meio de comunicação, de baixo custo e fácil acesso, além de permitir ao usuário acessar e acompanhar a programação simultaneamente a outras atividades, sejam elas de trabalho, lazer, em ambientes diversos.

Aqui destacamos a pesquisa realizada por Fedrizzi (2019)⁶³, que buscou identificar as verticalidades e horizontalidades que se concretizam no território usado do rádio no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. A pesquisa teve dois caminhos teórico-analíticos, o primeiro refere-se à identificação das verticalidades e horizontalidades que se manifestam no processo de distribuição espacial das emissoras comerciais e educativa com outorga no Vale do Taquari e o segundo foca nas verticalidades e horizontalidades que aparecem no conteúdo jornalístico transmitido pela Rádio Independente, com sede em Lajeado, emissora que se sobressai na região por priorizar programas jornalísticos na maior parte de sua programação diária.

⁶² Fonte: AGERT - o serviço de radiodifusão comunitária foi criado pela Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615 do mesmo ano. Podem explorar esse serviço somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação de serviços. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁶³ FEDRIZZI, Diogo Daroit. O território do rádio: as verticalidades e horizontalidades na radiodifusão no Vale do Taquari/RS, 2019. 224f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

Quadro 4 – Dados sobre TV no Vale do Rio Pardo (2021)

TELEVISÃO				
MUNICÍPIO	ENTIDADE	NOME FANTASIA	CANAL	FREQUÊNCIA
Santa Cruz do Sul	RBS TV SANTA CRUZ LTDA	RBS TV SANTA CRUZ	6	82 MHz a 88 MHz
	UNISC TV (universitária)	UNISC TV	15 NET de Santa Cruz do Sul	-
Pantano Grande	TV Pantano	TV PANTANO	CANAL 48 Tubaron (cabo) Canal TV <i>on-line</i>	
Rio Pardo	SPTV canal de TV	SPTV canal de TV	Canal TV <i>on-line</i>	

Fonte: Anatel/SDR, *on-line*; UNISC, *on-line*; <https://www.facebook.com/TVSPWEB>, *on-line* e <https://www.facebook.com/Sulrecords>, *on-line*. Acesso em: 10 fev. 2021. Quadro elaborado pela autora.

As emissoras de televisão concentram-se, na sua maioria em Santa Cruz do Sul, analisados TV aberta, educativa e *on-line*, e duas emissoras na microrregião sul, uma no município de Rio Pardo e outra em Pantano Grande, com programação somente *on-line*. A RBS TV Santa Cruz do Sul⁶⁴, também conhecida como RBS TV dos Vales é uma emissora de televisão brasileira com sede no município de Santa Cruz do Sul. Ela retransmite a programação da Rede Globo para 64 municípios e gera programas locais como o Jornal do Almoço. Opera no canal 6 (33 UHF digital). Também é uma das doze redes de transmissão regionais da RBS TV, que tem a central localizada em Porto Alegre. Em Santa Cruz do Sul, a emissora foi fundada em 28 de setembro de 1988. O canal era o único a cobrir a região com notícias locais até o surgimento de uma repetidora da TV Pampa Centro, de Santa Maria, em 2005.

O nome original da emissora regional era RBS TV Santa Cruz, na época, cobrindo a região de Santa Cruz do Sul, o Vale do Rio Pardo. Mais tarde, com a inclusão da região de Lajeado e a inauguração de uma sucursal naquela cidade, para cobrir o Vale do Taquari, o nome mudou para RBS TV Vales do Rio Pardo e Taquari. Em fevereiro de 2007, a região de Cachoeira do Sul (Vale do Jacuí), tradicionalmente coberta pela RBS TV Santa Maria, passou a ser atendida pela RBS TV de Santa Cruz do Sul e o canal passou a se chamar RBS TV dos Vales. Com base no decreto federal de transição das emissoras de TV brasileiras do sinal analógico para o digital, a RBS TV Santa Cruz do Sul cessou suas transmissões pelo canal 6 VHF em 14 de março de 2018, seguindo o cronograma oficial da Anatel.

São 64⁶⁵ os municípios de cobertura da RBS TV dos Vales, e desse grupo de municípios identificamos que 23 pertencem à área geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (sede Santa Cruz do Sul), 36 municípios à área geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari (sede Lajeado), 3 municípios à área geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento Jacuí Centro (sede Cachoeira do Sul), e dois municípios à área geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento Alto da Serra do Botucaraí (sede Soledade). Dessa forma, identifica-se que a abrangência da RBS TV dos Vales extrapola os limites geográficos dos Coredes Vales do Rio Pardo e Taquari, à medida que o sinal de TV abrange mais cinco municípios pertencentes a outras regiões coredianas.

Evidencia-se que os 64 municípios recebem a programação ao integrarem a área de abrangência, no entanto, os centros de emissão dos sinais, considerando a sede da emissora, são Santa Cruz do Sul e Lajeado, cuja a concentração e o comando dos fluxos de informação

⁶⁴ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/RBS_TV_dos_Vales>. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁶⁵ Fonte: <<https://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/Exibidoras.aspx?e=25>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ocorrem a partir dessas cidades, caracterizando-se por uma centralidade e uma hierarquia frente as demais, que se configuram apenas como receptoras de notícia.

A UNISC TV⁶⁶ se caracteriza como uma TV Universitária, fundada em 1996, tendo se desenvolvido, desde o início, também como um espaço de aprendizado para os acadêmicos do curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul, que realizam estágios curriculares e não curriculares. A UNISC TV é uma televisão universitária que prima pela produção e divulgação de conteúdo relevante para a construção da cidadania e para o fortalecimento do espírito crítico. É parceira do Canal Futura, filiada à ABTU e integrante da Rede Prosa. A grade de programação da UNISC TV é composta de programas próprios e por programas do Canal Futura. Vai ao ar pelo canal 15 da NET Santa Cruz do Sul e todos os programas são veiculados por *streaming*⁶⁷ + postagens de Vts disponibilizados na internet no portal da UNISC, no canal da emissora no *Youtube*, *Facebook* e nas redes sociais.

Em relação à TV Pantano, localizada no município de Pantano Grande, informações⁶⁸ obtidas dão conta de que esse canal é de propriedade particular de uma empresa do ramo de tecnologia, que fornece fibra ótica, telefone fixo, televisão por assinatura, e rádio *web*, além do canal local, a TV Pantano. A TV Pantano começou as suas atividades no município em 2018 e pode ser assistida pela TV por assinatura pelo canal 48 Tubaron ou então pelo *Youtube* - estando em qualquer parte do mundo pode-se acompanhar a programação local. Este mesmo grupo mantém duas emissoras de rádio *web*, que podem ser ouvidas de forma *on-line* ou a cabo. As rádios são Rádio Nativa e Rádio Pantano e podem ser ouvidas a cabo pelo canal 30 Tubaron ou por aplicativos, *sites* e redes sociais.

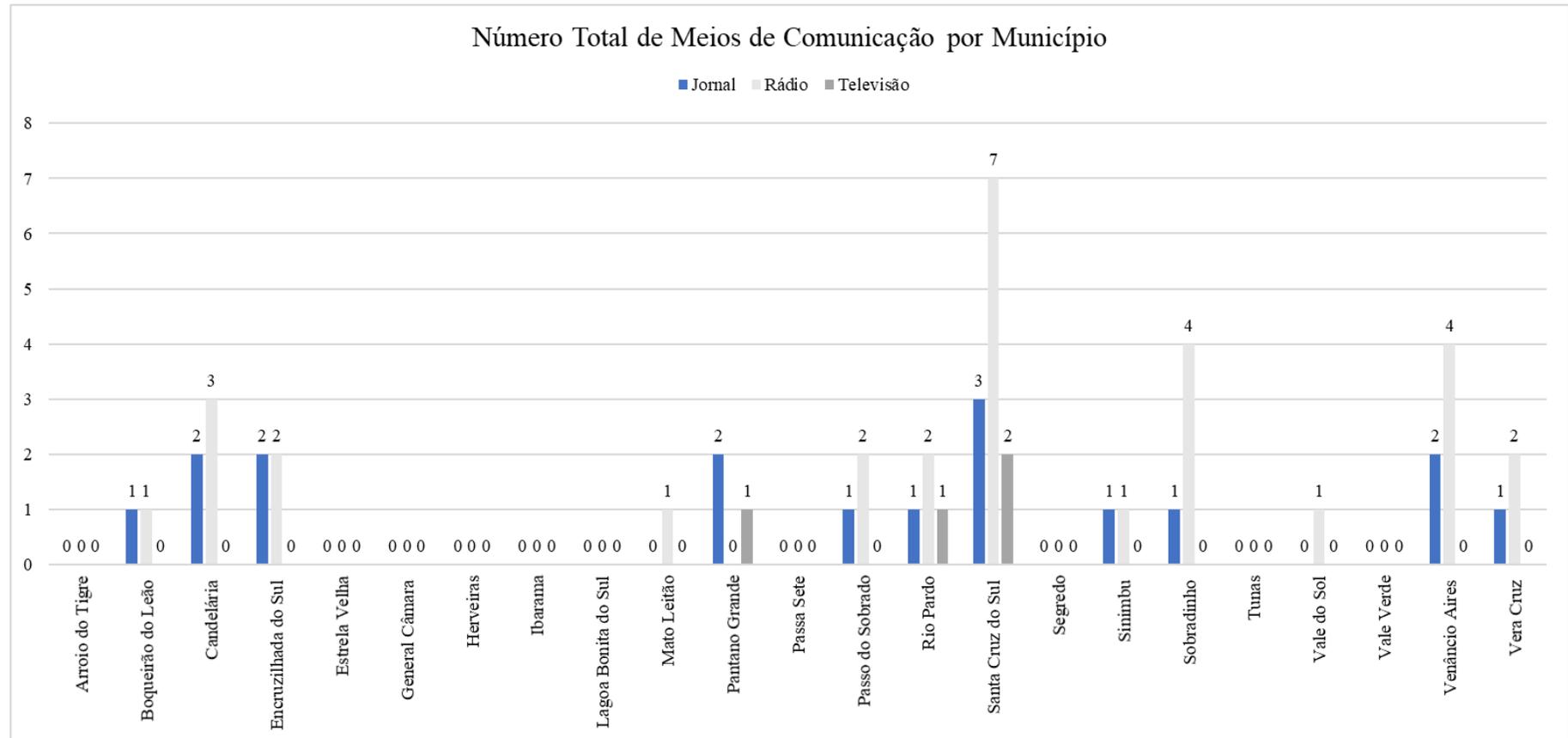
E a emissora de televisão *on-line* mais recente na região é a SPTV, com sede no município de Rio Pardo, que se caracteriza por ser um criador de conteúdo digital, A SPTV foi criada antes mesmo do período de pandemia, tendo o intuito de promover conteúdo local, município de Rio Pardo e região, os artistas e o comércio, criando conteúdos próprios para todo o meio digital. Possuem uma grade de programação diária e transmitem a programação pelo *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*. A seguir as figuras 12 e 13 nos apresentam um panorama de meios de comunicação pesquisados e sua representatividade na região do Vale do Rio Pardo, bem como nas três microrregiões.

⁶⁶ Fonte: <<http://www.unisc.br/pt/unisc-tv/apresentacao-unisc-tv>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

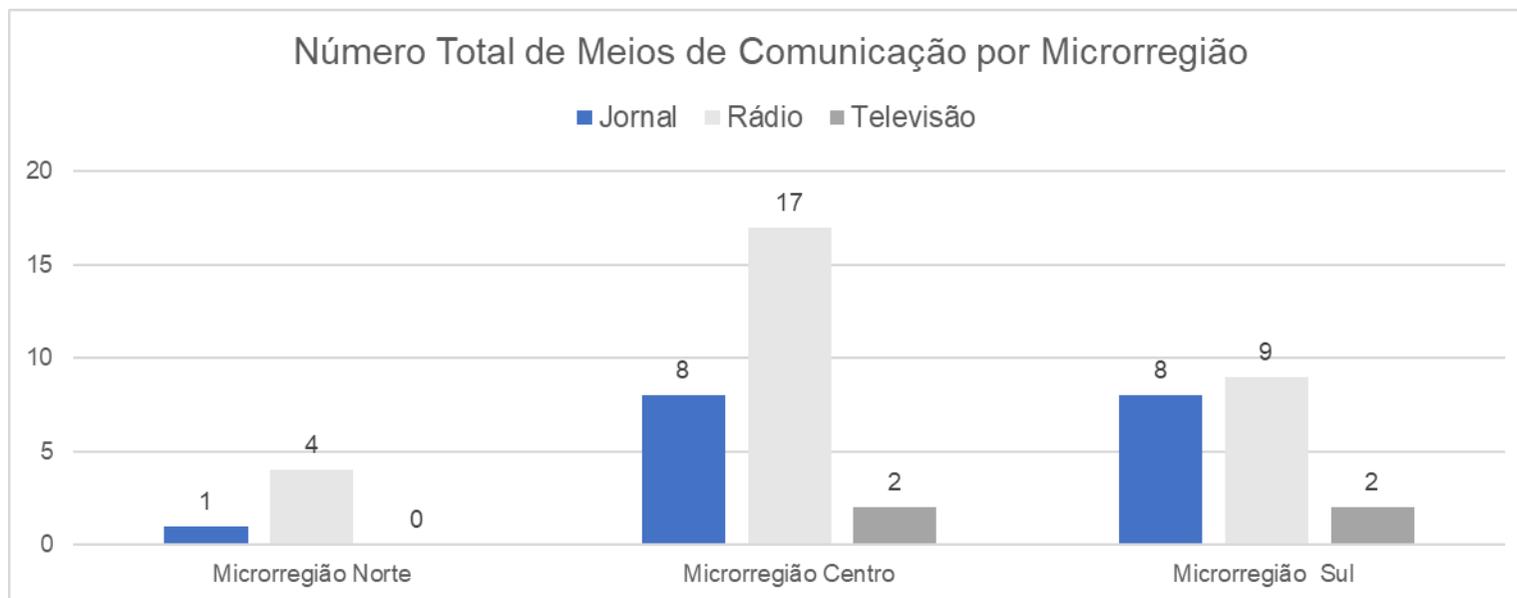
⁶⁷ O *streaming* é o que nos possibilita transmitir e acessar conteúdos pela internet em qualquer dispositivo com conexão e em tempo real sem a necessidade de download. Estes conteúdos são sob demanda e podem ser imagens, áudios, vídeos, livros e outros. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁶⁸ Fonte: <www.tubaron.com.br>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Figura 8 – Dados sobre meios de comunicação no Vale do Rio Pardo (2021)



Fonte: www.adi-rs.org.br; Adjori/RS, *on-line*; Anatel/SDR, *on-line*; UNISC, *on-line*; <https://www.facebook.com/TVSPWEB>, *on-line* e <https://www.facebook.com/Sulrecords>, *on-line*. Acesso em: 11 fev. 2021. Figura elaborada pela autora.

Figura 9 – Dados sobre meios de comunicação por microrregião no Vale do Rio Pardo (2021)

Fonte: www.adi-rs.org.br; Adjori/RS, *on-line*; Anatel/SDR, *on-line*; UNISC, *on-line*; <https://www.facebook.com/TVSPWEB>, *on-line* e <https://www.facebook.com/Sulrecords>, *on-line*. Acesso em: 11 fev. 2021. Figura elaborada pela autora.

Conforme pode ser observado nas figuras 12 e 13, com base no levantamento dos meios de comunicação existentes na região e com sede nos municípios de abrangência do Corede/VRP, verificamos a existência de 30 emissoras de rádio (AM, FM e Rádio Comunitária), 17 jornais (com diferentes circulações) e 4 emissoras de televisão (aberta, educativa e *on-line*). Dentre os municípios do Vale do Rio Pardo, apenas doze possuem algum tipo de veículo de comunicação no município sede, e que onze municípios não têm a presença de nenhum tipo de veículo. Isso não significa que eles estejam descobertos dos serviços de mídia, mas indica que consomem informação advinda de outros lugares, que não produzidas em seu município. As figuras também evidenciam a desigualdade de meios de comunicação entre municípios e entre as microrregiões do Vale do Rio Pardo.

Nesse aspecto, percebemos que o município de Santa Cruz do Sul se destaca por sua real ou relativa condição de dinamismo, autonomia, desenvolvimento e centralidade garantidos tanto pela presença de órgãos oficiais administrativos e decisores, sedes e filiais de empresas e oferta de uma maior e mais especializada variedade de equipamentos e serviços, dentre eles, os de mídia. Se considerarmos, somente o município de Santa Cruz do Sul possui de forma isolada sete emissoras de rádio e a microrregião Centro contabiliza dezessete emissoras, destacando-se como um lugar, um município e uma microrregião que comanda os fluxos de informação para os demais municípios da região.

Por outro lado, existem municípios de pequeno porte, com baixo dinamismo econômico e populacional e sem grande concentração urbana, que não têm sequer uma emissora de rádio comunitária. Esses municípios sem equipamentos de mídia são receptores de fluxo noticioso, mas nem sempre fonte de contrafluxo, figurando assim, como verdadeiras colônias informativas, para utilizar as terminologias de Heloisa Herscovitz e Sonia Aguiar, na Enciclopédia INTERCOM (2010). As notícias, perpassando da escala mundial a local, chegam até esses municípios por meio de diferentes canais e origens, mas o que esses municípios emitem para si, para a região da qual fazem parte e para outros lugares, muitas vezes não é evidenciado, caracterizando-se como lugares que obedecem aos fluxos de informação.

Porém, isso não significa que nesses municípios não existam atividades jornalísticas e que não tenham as próprias demandas por notícia e informação. Nesse aspecto, evidencia-se o papel dos assessores de imprensa que atuam junto às prefeituras, exercendo uma atividade relevante na divulgação daquilo que acontece no município, bem como, através de outras formas economicamente mais viáveis de divulgação.

No entanto, Peruzzo (2005) nos alerta para o fato de que a prática do jornalismo local vem revelando algumas tendências, frente à força que os laços políticos exercem sobre o local,

comprometendo a informação de qualidade. E cita como exemplo um instrumento muito utilizado em cidades do interior, que são os *press-releases*, emitidos pelas assessorias de imprensa dos poderes executivos e legislativos, principalmente, mas também por instituições privadas, em que é comum o tratamento tendencioso da informação e, muitas vezes, até a omissão dos fatos em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e interesses econômicos de proprietários da mídia.

Contudo, independente da forma e por quais canais de comunicação de massa que a informação chega ao cidadão, observa-se uma crescente na oferta de dispositivos e equipamentos eletrônicos disponíveis no mercado para consumo, assim como o acesso a esses, em maior ou menor escala, conforme fatores econômicos. Através desses dispositivos que estão cada vez mais se democratizando, seja por meio da internet ou dispositivos móveis, ampliando o campo de atuação dos sujeitos aos serem utilizadas por eles como ferramentas eficientes, facilitando o processo de produção e circulação da notícia e da informação e, conseqüentemente, a existência midiática das áreas que, até então, eram periferia informativa. Apesar dessa crescente, o tópico a seguir apontará que no Vale do Rio Pardo existe ainda uma barreira a ser vencida, no que tange ao acesso à internet e ao sinal de telefonia móvel, evidenciada nos Planos Estratégicos Regionais pelas instituições, atores regionais e sociedade civil organizada.

3.5 Redes de comunicação: tema prioritário nos Planos Estratégicos Regionais

As redes de comunicação são imprescindíveis para o desenvolvimento regional e, ao longo de todos os planos regionais do Vale do Rio Pardo já realizados, figuraram como tema prioritário no planejamento estratégico regional. Sobretudo a telefonia fixa, nas primeiras edições, quando esse meio de comunicação entre as pessoas era muito utilizado e mais recentemente, a telefonia móvel e a internet. A pesquisa sobre essa temática no Vale do Rio Pardo adquire importância porque esta região é constituída há mais de vinte anos de planejamento, elaborados pelo Corede/VRP, que apontam questões relativas à infraestrutura de telecomunicações.

Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo são o resultado de uma ampla participação e de um profundo debate, envolvendo instâncias de organizações públicas e privadas, lideranças e sociedade civil organizada, numa construção coletiva, a partir de um olhar voltado a direcionar as ações de desenvolvimento para a região. Neste aspecto, todas as publicações do Plano Estratégico que foram elaboradas, desde 1998;

depois, em 2003, com a Agenda 21 Regional; em 2010 e o mais recente publicado em 2017, demonstram claramente deficiências no setor das telecomunicações na região a serem superadas.

Nesta perspectiva esse projeto se justifica, entre outras questões, pelos dados apresentados no histórico dos planos de desenvolvimento, que apontam, por exemplo, na publicação de 1998, que a região possuía um total de 16.941 acessos telefônicos convencionais fixos, segundo a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), o que correspondia, em média, a 3 telefones para cada 100 habitantes. Com exceção de Santa Cruz do Sul, que apresentava a ocasião índices mais elevados, todos os demais municípios apresentavam densidade inferior à média do Estado, ou seja, a média da região era de 3,0 e a do Estado de 8,2. No tocante aos veículos de comunicação, a região possuía catorze jornais de circulação semanal e um de circulação diária; uma revista; doze emissoras de rádio; uma retransmissora (RBSTV) com sinal aberto e outra em circuito fechado a cabo (UNISC TV).

Já a publicação de 1999 – referente a segunda parte do Plano Estratégico, informava que a dinâmica e o processo de desenvolvimento da região apresentam íntima relação com a condição infraestrutural existente e seu território e, neste aspecto, foram elencados alguns grandes objetivos a serem alcançados pela comunidade regional para os anos vindouros e, dentre eles, constava a otimização e/ou a ampliação do sistema de comunicações. E, um dos problemas a serem superados pela região, naquela ocasião, seria deficiências na telefonia rural e urbana.

Na publicação da Agenda 21 Regional do Vale do Rio Pardo, datada de 2003, o resultado das oficinas microrregionais por área temática, especialmente a realizada no município de Sobradinho, apontou como principais deficiências no setor de infraestrutura os serviços relacionados à telefonia. Já o planejamento de 2010 trouxe aspectos em relação ao sistema de informação e comunicação, informando que, tanto na microrregião Norte como na Sul, mais de 60% dos aparelhos de telefone eram móveis. Já na microrregião Centro a distribuição dos aparelhos convencionais (fixos) e celulares (móveis) estava equilibrada, ficando em torno de 50% e, cujo fator decorreu pelo expressivo número de aparelhos no município de Santa Cruz do Sul.

O plano traz questões relativas à flexibilidade e à ampla cobertura da telefonia móvel nos municípios de Estrela Velha, General Câmara, Segredo e Vale Verde. Por outro lado, a existência de um expressivo percentual de aparelhos fixos em relação aos móveis se apresentava nos municípios de Herveiras, Ibarama e Lagoa Bonita do Sul, o que demonstrava, claramente, falta de cobertura da telefonia móvel nesses municípios. De acordo com informações do Plano

Estratégico de 2010, as três microrregiões, Norte, Centro e Sul do Vale do Rio Pardo apresentavam serviços de rádios, jornais e televisão. A microrregião Centro apresentava seis emissoras de rádio, uma emissora de TV e sete jornais; e a microrregião Sul, contava com três emissoras de rádio e cinco jornais.

E a mais recente publicação do PED, atualizada em 2017, traz dados sobre o sistema de informação e comunicação da região, como por exemplo, a relação total de domicílios particulares permanentes, por município, que possuem computador com acesso à internet e telefones celulares (dados censo demográfico IBGE 2010). Na região, os maiores índices de domicílios com microcomputadores e acesso à internet concentram em Santa Cruz do Sul, que inclusive apresenta uma média superior a do Estado. E municípios que apresentam menor percentual estão localizados na microrregião Norte. O documento ainda traz dados de cobertura das operadoras de celular em cada município e os serviços de rádio, jornal e TV da região.

Assim, como vimos, as redes de comunicação foram, historicamente, apontadas como tema prioritário para o desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo, sobretudo no que se refere à falta ou deficiência de internet e telefonia móvel em áreas urbanas, mas com maior expressividade em áreas rurais. Nesse sentido, abordaremos no próximo e último capítulo da dissertação de que forma as instituições com atuação no desenvolvimento regional, leia-se os consórcios públicos intermunicipais e as associações de municípios, percebem as redes de comunicação no território, e o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional. Além disso, vamos verificar como os meios de comunicação têm sido utilizados por essas instituições regionais.

4 INSTITUIÇÕES REGIONAIS: A COMUNICAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

Na área do planejamento, conforme evidenciado nos Planos Estratégicos Regionais, a articulação entre as instituições que atuam no território é imprescindível para extrapolar a perspectiva local em prol de uma abordagem regional. Nesse processo, a comunicação exerce um papel fundamental, tanto no diálogo entre os municípios, quanto das instituições que assumem essa função de integração regional com a sociedade. No quarto capítulo, vamos abordar as instituições regionais que dão voz ao território do Vale do Rio Pardo, destacando a importância que a comunicação exerce nessa relação, trazendo a perspectiva dos atores regionais. São duas Associações de Municípios e dois Consórcios Públicos Intermunicipais que formam o escopo desse capítulo, pois, no seu conjunto, reúnem a regionalização definida para essa pesquisa.

4.1 Associação de Municípios: há seis décadas presente na região

Recentemente, a Associação de Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVARP)⁶⁹, completou sessenta anos da data de sua fundação, que, além da importância do ponto de vista político, também marcou uma nova fase em torno das articulações voltadas à comunidade regional. A instituição foi criada com o intuito de solucionar problemas em comum dos municípios, buscando a valorização do municipalismo, além de unir, integrar e representar judicial e extrajudicialmente os associados, direta ou indiretamente, por meio da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS (AMVARP, *on-line*).

A Associação dos Municípios do Centro Serra (AMCSERRA)⁷⁰ foi criada em 2001, desmembrada da AMVARP. A instituição, além de ser uma entidade que congrega prefeitos, tem como propósito ser o centro das discussões dos problemas em busca da consolidação de um municipalismo forte e participativo. Na Associação, são tomadas decisões e traçadas metas a serem definidas dentro do processo de auto-organização dos municípios. A entidade defende

⁶⁹Fundada em 13.05.1961, a instituição é pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins econômicos, com sede no município de Santa Cruz do Sul. É composta por 16 municípios: Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Fonte: www.amvarp.org.br. Acesso em: 15 mai. 2021.

⁷⁰Fundada em 08.02.2001, a instituição é pessoa jurídica, de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede no município de Sobradinho. É composta por 12 municípios: Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Novo Cabrais, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas. Fonte: www.amcserra.com.br. Acesso em: 15 mai. 2021.

um municipalismo moderno e autossuficiente, prestando assistência e acompanhando de perto cada problema de seus associados, quer seja na área jurídica ou em qualquer setor que se faça necessário ao bom andamento de questões essenciais ao poder público (AMCSERRA, *on-line*).

4.2 Consórcios Públicos: experiências mais recentes

O primeiro consórcio a ser criado na região foi o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí (CI/JACUÍ)⁷¹, em 2004. Inicialmente, com a finalidade de atender as demandas comuns dos municípios consorciados na área da saúde e, em 2007, com vistas à Lei Federal nº 11.107/05⁷² e o Decreto nº 6.017/07⁷³, além da alteração estatutária do próprio consórcio, passando a ter uma atuação multifuncional, com Câmaras Setoriais que objetivam desenvolver políticas públicas de interesse dos entes consorciados. Dessa forma, o CI/JACUÍ tem por finalidade a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de suas múltiplas políticas públicas (CI/JACUÍ, *on-line*).

No ano seguinte, em 2005, era criado o Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (CISVALE)⁷⁴, que se constitui por um consórcio do tipo multifuncional e tem por objetivo representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas, especialmente, ante as demais esferas constitucionais de governo. O CISVALE tem como missão: fortalecer, implantar e gerenciar políticas públicas; como visão: ser reconhecida como entidade determinante no sucesso da gestão pública do Vale do Rio Pardo; e como valores: humanização, integração e inovação. Tem por finalidade a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de suas múltiplas políticas públicas, buscando sempre a minimização de custos, maximização de benefícios, pautando as suas ações no princípio da legalidade [...] e supremacia do interesse público em prol do desenvolvimento e integração regional. É o único consórcio do

⁷¹ Fundada em 10.03.2004, a instituição é pessoa jurídica, de direito público, de natureza autárquica, com sede no município de Sobradinho. É composta por 12 municípios: Arroio do Tigre, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Novo Cabrais, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas. Fonte: www.consorciójacuí.atende.net. Acesso em: 15 mai. 2021.

⁷² Lei 11.107, de 06.04.2005, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm>. Acesso em: 15 mai. 2021.

⁷³ Decreto 6.017, de 17.01.2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm>. Acesso em: 15 mai. 2021.

⁷⁴ Fundada em 20.10.2005, a instituição é pessoa jurídica, de direito público, com sede no município de Santa Cruz do Sul. É composta por 14 municípios: Candelária, Gramado Xavier, General Câmara, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Estado do Rio Grande do Sul a ter implementado o Centro Regional de Especialidades, que é um departamento interno na área da saúde (CISVALE, *on-line*).

Esclarecemos que, existem outras regionalizações sobrepostas a do Corede/VRP, o que reflete também na composição dos municípios que integram as instituições. Nesse sentido, relacionamos aqueles municípios que ficam fora do escopo da regionalização ora pesquisada. Na AMVARP, o município de Gramado Xavier; na AMCSERRA, os municípios de Cerro Branco, Jacuizinho, Lagoão e Novo Cabrais; no CI/JACUÍ, os municípios de Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cerro Branco e Novo Cabrais; e no CISVALE, o município de Gramado Xavier.

4.3 As instituições que dão voz ao território do Vale do Rio Pardo

O capítulo busca atender aos demais objetivos específicos dessa pesquisa, que se propõe a “verificar como os meios de comunicação têm sido utilizados por instituições regionais que atuam para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo” e “compreender como as instituições de desenvolvimento atuantes no território percebem o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional”. E, para responder a essas questões que nos inquietam, vamos trazer a percepção dos atores regionais, para isso, optamos pelos seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa documental e a utilização da técnica de entrevista semiestruturada.

A análise incidiu sobre as instituições regionais que se situam numa instância entre o estado e o município: os consórcios municipais e as associações de municípios. A nossa escolha foi por quatro instituições que, juntas, abrangem os municípios do território do Vale do Rio Pardo, são elas: CISVALE e CI/JACUÍ (Consórcios) e AMVARP e AMCSERRA (Associações de Municípios). Essas instituições resultam do processo de regionalização que se instituiu a partir da ideia de descentralização do Estado, sendo uma forma de criar possibilidades de ampliar o poder e o alcance de grupos que representem a força política dessas regiões, o que pode ser um meio de realizar ações efetivas de desenvolvimento, tornando as políticas para o interior do Estado mais acessíveis. Essas instituições têm uma atuação multissetorial na promoção do desenvolvimento regional, a partir de pautas, projetos e ações, tanto políticas, quanto técnicas e de execução (conforme apresentado nos tópicos 4.1 e 4.2).

Definida as instituições a serem pesquisadas, iniciamos com a pesquisa documental, que, segundo Gil (2008), vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. A exploração de fontes documentais é vasta e capaz de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e

qualidade suficientes para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas pesquisas em que os dados são obtidos diretamente com as pessoas. Nesse aspecto, fizemos a busca em documentos oficiais como estatutos, regimentos, artigos de jornais, vídeos, entrevistas, fotografias e *websites* para nos apropriarmos melhor das instituições a serem pesquisadas.

Num segundo momento e de posse dessas informações elementares, partimos para o uso da técnica de entrevista, que, conforme Quivy e Campenhoudt (1998), caracteriza-se por um contato direto entre o investigador e seus interlocutores, na qual o pesquisador exprime de seu entrevistado as suas percepções de um acontecimento ou situação, as suas interpretações e experiências, no grau máximo de autenticidade e profundidade. A entrevista é uma técnica de obtenção de informações no sentido mais rico da expressão, e o espírito teórico do investigador deve permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível. A técnica da entrevista é acompanhada pela análise de documentos relativos às instituições ou aos fenômenos estudados, ao qual nos propomos nesse capítulo.

Segundo May (2004), existem quatro tipos de entrevistas que são utilizadas na pesquisa social. A nossa escolha foi pela entrevista semiestruturada, cujo roteiro de perguntas é normalmente especificado, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade. As perguntas são feitas em um formato padronizado (roteiro), porém, o entrevistador pode buscar um esclarecimento quanto à elaboração das respostas dadas, registrar a informação qualitativa sobre o tópico em questão, permitindo uma possibilidade de sondagem para além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado. Considera-se que esse tipo de entrevista permite com que as pessoas respondam “mais nos seus próprios termos do que nas entrevistas padronizadas, mas ainda forneçam uma estrutura maior de compatibilidade do que nas entrevistas focalizadas” (MAY, 2004, p. 148).

Ainda, Gil (2008) destaca que a entrevista é uma forma de interação social, é um diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como em relação as suas explicações ou razões a respeito das coisas procedentes. Assim, entendemos ser a técnica de pesquisa apropriada para respaldar esse capítulo, visto que será uma fonte valiosa de informações e percepções vindas

das lideranças e técnicos que estiveram ou estão a frente dessas instituições que atuam na promoção do desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo.

A estruturação desse capítulo iniciou pela elaboração do roteiro de entrevistas⁷⁵ contendo, inicialmente, perguntas de identificação do entrevistado, e posteriormente, questões específicas sobre as redes de comunicação no Vale do Rio Pardo, relativas à estrutura, à distribuição, ao acesso, aos usos no território e à relação destas com o desenvolvimento regional. No entanto, algumas informações apresentadas extrapolam os questionamentos pré-estabelecidos no roteiro. Além das entrevistas, apresentam-se fatos colhidos com a pesquisa documental e bibliográfica.

Foram realizadas 12 entrevistas, de 31 de março a 28 de abril de 2021, que tiveram uma média de duração de 40 minutos cada. Considerando as medidas de distanciamento controlado previstas com a pandemia da Covid-19, optamos por realizar a maioria das entrevistas de forma remota, por videoconferência, via *Google Meet*, e que foram gravadas, 8 no total; ainda foram realizadas 3 entrevistas presenciais e 1 entrevista escrita. Consideramos que o conjunto de entrevistados é representativo, uma vez que ouvimos presidentes, ex-presidentes, diretores executivos, secretários executivos e assessor de imprensa das instituições pesquisadas. Identificamos que muitos entrevistados, embora estejam assumindo a entidade pela primeira vez, já presidiram a outra instituição pesquisada, levando em conta que foram ou continuam gestores municipais em segundos ou até terceiros mandatos.

Definidos os procedimentos metodológicos para atender aos objetivos específicos relacionados, a abordagem metodológica que norteia a análise do último capítulo da dissertação se dá à luz da Geografia Crítica, a partir de dois conceitos-chave que são o espaço e o território, pensados como referência à dimensão geográfica dos fenômenos sociais. Compreende-se que os conceitos de espaço e território, formulados numa perspectiva crítica, são cada vez mais centrais ao entendimento do mundo contemporâneo.

Ademais, a Geografia Crítica dialoga com a temática da comunicação e desenvolvimento, na área do desenvolvimento regional. E o grande tema que permeia esse capítulo relaciona-se com os discursos e representações sociais sobre as dinâmicas territoriais, ao darmos voz aos sujeitos que têm uma atuação nos processos de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo. Prevalece a concepção de espaço geográfico (ou *território usado*) de Milton Santos, como categoria analítica. Buscando compreender a relação que se estabelece

⁷⁵ O Roteiro de Entrevistas encontra-se no APÊNDICE A.

entre a mídia e o território, a análise das entrevistas será feita em tópicos, assim divididos: **CONFIGURAÇÃO, ACESSO e USOS em prol do DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

As entrevistas realizadas para a elaboração dessa dissertação trazem a percepção dos atores regionais frente à distribuição e à cobertura espacial da atual estrutura técnica e de serviços da rede de comunicação existente no conjunto do território do Vale do Rio Pardo. Essa visão, a posterior, nos dará o alcance de como eles têm usado os meios de comunicação e qual é o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional. Dando voz a esse coletivo, nos convida a reflexão de que tipo de comunicação precisamos criar, incentivar, construir, comentar, para que ele seja favorável aos processos de desenvolvimento de um território.

Visando manter o sigilo dos entrevistados e, conforme prevê o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁷⁶, optou-se por nomear as lideranças e os técnicos através de códigos⁷⁷ da seguinte forma: EP (entrevista presidente); ED (entrevista diretor); ES (entrevista secretário) e EA (entrevista assessor). Foram corrigidos possíveis vícios de linguagem de parte dos entrevistados, com o intuito de deixar o texto mais fluido.

4.4 Configuração espacial e acesso social e territorial: a percepção dos atores regionais

Uma vez apresentada a configuração e a distribuição socioespacial das redes de comunicação na região do Vale do Rio Pardo, com base em dados secundários, partimos para a abordagem da percepção dos atores regionais no que se refere à organização e estrutura técnica e de serviços das redes de comunicação existentes no conjunto do território regional. O entendimento desse grupo de sujeitos é imprescindível para compreendermos o uso que está sendo dado a esse território, como bem categorizou Milton Santos, na Geografia Crítica, e por isso, faz dele objeto de análise social, pois incide na vida e no desenvolvimento, tanto das pessoas, quanto da região. Na sequência, com os tópicos 4.5 e 4.6, abordaremos o segundo e terceiro objetivos, especificamente.

Os dados da Anatel e da Teleco, apresentados no capítulo anterior, nos mostram uma região ainda com deficiências no acesso e qualidade aos serviços de internet e telefonia móvel. A espacialidade das redes de comunicação, com essas características, foi avaliada pelos entrevistados, que consideraram a distribuição e a cobertura espacial da rede de internet e

⁷⁶ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se no APÊNDICE B.

⁷⁷ Sistematização das entrevistas durante a pesquisa encontra-se no APÊNDICE C.

telefonia móvel como sendo “falha”, “precária”, “não uniforme”, contendo “espaços no vácuo e abertos”, “um gargalo a ser superado”, para usar alguns adjetivos utilizados pelos sujeitos ouvidos na pesquisa, assim sendo, uma região com deficiências desses serviços.

Isso se observa entre os municípios, de maior ou menor porte, e, também, dentro dos próprios municípios, considerando a zona urbana e a rural. Nos municípios menores e nas zonas rurais, em face da baixa densidade populacional, e por consequência, de poucos tomadores de serviços, observa-se que não há interesse de investimento nestes setores. No entanto, apesar da região apresentar essa espacialidade, o entendimento é de que o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo passa por algumas premissas, dentre elas, o acesso à internet e sinal de telefonia móvel com qualidade, conforme fundamentado pelo entrevistado:

A comunicação hoje é vital, importante e necessária, não se pode pensar em desenvolvimento sem que com isso a gente faça conjuntamente a leitura de um bom canal de comunicação. E, para se ter esse canal de comunicação, no mundo globalizado e moderno, passa tudo pela internet, alicerçado nas redes sociais ou através de uma conversa pelo *WhatsApp* [...]. Para se ter desenvolvimento regional é preciso ter algumas premissas: energia, em quantidade e qualidade; telecomunicações, os canais de comunicação funcionando bem e mão de obra qualificada disponível (EP1, 01 de abril de 2021).

A importância do acesso à internet e ao sinal de telefonia móvel com qualidade, além de ser imprescindível para uma boa comunicação entre as pessoas, é crucial para as organizações, uma vez que, com a normativa do distanciamento controlado previsto em virtude da pandemia da Covid-19, as reuniões passaram a ser remotas, fazendo com que as próprias prefeituras tivessem que investir mais em internet, além da comunicação interna se viabilizar melhor através de grupos de *WhatsApp*, no repasse de pareceres, portarias, decretos, resoluções, de forma instantânea, revela a ES1. “Já tivemos muita dificuldade para fazer essa comunicação interna, mais com os municípios da região serrana, como Gramado Xavier, Herveiras e Boqueirão do Leão” ressalta a ES1, fazendo referência ao fato de que, apesar das deficiências, percebe-se algumas melhorias.

Com os avanços tecnológicos, houve uma mudança de padrão de consumo, sobretudo na funcionalidade do aparelho celular, cuja oferta de serviços foi ampliada, oportunizando ao usuário maior acesso a dados e aplicativos. Há uma década, o celular era utilizado basicamente para fazer ligações telefônicas, hoje o seu uso se ampliou, fazendo com que as pessoas consumam mais internet a partir dos dispositivos móveis. Na visão de EP5, “a evolução é mais rápida do que a condição do sistema de capitalizar e manter estabilizado a internet e o sinal de telefonia móvel em toda a área de cobertura”.

E quando se analisa a espacialidade das redes de comunicação no acesso social, frente aos diferentes extratos da população, assim como, no acesso territorial, perante à população que reside na zona urbana e na rural, a clareza dos entrevistados é de que nem todas as pessoas e lugares tem acesso à internet e à telefonia móvel na região. Fatores de ordem econômica, mais do que a localização geográfica, foram apontados como uma variável para essa configuração, conforme explica o ES2:

A acessibilidade no aspecto social não é uniforme e se dá em conformidade com a estratificação econômica. Já a acessibilidade em função da localização geográfica ou territorial, não é decisiva, pois o acesso ao serviço se dá mais por razões econômicas, pois mesmo nas áreas urbanas o acesso é mais restrito às pessoas com maior poder aquisitivo (ES2, 7 de abril de 2021).

Quando apresentamos, no capítulo anterior, a caracterização da região do Vale do Rio Pardo, pudemos perceber diferenças e particularidades no conjunto do território, sobretudo, no aspecto econômico. Para o ED1, a desigualdade existente entre as microrregiões Centro e Sul, em relação a Norte, é visível, ao dizer que “o IDH e o IDESE do Centro e Sul são melhores que dos municípios do Centro Serra (Norte). O IDH do Centro Serra é sofrível, um dos mais baixos do Estado do Rio Grande do Sul” justificando que, fatores de ordem econômica, logística e de infraestrutura são empecilhos para a realização de melhorias na gestão da comunicação. “Precisamos ter a rede de comunicações qualificada no acesso, não em conteúdo”, pontuou o ED1.

Prevalece um entendimento sobre a importância do acesso social a todos os extratos da população. “As pessoas falam muito em desenvolvimento e que temos que estar conectados, de fato, essa é uma certeza, mas desde que as pessoas tenham acesso”, reforça o ED1. Acerca do processo de desenvolvimento próprio de cada território, Felippi (2020) pressupõe elementos que devam ser considerados, como a participação, a democracia, a busca pela equidade, a justiça social e paz por meios de arranjos endógenos em diálogo com forças exógenas. A desigualdade evidenciada no acesso deve ser enfrentada, e a busca pela equidade, com ênfase na região, numa perspectiva territorial, deve ser a concepção de desenvolvimento para o século XXI a ser alcançada.

Apesar de que, nem todas as pessoas e os lugares tenham acesso às redes de comunicação, ainda assim, a avaliação é de que a região avançou nesse aspecto. Não dispondo dos dados oficiais regionais para poder comprovar o seu pressuposto, o EP1 acredita que, “houve um aumento significativo na oferta de internet e, com o avanço da fibra ótica (cabramento), estamos conseguindo levar um sinal de internet com mais qualidade a

população”. Em contrapartida, o EP2 relata a deficiência no acesso territorial, sobretudo, para a população que reside na zona rural:

Percebemos isso no dia a dia das prefeituras, onde a procura das pessoas por falar pessoalmente com os gestores é muito grande, por não ter um número de telefone para ligar, não ter sinal de telefonia e desconhecer o que seria uma plataforma digital. Não se pode generalizar, pois tem muitas pessoas que não tem acesso a esses serviços, esse fato não é isolado no município, é regional, pelo relato dos prefeitos [...]. Observamos quando as pessoas procuram os serviços na prefeitura, se anota o nome da pessoa e a localidade e quando se pede número de telefone, a pessoa diz que não adianta ligar, pois lá não tem sinal. Isso se acentua porque aqui a área do município é 80% rural e somente 20% urbano (EP2, 5 de abril de 2021).

Com um posicionamento diferente da maioria dos entrevistados, que condicionou a falta de acesso social e territorial a fatores de ordem econômica, o EP3 credita a falta de acesso à deficiência na oferta e prestação de serviços. De acordo com ele, tanto no interior, quanto na cidade, as pessoas conseguiriam acessar os serviços, e justifica dizendo que “o nosso interior é forte, temos uma diversificação grande de culturas, e o agricultor, no seu dia a dia e na sua propriedade, precisa ter acesso às novas tecnologias”, em função do tempo, do clima, ter uma orientação a distância, tudo isso passa pelo setor agrícola, para quem pensa em crescer e expandir, as telecomunicações são indispensáveis. Aqui o entrevistado faz uma referência clara a expansão do agronegócio, sobretudo no cultivo da soja, que, segundo ele, no município em que reside e é prefeito, dobrou a área plantada de grãos nos últimos cinco anos.

Quanto à qualidade dos serviços de telecomunicação, a avaliação é de que se paga caro pelo baixo retorno que se tem na prestação do serviço. Nos consórcios públicos, por exemplo, afeta diretamente a área da saúde. A ED2 considera péssima a qualidade dos serviços prestados, uma vez que há um descompasso pelo valor que se paga e aquilo que se recebe. Citou o exemplo do Centro Regional de Especialidades, em que se trabalha com prontuários *on-line*. “Eu preciso que a internet funcione, eu tenho contrato com três serviços (pensa um órgão público ter três bandas largas), quando uma falha, entra a outra e muitas vezes ficamos sem nenhuma”, revelando a situação.

Além da área da saúde sentir os reflexos da instabilidade de internet, a educação igualmente foi apontada, sobretudo com a pandemia, que escancarou a realidade vivida por muitas pessoas na região. “Agora com as aulas virtuais isso ficou explícito, com a pandemia, muitos estudantes e professores, dependendo da localidade, têm dificuldades para ter aula remota” destacou o EP4, a partir de situações que foram notícia nos meios de comunicação e que vieram à tona, como alunos que precisavam acessar o celular da parte mais alta da propriedade para ter sinal, enfrentando dias de chuva e frio.

Na região, segundo o EP4, os municípios de Herveiras, Gramado Xavier e Boqueirão do Leão apresentam as maiores dificuldades, o interior de Venâncio Aires também, já que é extenso e populoso, tem 25 mil habitantes, o interior de Santa Cruz do Sul, além de Vale do Sol e Sinimbu, sendo que no interior desses municípios e na pequena propriedade essa carência é escancarada.

Pelo fato da internet e da telefonia móvel no Brasil serem reguladas pela Anatel, e os serviços de telecomunicações estarem sob a égide da iniciativa privada torna a região e os consumidores reféns do sistema, sendo que o interesse financeiro se sobrepõe ao social. Aquilo a que Santos (2017) chama de alienação regional pelo fato das ações serem cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar, em função da crescente separação entre a escala do comando e da ação. Distinguem-se também os atores que decidem (governos, empresas multinacionais etc.) dos atores que não têm uma possibilidade de decisão, conforme é constatado pelo entrevistado:

O Governo Federal deveria assumir o protagonismo desse tipo de ação (fazendo referência à qualidade dos serviços), hoje estamos à mercê da iniciativa privada e daí é relativo, a qualidade fica muito ligada ao prestador de serviço. Os municípios maiores têm uma competitividade maior no quesito prestador de serviço, então automaticamente o sinal é melhor. A qualidade se torna melhor pela competitividade do serviço prestado. Aí quando falamos de um município menor da associação, a competitividade é menor e, conseqüentemente, a qualidade pior. A nível regional estamos engatinhando (EP1, 01 de abril de 2021).

Exposto a percepção dos entrevistados para com a distribuição e a cobertura espacial das redes de comunicação, acesso social e territorial e a qualidade dos serviços prestados, avançaremos para as motivações e proposições daquilo que poderia ser revisto ou realizado pelas instituições regionais para se buscar uma maior cobertura e qualidade desses serviços. A formulação de políticas públicas que garantam a universalização do acesso aos serviços de telecomunicações e a exigência de maiores investimentos por parte das concessionárias que operam no setor de telecomunicações, foram alternativas apresentadas com vistas a minimizar as desigualdades sociais, no âmbito regional.

Mas, na prática, essa cobrança por melhorias junto às operadoras de telefonia móvel, por exemplo, surtem pouco efeito. Relatos de lideranças que integraram comitês regionais em audiências com as operadoras, na busca por soluções para esses problemas, foram mencionados pelos entrevistados EP1, EP3, EP4, EP6 e ES3, e de forma concreta, pouco ou quase nada se avançou. O EP4 reconhece que, como as telecomunicações são privatizadas e terceirizadas, os gestores e prefeitos tem tido pouca interferência, poder de mobilização e persuasão nesse

sentido, não conseguindo eco com os seus parlamentares, assim como com os governos estadual e federal.

Quanto às reclamações do sinal de telefonia móvel de parte da comunidade junto ao PROCON⁷⁸ ou ao Ministério Público, a percepção é de que, como as agências reguladoras tem a sua normatização, “o setor privado tem se adequado para tentar escapar das penalidades, mas é uma visão muito privatista e comercial, de arrecadação e equilíbrio financeiro, não tem uma visão social”, pontua o EP4, destacando que se carece de uma interferência maior na regulação, seja da agência reguladora, seja da normatização da legislação em si, que, segundo o entrevistado, tem sido tímida nesse sentido.

Os entrevistados EP5, ED2 e EP6 entendem que deve haver mais investimentos por parte das operadoras e mais fiscalização pelas agências reguladoras. “As melhorias nas telecomunicações precisam ser pautadas pelas agências reguladoras, no atual ambiente de negócios as operadoras estão fidelizadas, numa zona de conforto”, destaca o EP5. A responsabilidade pela fiscalização deve ser compartilhada com os gestores que atuam no território, esclarece a ED2 ao dizer que, “o problema se origina lá no início, quando tu concedes esse serviço a um ente privado, e cabe a gestão fiscalizar”. Admitiu que a demora no retorno e resolutividade das reclamações se deve ao fato de que as concessões são feitas por empresas de fora do Brasil, tendo pessoas daqui que são contratadas para dar sequência a atividade, com morosidade.

Esse movimento que se dá em rede, do global com reflexos no regional, já foi previsto por Milton Santos (2017) através do conceito de espaço geográfico (*ou território usado*), que comporta atores decisórios (governos e empresas) articulados verticalmente em redes, e atores que não decidem, horizontalmente, organizados em contiguidade territorial. Na obra “A Natureza do Espaço”, Santos (2017) dedica um capítulo a discutir a geografia das redes, explica essa relação mencionada por ED2, cujo centro de decisão pode se encontrar no estrangeiro, no mesmo continente ou em outro:

Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), tem o comando político, mediante ordens, disposição de mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação. Afirma-se, ainda mais, a dialética do território, mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um

⁷⁸ PROCON: o órgão que realiza a defesa e proteção do consumidor no Brasil. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é uma estrutura de âmbito federal, mas que se repete nas demais esferas de governo através dos Sistemas Estadual e Municipal de Defesa do Consumidor. Disponível em: <<https://www.procon.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

certo comando sobre a porção do território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem. Esse comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus *relés* nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas (SANTOS, 2007, p. 273)

Em contrapartida a essa perspectiva em rede, verticalizada, sob o comando do mercado, para o EP1 e o ED1, o protagonismo para a solução de problemas regionais deva partir das próprias instituições (entendidas como sociedade civil organizada). Para o EP1, a proeminência se dá a medida em que quando as pessoas se unem em torno de um objetivo, elas têm mais força, e ressaltou a importância do papel de Santa Cruz do Sul, enquanto município polo, nesse processo: “o(a) prefeito(a) de Santa Cruz do Sul, seja quem for, precisa assumir esse papel e contagiar os demais municípios e esses vão na carona”, prevê o EP1, uma vez que os municípios pequenos não teriam força política para encarar uma batalha desse porte.

Partindo do mesmo princípio, na perspectiva da Etges (2005), a região ou “escala regional” seria o recorte ideal do território para enfrentar as forças globais, sendo que a escala local não possui força ou estrutura suficiente para produzir um desenvolvimento sustentável, e as macrorregiões inviabilizam a elaboração de projetos políticos de desenvolvimento, devido a sua extensão. É nesse contexto que, segundo a autora, se coloca a possibilidade da promoção do desenvolvimento territorial como um todo, compreendendo a sua dinâmica e a sua diversidade, e a partir daí, propor estratégias de promoção de desenvolvimento regional sustentável.

Mas, infelizmente, para a solução de problemas regionais, ainda se percebe uma “grenalização”⁷⁹ por parte das instituições, em que pese as diferenças partidárias se sobressaem frente aos projetos comuns, afirma o ED1. “Precisamos nos enxergar como região para poder avançar”, ressalta o dirigente, a partir da união de esforços no auxílio a gestores que estão à frente dos municípios. Os atores regionais, entendidos como associações de prefeitos, consórcios públicos, os Coredes, entre outros, que fazem com que uma região tenha uma governança, que, uma vez fortalecida e voltado ao técnico, fazer com que todos os municípios caminhem na mesma direção, buscando pressionar os órgãos estaduais e federais, dando aquilo que nos é de direito, ou seja, uma comunicação plena, de nos expressarmos, sermos ouvidos e participarmos de discussões mundiais, acredita o ED1.

⁷⁹ Aqui o entrevistado faz alusão a rivalidade entre os times gaúchos de futebol: Grêmio e Internacional.

Essa fotografia espacial das redes de comunicação, da forma como se apresenta, através tanto de dados oficiais, quanto pela voz das lideranças e técnicos que estiveram ou estão à frente de instituições com atuação no desenvolvimento regional, tem consequências no território. Conforme o EP3, “o fato de a microrregião Norte ter alguns municípios sem acesso asfáltico, deficiências na energia e nas telecomunicações, torna a região pouco atrativa para os investidores”. A intenção é de que, no coletivo, associação de municípios e o consórcio, possam discutir com os municípios alternativas para a resolução desses gargalos para que, dessa forma, se possa avançar. Como pudemos demonstrar, com deficiências na estrutura e no acesso das redes de comunicação, as premissas de um desenvolvimento endógeno, pleno, que seja para todas as pessoas que vivem no território, ficam comprometidas ou, no mínimo, fragilizadas. No tópico a seguir, vamos buscar saber de que forma as instituições regionais usam os meios de comunicação para fazer o diálogo com a sociedade, a partir de suas estruturas organizacionais.

4.5 Associação de Municípios e Consórcios: uso institucional da mídia no território

A partir de agora, vamos verificar de que forma os meios de comunicação têm sido utilizados pelas instituições que atuam na promoção do desenvolvimento regional, considerando que a comunicação exerce um papel fundamental de diálogo com as instituições que têm essa função de integração regional com a sociedade. Bem, se a cobertura e distribuição espacial das redes de internet e telefonia móvel são insuficientes, no que tange a distribuição espacial dos meios de comunicação (rádio, jornal e TV), se constatou que a atual configuração é suficiente em atender a demanda da região, em razão da quantidade, da acessibilidade e do alcance desses meios por parte da população.

A cobertura satisfatória dos meios de comunicação foi destacada por muitos entrevistados, para além da distribuição quantitativa, muito relacionada à credibilidade, pois, diferente das mídias sociais (sem filtro), nos meios de massa, a notícia é mais apurada. “Os meios de canais tradicionais trazem consigo a segurança na informação. Quando a notícia sai no jornal, tem um jornalista responsável que assina, ela tem origem, é verdadeira”, avalia o EP5. O dirigente compara o jornal a um documento, pois tem pessoas que se responsabilizam por aquilo que está escrito, tem veracidade.

Os serviços de comunicação de maior alcance social e espacial destacados pelos atores regionais foram o rádio, seguindo da televisão e das mídias sociais. São meios de comunicação de fácil acesso, amplo alcance, além da gratuidade e não necessitarem de grandes investimentos

estruturais por parte do usuário. Na figura 9, foi possível perceber que o rádio é a mídia que aparece com mais expressão na região e está presente em municípios das três microrregiões, sendo que, na Norte, é praticamente a mídia responsável pela comunicação daquela porção do território. A sua importância é destacada também como uma mídia que produz e gera conteúdo para outras mídias sociais.

O fato da mídia rádio ter uma programação “mais local”, aliado ao acesso facilitado, seja no ambiente doméstico, de trabalho, ou até dentro do carro, possibilitando a realização de diversas atividades simultaneamente, são fatores que contribuem para a sua receptividade. A sua relevância é destacada na medida em que “na região, o rádio é o meio de comunicação mais usado, os municípios usam as rádios para levar as informações para as comunidades, recados, avisos”, destaca o EP3; “a comunicação por rádio atinge de forma universal a todos, tem repercussão rápida, e consegue atingir as pequenas comunidades do interior”, justifica o EP4 e; “todos os municípios têm programas semanais nas rádios, e por ali divulgamos as informações, demandas, as nossas ações”, enfatiza o EP6.

Fatores sociais também foram relacionados. “O rádio tem muita entrega social na região, pela facilidade de contato, inclusive pelo *WhatsApp* da rádio. A rádio tem uma função social maior no que se refere à prestação de serviços para o cidadão”, no seu dia a dia, algo que é muito característico do Vale do Rio Pardo, define o EA1. Quem trabalha com comunicação sabe que a informação tem uma função social, não devendo ser apenas um negócio, diz Chinem (2003), fazendo alusão ao fato de que como toda a função social, a informação não deve ficar sujeita ao arbítrio de quem a opera, mas de toda sociedade, que se organiza e está vigilante.

A relação das instituições com a mídia, em especial o rádio, estabelece um canal importante quando o EP2 afirma que, “muitas vezes a informação é atualizada pela própria imprensa às instituições”. Exemplo lembrado pelo entrevistado é a temática relacionada à Covid-19, que, desde o início de 2020, ocupa a maior parte dos assuntos discutidos nas assembleias, e frequentes decretos emitidos pelo governo estadual com mudanças semanais. Há uma percepção de que a imprensa regional atualiza os fatos, tem interação instantânea e retroalimenta tanto as instituições, quanto as outras mídias.

Em menor escala quantitativa no território, porém com vasta abrangência, aparece a televisão, que tem muita capilaridade, porque, conforme alguns entrevistados, dificilmente uma família não tem um aparelho de televisão dentro de casa. “A televisão tem credibilidade, em especial o Jornal do Almoço (RBS TV), e as notícias são dadas no momento que a família está reunida nas refeições ou em restaurantes sempre a TV está ligada”, diz a ES1. Ainda que ela tenha alcance, o EP3 faz uma crítica pelo fato de que a cobertura feita é insuficiente, uma vez

que a microrregião Norte é praticamente esquecida (invisível). A dimensão da TV é explicada pelo entrevistado EP1:

A mídia feita pela TV atinge desde a criança até o idoso. E se tu for para as redes sociais, as crianças atinge bem, já o idoso nem tanto (percentual menor). E se tu for para o rádio é o inverso, a criança menos e o idoso mais. Os meios de comunicação, cada um no seu formato, eles têm um público alvo, e a televisão pega parêlho. Conforme a situação econômica, todas as pessoas têm um aparelho de TV em casa, e quem não tem condições, não vai conseguir consumir as outras mídias, fica a margem (EP1, 01 de abril de 2021).

Com exceção da Gazeta do Sul, que é o único jornal regional do Vale do Rio Pardo com circulação diária, os demais municípios têm jornais com uma periodicidade mais esparsa e, por isso, muito embora fossem lembrados com importância, atribuem ao jornal menor alcance social e territorial, “o jornal apresenta uma notícia mais cansada, mais batida” avalia o EP2, e, para o público que reside na zona rural, o jornal foi considerado restrito a poucos assinantes. Observamos que, muito embora as lideranças e técnicos que estejam à frente das instituições percebam deficiências na distribuição, qualidade e acesso de internet e telefonia móvel, as mídias sociais, como o *Facebook*, assim como o uso do aplicativo *WhatsApp* foram apontadas como mídias de relevado alcance, independente da escolaridade, faixa etária e econômica.

Mas o objetivo específico que nos inquieta busca entender de que forma os meios de comunicação têm sido utilizados pelas associações de municípios e consórcios públicos intermunicipais na região do Vale do Rio Pardo. A primeira avaliação é a de que o profissional assessor de imprensa⁸⁰ é presente para um grupo, no entanto, o outro, não conta com o trabalho desse comunicador. Duas instituições operam de forma unificada, com um único assessor de imprensa prestando serviço para ambas, desde 2019. Já as demais instituições não contam com um profissional de assessoria, sendo que as notícias, por vezes, são elaboradas pelo secretário executivo da entidade, que explica “eu mesmo faço um texto e encaminho por *e-mail* ou *WhatsApp* para a imprensa. Eu gostaria de ter um assessor de imprensa e jurídico para me auxiliar em várias decisões, mas não tenho”, desabafa o ES3.

⁸⁰ A assessoria de imprensa (Jornalismo), compreende tanto “o serviço de administração das informações jornalísticas e do seu fluxo de fontes para os veículos de comunicação e vice-versa, quanto a edição de boletins, jornais ou revistas. Já uma assessoria de Comunicação Social presta um serviço especializado, coordenando as atividades de comunicação de um assessorado com seus públicos e estabelecendo políticas e estratégias que englobem iniciativas nas áreas do Jornalismo (assessoria de imprensa), Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. Para aprimorar o fluxo de informações com seus públicos interno e externo, as instituições utilizam serviços de uma assessoria de Comunicação Social, que podem ser realizados por um departamento interno, contratados de terceiros ou, ainda, oferecidos através de uma forma mista, combinando as duas anteriores. Fonte: KOPPLIN, E.; FERRARETO, L.A. *Assessoria de Imprensa*. Teoria e Prática. 2 ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto Editores, 1996.

Há uma percepção de parte das lideranças e técnicos de que, apesar de ser recente ou não tendo esse aporte do assessor de imprensa, que é o elo de relacionamento comunicacional da organização com a imprensa, que, de uma forma geral, a imprensa regional é participativa, acolhe e tem interesse em divulgar as ações das entidades, sendo que em muitos casos há profissionais que acompanham as reuniões ou estabelecem contato com a presidência para ficar a par das decisões, com vistas à divulgação. Quando assumiu a assessoria de imprensa, uma das primeiras ações de EA1 foi voltada ao público interno e a formação de parcerias:

Quando assumi a assessoria das instituições, uma das minhas primeiras ações foi chamar todos os assessores de imprensa dos municípios que fazem parte das duas entidades, conversar com eles, me apresentar, então criamos um grupo de *WhatsApp* para que cada assessor pudesse trazer informações de seus municípios, no intuito de que a entidade pudesse divulgar as ações dos municípios, e durante a pandemia isso funcionou muito bem, como forma de compartilhar os decretos e as informações em geral (EA1, 07 de abril de 2021).

Identificou-se que as entidades utilizam os meios de comunicação de forma mais institucional, relatando as ações, prestando contas, divulgando algumas atividades de interesse do coletivo regional, em suma, informando decisões regionais, seja através do assessor de imprensa, que elabora o *release* e distribui, seja estabelecendo um canal direto com os meios de comunicação. Na relação das entidades com a mídia, no que se refere à produção e aproveitamento de conteúdo, o EA1 comenta que, com exceção da Gazeta do Sul, todos os *releases* enviados são aproveitados pela mídia, e conclui que, uma explicação para isso, seria a falta de pessoal nas redações. No caso da RBS TV, faz-se uma aproximação e um diálogo com os repórteres e na Gazeta do Sul com o editor. Além disso, usa-se muito as redes sociais com a publicação de cards e vídeos. Para o EP2 o *release* deve “ter uma manchete bem elaborada e um contexto curto para chamar a atenção do leitor, que em poucas palavras se resuma aquilo que aconteceu”.

É perceptível a diferença no uso que é dado aos meios de comunicação entre as entidades atuantes nas microrregiões. O entrevistado ES3 diz que a entidade na qual trabalha tem um *site*, mas muito pouco aproveitado, pois não é abastecido com conteúdo, até pela dificuldade de acesso das pessoas e explica que “praticamente tudo o que a instituição precisa divulgar e informar à comunidade, é via rádio”.

A entrevista com o presidente da entidade, como fonte oficial de notícia, é algo recorrente, assinala a AS1. Na entidade em que trabalha, os assuntos são mais de “caráter informativo, pois aquilo que é discutido é uma demanda que já chegou até nós”, destaca a EA1, fazendo alusão ao fato de que a demanda ou tem origem no município, ou nas esferas estaduais

ou federais, e cita o exemplo do debate sobre a PEC 188⁸¹, que é uma pauta discutida há muito tempo e teve origem no Senado Federal, chegou no Estado e repercutiu nos municípios, e para esses casos, a entidade conta com aporte de instituições representativas dos municípios nas esferas estadual e federal respectivamente, como a FAMURS⁸² e a CNM⁸³, que prestam assessoria.

Outro fator relevante apontado em relação aos usos dos meios de comunicação também está relacionado ao momento e à figura do presidente que está à frente da entidade. “Tivemos presidentes que foram muito procurados para dar entrevistas, porque são acessíveis”, destaca a ES1, atribuindo a liderança da entidade um melhor aproveitamento dos espaços de mídia, em contrapartida a outros gestores que têm uma atuação mais reservada. Nessa relação entre entidade e a mídia, dois fatores são destacados: o caráter informativo e a visibilidade, vejamos:

Em se tratando de uma entidade comandada por políticos, eles têm seus interesses pessoais também. Então acaba que tudo aquilo que resulta de ação da entidade tem como premissa prestar informação à comunidade, mas também dar visibilidade à instituição e ao político, que está na presidência e que tem seus interesses próprios. A visibilidade maior fica centrada na figura do presidente, mas nos *releases* que eu faço sempre procurei incluir falas de outros prefeitos que fazem parte da associação (EA1, 07 de abril de 2021).

Um outro aspecto importante nessa relação entre entidade e mídia, no território, diz respeito ao controle da informação por parte de alguns grupos e conglomerados de mídia regionais, que tem várias frentes de atuação: rádios (em vários municípios), jornais, portais de notícias, editoras, etc, conforme já identificado no capítulo anterior. Esse controle da informação por parte de alguns grupos, como por exemplo, do grupo Gazeta de Comunicações, do grupo Folha do Mate e do grupo Arauto, que acabam dominando o território do Vale do Rio Pardo, é perceptível para o EA1, conforme explica:

Temos outros menores, mas os maiores exercem mais influência, no sentido de que a própria instituição fazia uma pressão para ser publicado uma notícia na Gazeta do Sul de sábado e assim, dando menos importância a outros veículos menores que temos na região. As rádios comunitárias e rádios *web* cresceram muito, se criou muita coisa na internet também, como o exemplo do Santa Cruz Plantão de Notícias, no *Facebook*. Mas, as pessoas que estão no poder hoje, ainda sentem a influência de uma Gazeta do Sul, de um jornal de sábado (EA1, 07 de abril de 2021).

⁸¹ Proposta de Emenda à Constituição n° 188, de 2019 (PEC do Pacto Federativo), que pretende extinguir municípios com até 5 mil habitantes, cuja arrecadação própria seja inferior a 10% da receita total. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>>. Acesso em: 27 mai.2021.

⁸² FAMURS. A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://famurs.com.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

⁸³ CNM. Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Mas, se por um lado há um entendimento de que a divulgação das ações institucionais na mídia é satisfatória, como foi o caso de algumas pautas conjuntas entre as entidades, como a construção do Centro de Referências de Especialidades Médicas (CREM); a questão sanitária animal (departamento de inspeção); o estudo sobre o saneamento e o lixo em áreas de interesse coletivo integrado para busca de recursos de obras; na área da segurança, o videomonitoramento e cercamento eletrônico; entre outras, existe uma crítica de que as pautas regionais ficam somente na esfera institucional. Muitas vezes, o beneficiário não consegue fazer a leitura da importância de obras de maior envergadura, “porque ele está preocupado com a lâmpada na frente de sua casa, com o acesso à propriedade, no acesso à estrada, ele fica muito nos pormenores”, revela o EP4.

O entendimento de que a divulgação das ações mais institucionais fique mais restrita junto às entidades, às lideranças políticas e empresariais, mesmo que a comunidade regional usufrua desses serviços, porém, ela não se apropria de questões mais coletivas. O que, para o EP4, “isso faz com que a própria classe política não busque essa integração, visando o desenvolvimento regional, porque quando ela trabalha isso, leva muito tempo para colher os frutos”.

O entrevistado citou como exemplos concretos o Hospital Regional, uma pauta de muitos anos, decisão pela doação do terreno, qual município iria sediar, e assim por diante e a destinação de recursos para a construção do Centro de Especialidades Médicas, através de recursos do deputado federal Heitor Schuch⁸⁴, fazendo a leitura de que talvez a comunidade não reconheça isso em votos, mesmo que essa mesma comunidade seja beneficiada, que tenha um ambiente melhor e mais acolhedor. “A comunidade só enxerga o Posto de Saúde, o ginásio de esportes, e isso fideliza uma densidade eleitoral. Essas questões mais regionais são muito discutidas e levam anos, passam por muitas mãos e ninguém é o pai da criança”, conclui o EP4.

A relação com a mídia é construída e depende muito do comunicador e da própria assessoria, nos diz a AD2. Na sua percepção, a credibilidade é do comunicador, se ele desenvolve um bom *release*, é uma pessoa que tem conceito, então ele terá acesso. Atribui ao assessor de imprensa a incumbência de estabelecer uma rede de contatos, ciente de que nesse meio envolve dispêndio de recursos financeiros, mas, se tiver pautas importantes, um pensar coletivo e que se consiga desenvolver, o acesso é facilitado, quiçá garantido. Citou a importância da comunicação na realização do estudo de soroprevalência⁸⁵

⁸⁴ Heitor José Schuch (PSB) é santa-cruzense, Deputado Federal no segundo mandato.

⁸⁵ A pesquisa iniciou em julho de 2020, com a finalidade de mensurar a soroprevalência de SARS-CoV-2 (vírus causador da Covid-19) na região de abrangência do CISVALE – Boqueirão do Leão, Candelária, Gramado Xavier,

Foi fundamental fazer uma pesquisa para se ter embasamento técnico, para a tomada de decisões e deliberações. Estamos num momento crítico e se não tivéssemos um parecer que nos mostrasse em que momento estamos da pandemia, não teríamos como tomar decisões, como por exemplo do fechamento do comércio, porque na época não se tinha o distanciamento controlado. Na pesquisa se mostrou que a doença é desconhecida e tem várias fases [...] falta conhecimento da população sobre o tema. Os dados da pesquisa foram fundamentais para embasar tecnicamente os recursos da região (fundamentação) e também para o plano de cogestão, e em tudo isso entra a comunicação, como nos comunicamos com a sociedade (ED2, 20 de abril de 2021).

Embora se tenha o entendimento de que houve avanços nessa relação, há ainda a compreensão de que se pode fazer um uso mais apropriado para a divulgação, inclusive para fortalecer a identidade da instituição, não considerando nenhum ganho político sobre isso, mas como medida que garanta maior esclarecimento, proximidade e entendimento na relação com a comunidade. A comunicação se faz importante inclusive para a comunidade conhecer a instituição, saber o que é, o que faz e para quem. “A criação da identidade do consórcio iniciou em 2013 (na gestão do Schwanke⁸⁶), depois, com o prefeito Telmo,⁸⁷ se avançou com a doação do terreno, a construção do prédio (emenda parlamentar) e isso fez o consórcio acontecer”, ressalta a ED2. Já a preocupação com a comunicação começou em 2017, na gestão do Giovani⁸⁸, com as redes sociais.

A referida entidade criou uma identidade e tem um pensar coletivo de execução importante, sendo que os gestores buscam isso para decisões e deliberações do grupo, para ações e pautas importantes tendo sequência e resultados, como os resíduos sólidos, a agricultura familiar, a saúde, o videomonitoramento e o cercamento eletrônico, algo que veio desse pensar coletivo e também cresceu com a identidade da entidade, assim, fez com que tivesse visibilidade. Isso é comunicação e só começou a acontecer no momento em que se divulgou a execução das atividades. “E quando o consórcio passou a ser multifuncional (serviços), aí decolamos. De lá para cá vimos numa crescente para pautas que são coletivas”, comemora a ED2.

Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz Do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. No total, o estudo, que foi realizado em etapas, aplicou 4.252 testes na população regional. A pesquisa Covid-VRP contou com a apoio da AMVARP e da Phillip Morris Brasil. Maiores informações: www.geosaudevrp.org.

⁸⁶ Fernando Henrique Kohlmann Schwanke, foi presidente do CISVALE (2013-2014), prefeito do município de Rio Pardo (2013-2016), atualmente é secretário nacional da Agricultura Familiar e Cooperativismo (MAPA).

⁸⁷ Telmo José Kirst, foi presidente do CISVALE (2015-2016), Deputado Federal em vários mandatos, Deputado Estadual e prefeito de Santa Cruz do Sul em dois mandatos (2013/2016 e 2017/2020). Veio a falecer em dezembro de 2020, vítima de um câncer.

⁸⁸ Giovani Wickert, foi presidente do CISVALE (2017-2018), prefeito do município de Venâncio Aires (2017/2020), atualmente é secretário-adjunto da secretaria de Obras e Habitação do Rio Grande do Sul.

Estabelecer parcerias, sobretudo com as assessorias e prefeituras municipais para que se constitua um canal único de comunicação, buscando divulgar aquilo que os municípios realizam, no intuito de criar ações proativas, com criação e diferenciação de conteúdo de qualidade, compartilhando com a população, para que esta saiba o que fazer para crescer regionalmente, foram fatores apontados na relação mídia e instituição. Mas é preciso ficar atento, sugere o ED1, que faz uma crítica e um alerta: “é preciso cuidar, pois as pessoas confundem desenvolvimento regional com crescimento regional, assim como gestão com administração”, segundo o dirigente, essa é também uma atribuição dos meios de comunicação, mostrar a diferença entre esses dois temas, para que as pessoas possam ter ciência de que tipo de desenvolvimento querem para a sua região.

Não obstante se evidencie uma lacuna e profunda desigualdade na estratificação social e territorial do Vale do Rio Pardo, para o ED1, hoje, “todas as pessoas têm acesso a alguma coisa na rede, com maior ou menor qualidade, porém, na maioria das vezes em caráter social, troca de mensagens”, com o propósito de ver o que o outro está fazendo (alusão às redes sociais), seguir outras pessoas, mas não se está utilizando a capacidade da rede para formar um desenvolvimento pleno, e isso faz com que a comunicação não atinja regionalmente o que se precisa para desencadear o desenvolvimento regional, porque ainda se prioriza outras coisas.

Partindo desse raciocínio, Bordenave (2011, p. 21) já manifestava essa inquietação acerca do uso que seria dado às tecnologias de comunicação, “talvez o nosso maior desafio seja aprender a pôr as novas técnicas informáticas e telemáticas a serviço do desenvolvimento”. Aqui, ele faz uma clara referência sobre o domínio da ferramenta de parte da população no uso adequado para gerar desenvolvimento. O espaço está à disposição, “mas nós não estamos sabendo tirar o proveito necessário daquilo que está posto para a gente (enquanto instituição)”, revela o ED1. Essa relação tão importante, e ao mesmo tempo desafiadora, entre as instituições e a mídia em pauta com o desenvolvimento regional, a luz dos atores regionais que integram a AMVARP, a AMCSERRA, o CISVALE e o CI/JACUÍ, serão abordados na sequência.

4.6 Mídia, Instituições e Desenvolvimento Regional: uma relação que precisa ser construída

Antes mesmo de compreender como as instituições atuantes no território percebem o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional, precisamos contextualizar aquilo que entendemos por desenvolvimento regional, para então fazer a devida análise. O conceito está sempre em construção e as abordagens são muitas. Na pesquisa de Siedenberg (2006), no

Dicionário de Desenvolvimento Regional, aponta para uma relação que tanto está em processo, associado às mudanças sociais e econômicas que ocorrem num determinado espaço regional, considerando uma abrangência maior, a partir de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região; quanto o conceito ligado a um estágio, que pode ser mensurada através de indicadores socioeconômicos numa perspectiva de comparação com outras regiões, levando em conta aqui, algumas características de um determinado momento do processo de mudanças.

Cabe destacar que, na perspectiva de um desenvolvimento regional definido com base somente em indicadores comparativos com outras regiões, como usualmente é utilizado para fins de políticas públicas, com um discurso que objetiva a superação das desigualdades regionais, entendemos não ser o adequado, uma vez que cada região possui as suas particularidades, a exemplo do Vale do Rio Pardo, caracterizado no capítulo 3 dessa dissertação, e que apresenta especificidades únicas, como também, profundas diferenças no conjunto do território. Prospeccionar o desenvolvimento de uma região baseado somente em indicadores, com ênfase na competitividade, um lugar com âncora, numa perspectiva neoliberal, é uma ideia de desenvolvimento superada. Em contrapartida, um panorama de valorização das dinâmicas de desenvolvimento próprias de cada região é assinalado por Silveira (2018):

O desenvolvimento regional é igualmente visto como um processo que precisa ser assentado na cultura, na natureza e nos valores étnico-ideológicos do território regional. Assim, as particularidades e especificidades regionais (culturais, naturais, ético-ideológicos) tornam-se atributos territoriais próprios a cada região que precisam ser valorizados enquanto diferenciais e especificidades que darão sustentação a dinâmicas de desenvolvimento próprias e específicas a cada região (SILVEIRA, 2018, p. 239).

Portanto, a perspectiva de desenvolvimento regional deve primar pelas diferenças que compõe o território e, assim como definido por Etges e Degrandi (2013), uma região deve ser potencializada a partir de sua capacidade de auto-organização, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, transformando-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento. Aqui falamos também da dimensão política do desenvolvimento regional que ganha importância à medida que as instituições regionais, como as Associações de Municípios e os Consórcios Públicos Intermunicipais, são atores fundamentais nesse processo, no debate, na deliberação e na execução de políticas de desenvolvimento.

Sobre os consórcios públicos, Araújo (1999) destaca a estratégia de consorciação para atuação em espaços territoriais e institucionais mais abrangentes, partindo de um nível estritamente local para propor e atuar em níveis regionais mais amplos, e dessa forma,

“problemas são melhor enfrentados e potencialidades aproveitadas com mais vantagem” (1999, p. 153). A relação entre as instituições e a sociedade, no Vale do Rio Pardo, conta com o aporte da imprensa, que exerce importância à medida que faz chegar na população informações debatidas no âmbito regional. Compreender a relação das instituições de desenvolvimento atuantes no território frente ao papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional, será nosso exercício a partir de agora.

O primeiro entendimento é de que a mídia precisa pautar mais as instituições, provocar e aprofundar a discussão, ouvir, se utilizar delas como fonte oficial para o debate e consulta de dados. É observado que a relação entre instituição e mídia, no território, como acontece nos termos hoje, fica numa esfera muito institucional, vejamos o relato do ED1, ao analisar que, quando a instituição na qual trabalha promove alguma atividade/evento o meio de fazer com que essa informação chegue até as pessoas é através da imprensa, mas a crítica está na forma, uma vez que o que chega é tão somente “o convite” e posteriormente “um relato” do que ocorreu, não necessariamente “a informação”.

Para ED1, “a discussão em si, como ela está sendo formatada, não se consegue construir, a pessoa recebe o prato feito, ela não ajuda a compor”, a partir de um entendimento claro de que o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional deva ser maior do que isso, a partir de um caráter voltado à responsabilidade social. A percepção do entrevistado remete a uma comunicação muito instrumental, e o oposto disso, é criar estratégias para uma observação atenta da realidade, considera Heberlê (2013). O pesquisador pontua que a comunicação para o desenvolvimento deve vir acompanhada do exercício livre de percepção dos sinais, para que o comunicador possa pensar formas de interação com os sujeitos sociais. Agindo assim, conforme o autor:

São melhores as chances de colaborar efetivamente para a mudança social, identificando aquilo que precisa ser feito, na ótica das pessoas que vivenciam as problemáticas. Pelo menos três atitudes nesta direção podem ser realizadas pelos comunicadores: identificar os problemas reais das pessoas; criar uma relação de confiança e de aliança com elas e, comprometer-se com os retornos (HEBERLÊ, 2013, p. 8).

Esse grau maior de apropriação e valorização da mídia para pautas regionais foi lembrado pelo EP4, “se percebe que das organizações regionais geralmente sai uma notinha no meio da coluna, ou em uma página escondida, parece que não se cria aquela importância, todo mundo fala, mas ninguém destaca nada”. Há um entendimento de que a mídia poderia pautar mais o desenvolvimento regional, de forma integrada com as instituições, vejamos:

Os veículos de comunicação têm mais interesse de criar um fato, de apresentar e potencializar aquilo, sem criar uma integração e um diálogo entre os veículos e as instituições. As entidades podem e devem se organizar cada vez mais, para que tenhamos algumas questões mais em comum, para que possamos trabalhar mais em conjunto, de parte a parte a gente pode aprimorar isso. Tanto os veículos de comunicação, quanto as instituições, poderiam pautar mais os líderes políticos, os prefeitos, os secretários, os vereadores, a terem mais pautas comuns, seja na área da segurança, saúde, educação, de serviços de interesse da comunidade, para que ela se sinta mais na obrigação de deixar de lado as vaidades e disputas políticas, onde a comunidade vai sair com um grau de satisfação em relação a isso (EP4, 13 de abril de 2021).

Aqui o entrevistado chama a atenção para uma clara dificuldade das instituições se apropriarem dos meios de comunicação enquanto agentes de desenvolvimento, que não meramente pelo uso da imprensa. Para a ED2, igualmente, ainda é tímida a relação entre mídia e instituições, e entende que os meios de comunicação precisam dar mais acesso, exercício de consulta, escuta e maior contribuição frente aos diferentes temas que são deliberados pelas instituições. “Eu percebo uma seleção de pautas, e dando importância a assuntos irrelevantes, banais e corriqueiros muitas vezes conseguem mais espaço,” que na sua avaliação não fará diferença nenhuma na vida das pessoas. Os meios de comunicação são seletivos, porém, segundo a entrevistada, a comunidade quer e precisa ter acesso a tudo.

O papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional é sazonal e oscila muito, conforme o EP1, referindo-se ao fato de que o grande desafio das instituições, hoje, é fazer com que a mídia “compre a ideia”, a exemplo de campanhas que foram excepcionais, e, em outros momentos não se conseguiu essa aderência, culminando em pautas frustradas. Pautas como resíduos sólidos, aterro sanitário regional, lixo, reciclagem, Comitê Pardo (a questão da água), há uma percepção de que a mídia regional não se une por essa causa que é nossa, “a mídia participa, mas sempre que for interessante para ela”, pontua.

A comunicação exerce papel central na relação das instituições com a sociedade, uma vez que, conforme o EP1, a instituição sempre fez um esforço para levar à população informações vitais para que se pudesse, a médio prazo, tomar uma decisão, em razão de que certas ideias e projetos requeriam tempo de maturação. De acordo com o dirigente, a questão nascia do anseio dos gestores, mas para concretizá-la, precisava do apoio da região. Era necessário estabelecer esse canal e então que entra a comunicação. Esse elo entre a instituição e a sociedade requer a mediação da mídia, porque do contrário, debate-se, tem ideias, ações que precisam ser difundidas, que necessitavam do apoio da população, mas se essa costura não fosse feita, ficava concentrado apenas na sala de reuniões, assim que termina, cada prefeito volta para o seu município, para a sua realidade e não evolui. Para ter seguimento é crucial a comunicação.

A crítica do dirigente é no sentido já manifestado pela ED2, da seletividade, sendo que, em algumas situações, se precisou fazer mídia contratada. Aqui há o entendimento do efeito manada, de que, se veicula em um meio, impulsiona os demais a se interessarem pela pauta. “Muitas vezes, o primeiro impulso era dado de maneira financeira, senão não se alcançava o objetivo”, sinaliza o EP1. As empresas de comunicação, conforme Oliveira (2012), dotadas de aparatos técnicos, constituem elementos dinamizadores de processos produtivos, pois conferem visibilidade aos acontecimentos de certa região. O interesse nessa situação é de ambas as partes, afirma Peruzzo (2005), em que há interesse das pessoas em ver os temas de sua localidade retratados na mídia, mas também há interesse por parte da mídia em ocupar o espaço regional, com vistas a atingir seus objetivos mercadológicos.

Para o EP5, se existe a divulgação, a comunicação para o desenvolvimento regional cumpre o seu papel. Aqui o entrevistado se reporta a uma esfera institucional de divulgação, que na sua visão, com a divulgação das ações na entidade se estimulava mais o debate, pois chegava nas pessoas. Ele lembra que aquelas pessoas que tinham interesse no tema vinham se somar ao esforço da entidade. “As pessoas que se identificam com esse trabalho, se aproximavam e fortaleciam a rede”. A divulgação das ações cria um engajamento, e assim o resultado das ações é ampliado, é maior e mais robusto e conseguimos atingir o nosso objetivo, pontua o dirigente.

A responsabilidade deve ser compartilhada. Ao tempo em que a mídia precisa fazer a sua parte, ela não é responsável por tudo, tem outros fatores nessa relação com o território, de outra ordem, e que foram apontados pelos entrevistados. Especificamente sobre eventos que demandem engajamento e participação da população, muitas vezes, por mais que a mídia seja parceira e fundamental nessa engrenagem, e que faça o seu papel, há uma percepção de que se as pessoas não tiverem interesse próprio ou particular com o assunto, elas dificilmente participam. “É um vazio que a própria comunidade deixa. Já fazemos há um tempo essa avaliação, e se percebe um esvaziamento desses espaços, infelizmente a região não tem a cultura da participação”, avalia o EP3.

Comunga da mesma ideia a entrevistada AD2, sobre esses espaços vazios deixados pela própria comunidade. Citou o exemplo de audiências públicas que foram realizadas para debater plano estratégico regional de resíduos sólidos, em que é dado a possibilidade de participação, divulgou-se amplamente, mas houve pouco engajamento. “Os meios de comunicação ajudam, comunicam, mas o movimento não acontece, porque as pessoas não têm interesse”, destaca a ED2.

Além dessa carência de participação da sociedade, que em muitos casos fica a margem da atuação dos meios de comunicação, mas passa por eles, há um entendimento que o conteúdo hoje produzido pela mídia tem foco muito festivo, de disposição, de resgate da história, mas pouco tem-se trabalhado o futuro. “O enfoque é muito nas glórias do passado e questões do presente, mas pouco se pauta aquilo que queremos para os próximos 10, 20 anos, acho que a mídia não tem promovido muito isso na nossa região”, dando ênfase ao fato de que aquilo que é feito hoje está aquém do que poderia, destaca o EP4.

Os enfrentamentos e as dificuldades relacionadas à mídia e a instituições também estão relacionados à categoria e à formação do profissional de comunicação, conforme destaca a ED2:

Há interesse dos profissionais na divulgação, são temas relevantes, em especial quando se fala em saúde, atividade coletiva, trabalho regional, mas de fato, me parece que temos dificuldades na formação desses comunicadores, é algo que eu percebo. [...] temos excelentes profissionais, mas pessoas com dificuldade em desenvolver uma simples redação [...] se tu olhares um portal de notícias tu vais perceber a dificuldade em transmitir uma informação. As pessoas que acessam os portais de notícias, muitas vezes, não têm o conhecimento sobre o tema, elas não sabem interpretar, e ali tem uma infinidade de informações que chega à comunidade de forma distorcida. Talvez seja algo que o comunicar não consiga passar. Quando dou entrevista percebo isso, tem aqueles profissionais que conseguiram entender, outros que pegam parte da informação e outros que não entenderam muitas vezes aquilo que eu deixei bem claro. A categoria é pouco valorizada financeiramente, eu também sei disso (ED2, 20 de abril de 2021).

De fato, tratar de comunicação para o desenvolvimento, dirá Heberlê (2013), é um desafio a ser enfrentado e que muitas vezes começa na formação, onde se evidencia um uso muito instrumental da comunicação. Para o autor, pensar a comunicação é tão importante quanto realizá-la, desde que seja entendida como ato de interação social e, assim pensada, “a comunicação precisa compreender as trocas entre os interagentes que a compõem e, neste sentido, há muito ainda por se saber sobre o processo da comunicação, enquanto efetivamente “social”, (2013, p. 2).

O processo de desenvolvimento também foi analisado com base em dois divisores clássicos: a produção e a industrialização. Exemplo citado pelo entrevistado ED1, relativo à produção de tabaco, quando diz que a microrregião Norte produz, porém, quem vai se beneficiar e agregar valor é a Centro, como em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, e isso causa diferenciação econômica entre as microrregiões. Em relação à mídia, foi feita uma crítica porque percebe-se que ela trabalha forte na área política, com o intuito de atingir um número maior de pessoas, levando informações que possam trazer ao político um grau maior de visibilidade, porque a pessoa pleiteia um cargo futuro.

Essa relação configura uma dificuldade, porque a mídia, ao agir assim, não pensa em estabelecer um trabalho de aceitação e credibilidade, um espaço de desenvolvimento regional, mas sim, para que a pessoa se fortaleça politicamente conforme as suas aspirações. “A mídia deixa a desejar porque incentiva isso, permite que as pessoas apliquem seus recursos nesse tipo de coisa. A tendência é aumentar cada vez mais”, diz o ED1. Ao mesmo tempo em que a mídia confere visibilidade as instituições frente a divulgação que faz, de outra parte, não se apropria do conhecimento e de dados que essas têm para lhe oferecer. “É preciso que a mídia busque nas instituições que são respeitadas e têm credibilidade as informações e os dados necessários para sua divulgação”, estreitar essa relação e criar mecanismos de busca, conclui o ED1.

CONCLUSÃO

É desafiador pensar as problemáticas próprias da comunicação, e, mais ainda, a partir da área do desenvolvimento regional. O primeiro apontamento para as desigualdades existentes na configuração das redes de comunicação no território do Vale do Rio Pardo foi evidenciado pelos Planos Estratégicos Regionais, que são elaborados há 20 anos e refletem temas prioritários para o desenvolvimento da região. Historicamente, a rede técnica de suporte carece de uma estrutura territorial mais abrangente para atender as demandas da sociedade, aliado a fatores de ordem econômico e geográfico, impossibilitando o acesso à rede técnica de serviços, para um percentual considerável da população.

Assim sendo, o desenvolvimento regional não pode ser considerado sem levar em conta as condições políticas, econômicas, sociais, de estruturação e organização presentes em cada um dos 23 municípios de abrangência do Corede/VRP, e foi essa conjuntura que nos instigou à elaboração do objetivo geral de nossa pesquisa, buscando analisar como ocorrem a configuração territorial, o acesso social às redes de comunicação e o seu uso em prol do desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (RS). A partir dessa “cartografia” da rede técnica de suporte e da mídia regional, alicerçado aos usos que são dados pelos meios de comunicação pelas instituições regionais e como estas percebem o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional, próprios de suas instituições, pudemos ter um panorama dos desafios que a região terá pela frente.

A primeira consideração a ser feita em nossa pesquisa é a de que o Vale do Rio Pardo apresenta um arranjo diverso no conjunto do seu território, que vai se configurar na densidade populacional dos municípios, sobretudo na zona urbana e na rural, além do aspecto econômico, demonstrado com o PIB *per capita*, que terá reflexo em outras áreas. É como se tivéssemos

“distintas regiões” dentro de uma única região, sem contar na diversidade cultural da colonização e na formação étnica, tanto dos municípios, quanto das pessoas; além da territorial, com propriedades rurais e aptidões para diferentes cultivos muito distintas, relacionado ao solo, ao clima e a área. Esse conjunto de singularidades vai ressoar na pesquisa que realizamos, porque, por mais que o território das redes de comunicação seja um espelho de forças exógenas, são as pessoas que nela vivem que vão sofrer as consequências e ficar à mercê da atual configuração e distribuição espacial.

A pesquisa que realizamos mostrou que a distribuição e a configuração espacial da internet e telefonia móvel na região não é uniforme. Os dados mostraram um número de acessos à banda larga, por município, a cada 100 habitantes, que se concentra nos municípios da microrregião Centro, e, quanto à telefonia móvel, nos municípios polo de cada microrregião, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Sobradinho.

Os dados apontam para uma distribuição desigual entre os municípios de maior e menor porte, bem como, dentro de cada município, considerando a zona urbana e a rural, nesse último caso, evidenciado a partir das entrevistas que realizamos. Verificou-se que nos municípios menores, bem como, na zona rural, em virtude da baixa densidade populacional, e, por consequência, de poucos tomadores de serviços, não há interesse de investimentos nos setores de internet e telefonia móvel, igualmente evidenciado na percepção dos entrevistados⁸⁹.

Os resultados dessa pesquisa nos mostraram que uma maior concentração de internet banda larga está associada a municípios mais populosos e que apresentam PIB *per capita* mais elevado na região, ou seja, há uma correlação da oferta de serviços de internet, relacionada à densidade populacional e fatores de ordem econômica. Existe uma faixa de municípios que acessam os serviços, mas em menor escala e baixa qualidade, conforme verificado no tipo de tecnologia de banda larga presente no conjunto do território. Pelo fato da rede possuir uma dimensão política e de poder, ela também envolve o acesso e o uso, o que Milton Santos (2017) atribui aos atores hegemônicos, que se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios, reticulados e contraditórios, também se configura no Vale do Rio Pardo, ao passo que os demais, ficam à margem do processo.

⁸⁹ Para uma análise mais aprofundada do impacto das redes de comunicação no território, um recorte sugerido seria organizar um instrumento de coleta de dados, baseado num modelo teórico, que proporcionasse a utilização de informações de internet e telefonia móvel, fazendo um cruzamento destes serviços com diferentes estratificações (renda, escolaridade, faixa etária, população rural e urbana, etc.) dos municípios da região, com vistas a uma correlação da presença das redes de comunicação com o alcance espacial e territorial presente no Vale do Rio Pardo.

Essa mesma deficiência é revelada na telefonia móvel. Serão os municípios polo de cada microrregião que vão se sobressair com os maiores acessos a cada 100 habitantes, aqui, novamente, configurada uma prevalência daqueles municípios mais populosos. Os dados fornecidos pela Teleco não nos dão um panorama da quantidade e da qualidade dos serviços prestados, ou seja, o equipamento no território, a distribuição das antenas e torres de telefonia que possibilitam ao usuário ter um sinal de qualidade. Essa deficiência da rede técnica de serviços foi trazida nos relatos dos atores que vivem na região e dão voz ao território.

A atual configuração das redes técnicas de suporte impõe barreiras ao desenvolvimento da região, e sem previsão de que essa cartografia se alterará até porque, como destacava Leila Dias (1996), as redes de telecomunicação só se materializam em função de decisões e estratégias e a localização geográfica adquire um valor estratégico, mais seletivo. No caso da telefonia móvel, fica evidente que os investimentos de parte das operadoras de telefonia vão se dar, de forma estratégica, naqueles municípios com possibilidade de uma carteira maior de clientes, com retorno econômico, em detrimento àqueles que têm uma densidade populacional menor, que ficarão excluídos e a margem do acesso a esses serviços.

Na dimensão econômica, o espaço social é o lugar de reprodução da sociedade, é força produtiva, é produto consumido como mercadoria, mas também produtividade. O território usado incorpora técnicas e expressa funções econômicas, dizia Milton Santos (2017), tal qual se verifica no Vale do Rio Pardo, onde o território pressupõe uma forma de apropriação do espaço a partir de relações de poder, uma vez que, como os serviços de telecomunicações operam por meio da iniciativa privada, a política territorial das empresas se exime de um compromisso maior com os territórios.

Esse cenário se evidencia pelo fato da comunicação no Brasil ser regulada, o que impõe alguns limites ao território, e o mapeamento da distribuição e cobertura espacial da rede de serviços técnicos na região, especialmente da telefonia móvel, revela isso. A Anatel tem por objetivo a regulação de telefonia fixa, móvel, gerenciamento de contratos de concessão, fiscalização de serviços, realização de intervenções, controle e revisão tarifárias e prestação de serviços (Anatel, *on-line*) e, conforme regulação, as operadoras de telefonia têm a exigência de atender um raio de 30 quilômetros além da sede dos municípios com tecnologia móvel e fixa. Ou seja, de uma forma oficial, as operadoras não têm essa obrigação de chegar em cada parte dos municípios, mas sim num raio urbano, o que contribui com a precária cartografia regional das redes de comunicação e explica, em parte, a falta de eco dos movimentos regionais junto às operadoras em audiências.

Essa desordem no uso do território, que serve somente a um número limitado de empresas, se constata na relação entre o mercado e o território, pois, além das empresas atuarem sob uma regulação que as favorece, elas se eximem de maior comprometimento na prestação do serviço fica evidente que o investimento maior vai recair naqueles municípios que sejam técnica e economicamente viáveis. É a influência do mercado no território que afeta e modifica as dinâmicas sociais e as relações humanas, a partir dos interesses singulares de atores hegemônicos. Santos (2017) previa essa seletividade causada pelas redes, ela sendo global e local, única e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial.

Assim sendo, infelizmente o direito ao acesso à comunicação e à informação ainda não foi alcançado como direito fundamental e não existem políticas públicas para a universalização desse acesso. Ao tempo em que as desigualdades regionais e territoriais, aliadas às desigualdades sociais e econômicas, somado a baixa densidade populacional em alguns municípios, não tornam atrativos os investimentos nessa região, havendo uma concentração de investimentos em municípios com maior densidade populacional e poder econômico. Somado a isso, não há uma efetiva fiscalização e cobrança de investimentos por parte das agências reguladoras (Anatel). A soma de todos esses fatores faz com que a atual distribuição e configuração das redes de comunicação contribua para a formação das desigualdades no território.

A presença intensa das mídias nas dinâmicas sociais contemporâneas, possível graças à rede técnica de suporte, impacta e, ao mesmo tempo é conformada, a partir de aspectos territoriais. Ao analisarmos a espacialidade das redes técnicas de serviços⁹⁰ definidas nessa pesquisa, que são os jornais, as rádios e as TVs, verificamos que os meios de comunicação estão onde está o mercado, fruto de processo histórico da estruturação da comunicação no Brasil, pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Essa estruturação privilegiou o setor privado para exploração do setor de entretenimento, logo, o que aparece no Brasil como um todo, vai se reproduzir também no Vale do Rio Pardo.

⁹⁰ Uma outra possibilidade seria usar o método de correlação, para verificar qual é a influência da presença dos meios de comunicação nos diversos indicadores de desenvolvimento do território. Com base numa pesquisa estatística, a partir de um grupo de indicadores que afetam o desenvolvimento (como IDH e taxa de escolarização), fazendo essa correlação com a presença dos meios no território. O que permitiria visualizar de forma mais concreta o comportamento entre as variáveis.

A análise configurou uma concentração dos meios de comunicação na microrregião Centro, que possui os municípios mais populosos e também o PIB *per capita* mais elevado, em detrimento ao restante da região. Dos 51 meios de comunicação com sede e produção de conteúdo nos municípios do Vale do Rio Pardo, 27 encontram-se em municípios da microrregião Centro, o que indica força publicitária, entre outros aspectos de mercado. A microrregião Sul aparece na sequência, com 19 e por último a Norte, com apenas 5 meios de comunicação. Dentre os meios pesquisados, o rádio figurou em maior número na região, 30 no total, bem como, foi a mídia indicada pelos entrevistados com maior alcance social e territorial na região.

Apesar dos avanços tecnológicos que transformam a comunicação na atualidade, mantem-se o entendimento de que o desenvolvimento de um município ou região também guarda relações com o trabalho desenvolvido pela mídia. Com base nisso, nosso objetivo foi verificar como os meios de comunicação têm sido usados por instituições regionais que atuam para o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. A partir da análise da distribuição espacial da mídia regional tal qual ela se apresenta, nos possibilitou entender o quanto essa configuração condiciona, impõe limites, ou é irrelevante, em relação aos processos de mobilização social e desenvolvimento próprios das instituições.

Temos a ciência de que a estrutura e o acesso são importantes, são a primeira barreira a ser vencida, se não tiver infraestrutura, não tem acesso, e as demais etapas não se cumprem. No entanto, a estrutura e o acesso não garantem em nada o uso adequado e muito menos o fomento ao desenvolvimento, quiçá o regional. Acesso a quê? A qual conteúdo? A qual utilização? O que isso impacta no desenvolvimento?

Ao darmos voz aos atores regionais, compreendemos que a distribuição espacial da mídia no território, ora apresentada no terceiro capítulo dessa dissertação, condiciona e favorece os usos da comunicação no território, uma vez que estabelece um elo importante de comunicação entre as instituições, que tem esse papel de integração regional, para com a sociedade. A mídia rádio, seguida da televisão e jornal, favorecem os usos na escala regional e, muito embora, conforme já mencionado, as mídias sociais não integram o escopo dessa pesquisa, foram consideradas mídias que impõem limites no uso do território, pelo fato de serem afetada diretamente pela precariedade da estrutura da rede técnica de suporte, com ênfase na microrregião Norte, bem como, na zona rural dos municípios.

Verificou-se que os usos da comunicação de parte das instituições são feitos de forma institucional, seja através do assessor de imprensa, ou em uma relação direta com a imprensa, através de relatos de ações, prestações de contas, divulgação de atividades de interesse coletivo

e decisões tomadas regionalmente. E nessa relação entre entidade, mídia e território, há um entendimento de que a mídia tem um papel importante na divulgação dos processos de desenvolvimento regional instituídos pelas entidades, atuando num espírito democrático e oportunizando a manifestação dos diferentes sujeitos.

No entanto, o que se observou foi um maior ou menor aproveitamento desses espaços na mídia de acordo com a liderança à frente da instituição, por uma questão de perfil do gestor, além de evidências de um uso dos meios de comunicação muito a partir de relacionamentos políticos junto as diferentes organizações e sujeitos, do que propriamente como um vetor de desenvolvimento. Esses usos da comunicação configurados de forma estritamente institucional nos remete à deficiência das próprias instituições se apropriarem dos meios de comunicação enquanto agentes de desenvolvimento, que não somente pelo uso da imprensa.

O monopólio e o controle da informação por grupos de mídia regional também foram considerados como uma forma de exercício de influência e controle da informação, nos usos da comunicação pelas instituições. Sem contar a menção ao aporte de recursos financeiros, através de anúncios publicitários, como forma de impulsionar e prover engajamento de pautas e projetos regionais, sem o qual não se viabilizaria. Aqui se verifica a complexa relação entre a mídia, o mercado e o território, que pode condicionar, promover e influenciar processos de desenvolvimento regional.

Os usos da comunicação também conferem visibilidade às instituições regionais. Esse aspecto foi mencionado pelos atores regionais, os quais entendem que a contribuição efetiva que os meios de comunicação dão para o território do Vale do Rio Pardo é a visibilidade que promovem a instituição. Esse fator não necessariamente se configura numa perspectiva de desenvolvimento, porque as pessoas não se enxergam no processo e o uso institucional fica meramente restrito ao relato de uma notícia que vai acontecer, ou que já aconteceu, assim, a comunidade não se apropria de questões coletivas e regionais. Sem contar na falta de integração da governança que compõem o território, sendo ela constituída por entidades, lideranças políticas e empresariais, entre outras para com a sociedade, que acaba por não viabilizar unidade frente a pautas comuns.

Nesse interim, nos questionamos, mas que estruturas e usos seriam favoráveis ao desenvolvimento? Ao buscar entender como as instituições se valem da mídia para difundir suas informações, também importa saber como elas percebem o papel da mídia nos processos de desenvolvimento regional. E aqui fica muito claro que essa relação precisa ser construída, de ambas as partes, entre a mídia e as instituições. Há um entendimento, da parte dos entrevistados, de que a mídia precisa provocar mais o debate, pautar mais as instituições e se

apropriar delas, inclusive, como fonte oficial de consulta a dados regionais. Conforme foi destacado, como os usos dos meios de comunicação pelas instituições fica num campo muito institucional, a relação entre mídia e instituições não se aprofunda, o que acaba não se configurando em processos de desenvolvimento regional.

A importância do comunicador, enquanto agente de desenvolvimento, se evidencia ao passo em que existe uma responsabilidade da mídia em se apropriar mais das questões regionais, conforme previu Heberlê (2013), estabelecendo laços de proximidade, parcerias, diálogo e integração. Existe uma crítica de parte das instituições acerca de uma seletividade de pautas feitas pelas empresas de comunicação, e que questões regionais nem sempre são consideradas pela imprensa, sendo que essa relação oscila e é sazonal. É o “outro desenvolvimento”, da multiplicidade, proposto por Servaes (2000), que estabelece uma importância dos meios de comunicação se colocarem a serviço da cidadania, construído pelas pessoas na sua interação com as demais forças construtivas da sociedade.

Para que essa relação entre mídia e instituições seja construída, é preciso levar em conta o desenvolvimento regional como processo, como mencionou Siedenberg (2006), que, para além de aspectos sociais e econômicos, também as interrelações presentes no território, os diferentes elementos e estruturas que compõem o todo. É uma relação que precisa ser construída de parte a parte, de quem articula, debate e fomenta e de quem divulga, articulado e agindo com vistas a um desenvolvimento regional que se quer no presente, mas sobretudo no futuro, com projeção, mas fundamental ter o apoio, maior consciência e participação dos sujeitos envolvidos na dinâmica regional do Vale do Rio Pardo, que são as pessoas que nela vivem e vão usufruir efetivamente dessa construção coletiva.

REFERÊNCIAS

- ADI/RS. Associação dos Diários do Interior do Rio Grande do Sul. Institucional. Disponível em: <<https://adi-rs.org.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- ADJORI/RS. Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul. Institucional. Disponível em: <<http://www.adjorirs.net.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- AGERT. Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão – Institucional. Disponível em: <<https://www.agert.org.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- AGUIAR, Sonia. Colonialidades da comunicação. *In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM de Comunicação*, v. 1 Conceitos. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 228-229.
- AGUIAR, Sonia. Geografias e Economia Política de Comunicação: diálogos de fronteira. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*. V. 13, n. 3, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/306>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALVES, Ludmila Girardi. *Redes de comunicação e território: a formação e a organização socioespacial da internet no Brasil*. 2013. 233 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- AMCSERRA. Associação dos Municípios do Centro Serra. Institucional. Disponível em: <amcserra.com.br/portal>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- AMVARP. Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo. Institucional. Disponível em: <www.amvarp.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ANATEL. A Agência Nacional de Telecomunicações. Apresenta informações gerais sobre a instituição. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- ANATEL. A Agência Nacional de Telecomunicações. Glossário. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/legislacao/glossario?catid=18>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Sistema de Controle de Radiodifusão (SDR). Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp?SISQSmodulo=5243>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- APL. Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo. Institucional. Disponível em: <www.aplvpr.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.30, n.2, p. 144-161, abr./jun. 1999.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ATLAS DA NOTÍCIA 2020. Banco de dados agregado ao Observatório de Imprensa. Disponível em: < <https://www.atlas.jor.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 5. ed., jul/2020. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ATURCSERRA. Associação de Turismo da Região do Centro Serra. Disponível em: < www.facebook.com/aturcserra>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ATURVARP. Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo. Institucional. Disponível em: < www.aturvarp.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BALDESSAR, Maria José; MOREIRA, Sonia Virgínia; PASTI, André. Geografia e comunicação: diálogos mais que possíveis. In: MORAIS, Osvando J. de (org). *Ciências da comunicação em processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI. Conhecimento, leituras e práticas contemporâneas*. São Paulo: INTERCOM, 2014, p. 520-535.

BECKER, Dinizar Fermiano. A Economia Política da Dinâmica de Regionalização do Desenvolvimento Contemporâneo (1 parte). In: BECKER, D.F.; WITTMANN, M.L. (org.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 37-137

BORDENAVE, Juan Díaz E. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORDENAVE, Juan Díaz. Os novos desafios da comunicação para o desenvolvimento. In: HEBERLÊ, A.; COSENZA, B.; SOARES, F.B. (org.). *Comunicação para o desenvolvimento*. Brasília: Embrapa, 2012. p. 9-28. Disponível em: < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79235/1/comunicacao-para-o-desenvolvimento-heberle.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.1, n. 21, p. 48-61, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/USER/Downloads/6961-25236-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/6961-25236-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Telecomunicações e dinâmica regional no Brasil*. 1996. 247f. Tese (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas), São Paulo, 1996. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286035>>. Acesso em: 16 set. 2019.

CADERNO ESPECIAL 60 anos AMVARP. Força para o desenvolvimento. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. Suplemento encartado junto ao jornal Gazeta do Sul. Edição e textos: Dejair Machado e Romar Beling, p. 1-12, 13 mai. 2021.

CAMPIS, Luiz Augusto Costa a (coord.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo: caracterização da região*. 1ª parte. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

CAMPIS, Luiz Augusto Costa a (coord.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo: diagnóstico e estratégias de ação*. 2ª parte. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CAMPOS, Heleniza Avila; SCHNEIDER, Luiz Carlos (coord.). *Agenda 21 Regional do Vale do Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CARGNIN, Antônio Paulo. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. Comunicação e desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, São Paulo, v. 09, n. 2, p. 325-345, maio/ago 2013. Disponível em: <<https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1032>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CATAIA, Márcio. Território Usado e Federação: Aplicações possíveis. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, out./dez. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000400007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 mai. 2021.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC DOMICÍLIOS 2019. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Pesquisa sobre o setor de provimento de serviços de internet no Brasil- TIC PROVEDORES 2017. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/provedores/publicacoes/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de Imprensa: como fazer*. São Paulo: Summus, 2003.

CHRISTOFF, Mariza Terezinha da Motta; CAMPOS, Heleniza Avila (coord.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

CICLO de seminário *on-line*: Economia, Trabalho e Proteção Social em Tempos de Crise. Entrevistador: Denis Maracci Gimenez. Entrevistada: Tânia Bacelar de Araújo. Palestra: Desenvolvimento e a questão regional no Brasil hoje. UFPE-Ceplan. Canal IE UNICAMP *Youtube*, 24 jun. 2020, 1 vídeo (1h38). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0C0Haqg_idw>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CIDADE, L.C.F.; VARGAS, G.M.; JATOBÁ, S.U.S. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 20, p.13-35, 2 sem. 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8634>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

CLIC BOQUEIRÃO. Disponível em: <<http://www.clicboqueirao.com.br/site/>>. Acesso em 01 mar. 2021.

COLNAGO, Camila Khroling. Mídias e redes sociais digitais: conceitos e práticas. In: BUENO, W. da C. (org.). *Estratégias de Comunicação nas Mídias Sociais*. São Paulo: Manole, 2015. p. 3-22.

COMITÊ PARDO. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. Institucional. Disponível em: <<http://www.comitepardo.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

COREDE/VRP. Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Institucional. Disponível em: <coredevrp.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COREDES RS. Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Institucional. Disponível em: <<https://forumdoscores.org.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CI/JACUÍ. Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí. Institucional. Disponível em: <consorciojacui.atende.net/#!/tipo/inicial>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CISVALE. Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo. Institucional. Disponível em: <<http://cisvalerp.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis-SC. 2005. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/entrevista.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar.1995. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital.htm>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. Contribuições da teoria das localidades centrais para o estudo da mídia no espaço. In: GP GEOGRAFIAS E COMUNICAÇÃO, XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu, Paraná. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/lista_area_DT7-GC.htm>. Acesso em: 05 out. 2019.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. *O negócio da mídia do interior*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/cinturao-digital-expande-chance-de-negocios-e-gera-inclusao-1.1895879>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

DIAS, Leila Cristina. Redes: emergência e organização. *In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C; CORRÊA, R.L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 141-162.

DIAS, Leila Cristina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. *In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C; CORRÊA, R.L. (org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996. p. 115-144.

EAQ. Entidade aferidora da qualidade de banda larga. Disponível em: <<http://www.brasilbandalarga.com.br/bbbl/glossary>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

EGR. Empresa Gaúcha de Rodovias. Disponível em: < <https://www.egr.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. *In: VOGT, O.P.; SILVEIRA, R.L.L. da (org.). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351-366.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odin. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. Blumenau, v.1, n. 1, p. 85-94, outono de 2013.

FAMURS. Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://famurs.com.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

FEDRIZZI, Diogo Daroit. *O território do rádio: as verticalidades e horizontalidades na radiodifusão no Vale do Taquari/RS*. Orientadora: Grazielle Betina Brandt. 2019. 224f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. As mediações de Jesús Martín-Barbero e os estudos de Comunicação no âmbito do Desenvolvimento Regional. *Intexto*, Porto Alegre, v. 4, n. 43, p. 135-150, set/dez. 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/81173-348946-4-PB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2020.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. *In: SILVEIRA, R.L.L. da; DEPONTI, C.M. (org.). Desenvolvimento Regional: processos, políticas e transformações territoriais*. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2020. p.215-238.

FIORI, Tomás Pinheiro. Principais resultados do IDESE 2016. Porto Alegre: secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Nota Técnica n.12, 02 out. 2019. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/22153608-nt-12-idese.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. *Territórios con identidad cultural*, RIMISP,

mar.2006.Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.

FREITAS, Tamara Arend de; BRANDT, Grazielle Betina. A política de acesso à informação: considerações sobre a Lei de Acesso à Informação e suas repercussões no território. *In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TERRITÓRIO, REDES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS*, 2017, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]* Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017. p.1-23.

GAZETA GRUPO DE COMUNICAÇÕES. Mídia Kit Grupo Gazeta. Disponível em: <https://issuu.com/nakao/docs/9160_midiakit_grupogazeta-06>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Cilene. Reconhecendo o Território: Monitoramento, Regulação e Fluidez. *In: SOUZA, M.A.A. de. (org.). Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 54-76.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Institucional. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GUIA VENÂNCIO. Disponível em: <<https://www.guiavenancio.com.br/>>. Acesso em 01 mar. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Região: Trajetos e Perspectivas. *In: Trabalho apresentado na 1ª Jornada de Economia Regional Comparada [...]*. Porto Alegre: FEE, 4 out. 2005. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E4-11.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. *In: A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 115-177.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira. A comunicação social como fator de desenvolvimento. *In: CONFERÊNCIA Comunicação para o desenvolvimento na pesquisa e na extensão rural, com uso do rádio e da TV [...]*. Brasília, nov. 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2pXikbqPID5Q1FkbF9yQUxyU1U/edit>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira. A pesquisa em comunicação para o desenvolvimento. *In: HEBERLÊ, A.L.O.; BARBARA, C.; SOARES, F. (org). Comunicação para o Desenvolvimento*. Brasília: Embrapa, 2012. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79235/1/comunicacao-para-o-desenvolvimento-heberle.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

HEEKS, Richard. “Do information and communication technologies (ICTs) contribute to development?”, *Journal of International Development*, 22, p. 625-640, July 2010, <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1716/abstract?>>. Acesso em: 06 set. 2020.

HELPER, Inácio; HASS, Helga; AGNES, Clarice. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos [recurso eletrônico]. Universidade de Santa Cruz do Sul. 3 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019. Disponível em: <https://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/Ebook-Normas-3a-ed.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

HERSCOVITZ, Heloíza Golbspan. Contrafluxos da Informação. *In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO*. V. 1 Conceitos. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 329-330.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2020.

IOZZI, Fabíola Lana. *Políticas territoriais das empresas de telecomunicações no Brasil: universalização do serviço de telefonia fixa*. 2006. 197f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_7acc8604c73b5d10d7eaa91afeb755ff>. Acesso em: 07 set. 2019.

JUNIOR, Rubens de Toledo. Telecomunicações e Uso do Território Brasileiro *In: SOUZA, M.A.A. de. (org.). Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 93-107.

KIRST, Telmo José. *In: WILIPÉDIA: a enciclopédia livre*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Telmo_Kirst>. Acesso em: 28 mai. 2021.

KIST, Benno Bernardo Kist *et al. Anuário Brasileiro do Tabaco 2020*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2020. 132 p. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2020>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

KLARMANN, Herbert. *Região e identidade regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional do Vale do Rio Pardo*. 1999. 147 f. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1999.

KOPPLIN, E.; FERRARETO, L.A. *Assessoria de Imprensa: teoria e prática*. 2 ed. Porto Alegre: SAGRA-DC LUZZATTO, 1996.

LEAL, Sayonara. A imaginação de um controle público a partir do regulamento do setor de telecomunicações no Brasil: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão. *In: JAMBEIRO, O.; BOLAÑO, C.; BRITTOS, V. (org.). Comunicação, Informação e Cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 117-132.

LIMONAD, Ester *et al.* *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LOPES, Sonia Aguiar. Geografias da comunicação contemporânea: um mapa teórico e empírico do campo. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 31-47, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6960>> Acesso em: 14 jan. 2021.

MAIA, Francine; SANTOS, Moacir José dos; CARNIELLO, Monica Franchi. Comunicação para o desenvolvimento regional: análise da comunicação institucional da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba. In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. Alcar 2015. *Trabalho apresentado* [...] Porto Alegre: UFRGS, 03 a 05 de junho de 2015.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

MELO, José Marques de. Geografia das Comunicações: aportes brasileiros ao pensamento crítico. In: MOREIRA, Sonia Virginia (org.). *Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo: INTERCOM, 2012. p.87-106.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Regiões de Influência das Cidades, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MOREIRA, Sonia Virginia. Geografias da Comunicação, uma disciplina. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Trabalho submetido ao GP Geografias da Comunicação. Curitiba, set. 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3294-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MOREIRA, Sonia Virginia. Por que Geografias, no plural, para a Comunicação? In: MOREIRA, Sonia Virginia. *Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo: INTERCOM, 2012. p.09-20.

MOREIRA, Sonia Virginia; DEOLINDO, Jacqueline da Silva. Mídia, cidade e "interior". *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n.21, p. 21-30, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6958/5096>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da Rede. Novas Dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: SULINA. 2004. p. 17-38.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOVAES, Ana. A privatização no Brasil: privatização no setor de telecomunicações no Brasil, BNDES, fev. 2000. Disponível

em:<https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ocde/ocde05.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

NUNES, Francisco Nilton. [Assentamentos em Encruzilhada do Sul]. 3 mar. 2020. 18h54. 1 mensagem de *WhatsApp*.

ODS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apresenta informações gerais sobre a instituição. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

OLIVEIRA, Roberto Reis de. Espaço, território, região: Pistas para um debate sobre comunicação regional. In: X CONGRESSO DA LUSOCOM – COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO. *Trabalho apresentado* [...]. Lisboa, Portugal, 27 a 29 de setembro de 2012, p. 108-118.

PASTI, André. A comunicação, os usos do território e o método geográfico: em busca de uma leitura crítica. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação – INTERCOM, Fortaleza, 3 a 7 set. 2012, p.1-13.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*. Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, n. 14, p. 79-105, abril de 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2009v8n14p9>>. Acesso em 25 mai. 2020.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, v. 24, nº 1 e 2, jan-dez. 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/60677378-Raizes-o-desenvolvimento-territorial-uma-nova-abordagem-dos-processos-de-desenvolvimento-para-as-economias-do-sul-1.html>>. Acesso em 26 mai. 2020.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: NETO, Aristides Monteiro (org). *Desenvolvimento nas ciências sociais. O estado das artes*, v. 2, cap 5, Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/140616_sociedade-desenvolvimento-politica2.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2020.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Comunicação para o desenvolvimento: aspectos teóricos desde a modernização ao “*buen vivir*”. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPOS). XXVII Encontro Anual do Compós, PUC-Belo Horizonte, MG, 05 a 08 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4838>. Acesso em: 06 ago. 2020.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 43, p. 67-84, 1º sem. 2005.

PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (coord.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. Disponível em: <https://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PORTAL ARAUTO. Disponível em: <<https://www.portalarauto.com.br/>> Acesso em: 03 mar. 2021.

PORTAL GAZ. Disponível em <www.gaz.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PORTAL SINIMBU. Disponível em: <<http://portalsinimbu.com.br/home/>>. Acesso em 03 mar. 2021.

PROCON/RS. Programa de Defesa dos Direitos do Consumidor. Institucional. Disponível em: <<https://www.procon.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RÁDIO E TV PANTANO. Sul Records. Empresa de Telecomunicações. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Sulrecords>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RBS TV. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/RBS_TV_dos_Vales>. Acesso em: 02 mar. 2021.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. *Uma Epistemologia do Território*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002.

REIS, José. Território e Desenvolvimento. *Dirigir & Formar*, Lisboa, n. 25, p. 4-8, out/dez 2019. Disponível em: <<http://opac.iefp.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=90489&img=3272>> Acesso em: 04 mai. 2020.

REVISTA COMEMORATIVA 50 ANOS AMVARP. Santa Cruz do Sul: impressão Lupagraf, tiragem 2 mil exemplares, 2011. Projeto editorial e gráfico: Case Marketing. Jornalista responsável: Jacson Miguel Stulp.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.). *Brasil, século XXI, por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas*. Espaço e Sociedade: MAX Limonad, 2004.

SÁ MARTINO, Luis Mauro. Entre mídia e comunicação: origens e modalidades de uma dicotomia nos estudos da área. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 10-28, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1154>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (org). *Território: Globalização e Fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec ANPUR, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, UFRJ, Ano XIII, n. 2, ago-fez 1999. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/277/86>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Moacir José; CARNIELLO, Monica Franchi. O desenvolvimento do sistema nacional de telecomunicações (1961-1967): a produção das condições técnicas necessárias a expansão do mercado publicitário no Brasil. *In*: 9ª ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Minas Gerais, maio/junho 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/gtpublicidade_comunic_intitucional_moacir_santos.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SCHNEIDER, Flávio Miguel; LÜBECK, Elisa (org.). *Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul*. Santa Maria: Pallotti, 2003.

SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de Massa e Desenvolvimento*. Tradução de Muniz Sodré e Roberto Lent. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1970.

SCHUCH, Heitor José. Deputado Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.heitorschuch.com.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SCHWANKE, Fernando Henrique Kohlmann. Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/fernandoschwanke>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Disponível em: <www.agricultura.rs.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SEDUC. Secretaria da Educação. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/cre-06-santa-cruz-do-sul>> Acesso em: 23 dez. 2020.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES. Disponível em:<www.transportes.rs.gov.br/pelt-rs>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SEPLAN). Perfil Socioeconômico Corede Vale do Rio Pardo. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.

Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, nov. 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095302-perfis-regionais-2015-vale-do-rio-pardo.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. *Temas y Problemas de Comunicación*, Universidad Nacional de Rio Cuarto, ano 8, v. 10, p. 5-28, 2000. Disponível em: <<http://catedras.fsoc.uba.ar/gpost/material/servaes.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SIEDENBERG, Dieter Rugar (coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 168 p.

SILVA, Paulo Celso da. Análise da produção intelectual do Dr. Milton Santos e sua relação com a Comunicação. In: MOREIRA, Sonia Virginia (org.) *Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo: INTERCOM, 2012.p.107-116.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da. *Geografia das Telecomunicações no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21 - A história de um livro. *ACTA Geográfica*. Edição Especial "Cidades na Amazônia Brasileira", Boa Vista, Roraima, p. 151-163, 2011. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/556>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da *et al.* Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo-RS-Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, n. 1, p. 184-217, jan. 2017.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Território, Rede e Desenvolvimento Regional-Notas para discussão. In: SILVEIRA, R.L.L.da; FELIPPI, A.C.T. (org.). *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*. Florianópolis: INSULAR, 2018, p. 231-252.

SKOLAUDE, Mateus Silva. História, Identidade e Representação Social: o caso da comunidade afrodescendente de Santa Cruz do Sul. In: 5^o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, mai. 2011.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES [mensagem institucional]. Destinatário: Juliana Roll-Assessora de Comunicação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul. Mensagem recebida por juliana-roll@planejamento.rs.gov.br, 18 abr. 2019. 1 mensagem eletrônica.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Milton Santos - O retorno do território. In: OSAL: Observatório Social de América Latina, ano 6, n. 16, jun. 2005, Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SPTV. SPTV *web*. Criador de conteúdo digital. Disponível em: <<https://www.facebook.com/TVSPWEB> . Acesso em: 10 fev. 2021.

STREAMING. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Streaming>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SUDENE. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://antigo.sudene.gov.br/prdne/eixos-estrategicos-e-macroprojetos/comunicacao-digital>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

TAVARES, Matheus Avelino; SILVA, Aldo Dantas da. Introdução ao pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “trabalho do geógrafo...”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 30, p. 139-148, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74237/77880>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

TELECO. Inteligência em Telecomunicações. Disponível em: <<https://www.teleco.com.br/>> Acesso em 10 fev. 2021.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2018. 390 p.

TUBARON. Empresa de serviços via cabo e satélite. Disponível em: <www.tubaron.com.br>. Acesso em: 02 mar. 2021.

UEDA, Vanda. Dinâmica do Território em Redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul. In: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L.da (org.). *Redes, Sociedades e Territórios*. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 157-176.

UNISC. Universidade de Santa Cruz do Sul. Institucional. Disponível em: <www.unisc.br>. Acesso em: 11 dez. 2020.

UNISC TV. Televisão Universitária. Disponível em: <<https://www.unisc.br/pt/unisc-tv/apresentacao-unisc-tv>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

WICKERT, Giovane. Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Obras e Habitação do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fechado.40/>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas

LINHAS GERAIS		
IDENTIFICAÇÃO	1	Nome completo do entrevistado (a)
	2	Profissão
	3	Local de trabalho
	4	Quanto tempo?
	5	Área de atuação
ESTRUTURA	6	Em relação a atual organização e estrutura técnica e de serviços da rede de comunicação existente no conjunto do território do Vale do Rio Pardo, gostaria da sua opinião e percepção sobre os seguintes aspectos:
ESTRUTURA	6.1	Como você percebe e avalia a atual distribuição e cobertura espacial dos serviços de telecomunicação (serviços de internet e sinal de telefonia móvel) na região e nos municípios do Vale do Rio Pardo?
ACESSO	6.2	Como você percebe atualmente a acessibilidade social (dos diferentes extratos da população) e territorial (campo e cidade) aos serviços de telecomunicação na região? Todas as pessoas e lugares tem acesso?
ESTRUTURA	6.3	E como você percebe e avalia a qualidade dos serviços de telecomunicação nos municípios e na região do Vale do Rio Pardo?
ESTRUTURA	6.4	Quais são, na sua opinião, os motivos, as razões para que isso ocorra dessa maneira?
ESTRUTURA	6.5	Em sua opinião, o que deveria ser realizado ou revisto para buscar uma maior cobertura e qualidade dos serviços de telecomunicação na região?
ESTRUTURA	7	Como você percebe e avalia a atual distribuição espacial e oferta dos serviços de comunicação e mídia (rádio, jornal, TV e portal de notícias), no conjunto do território regional?

USOS	7.1	Na sua opinião, qual ou quais desses serviços /mídia tem maior alcance social e territorial na região? Poderia justificar a sua opinião?
USOS	7.2	Como você percebe e avalia a cobertura desses serviços de comunicação/mídia existentes na região em relação as demandas locais e regionais existentes, nos diferentes municípios da região?
USOS	7.3	As mídias existentes na região conseguem atender as demandas de informação da população dos municípios e da região? Como você percebe que isso ocorre?
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8	Na sua opinião, qual tem sido o papel dos atuais serviços de comunicação/mídia existentes na região na participação da população nos processos locais e regionais de desenvolvimento? O que está funcionando bem e quais aspectos deixam a desejar?
USOS	8.1	Como a instituição utiliza os serviços e meios de comunicação e para qual finalidade?
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8.2	Como se dá o uso desses serviços para a divulgação de pautas e projetos regionais? Como a instituição avalia esses serviços? O que não funciona bem e o que poderia melhorar?
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8.3	Como a sua instituição percebe o papel da mídia nos processos de democracia e desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo?
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8.4	Quais as contribuições efetivas que a instituição acredita que os meios de comunicação dão para o território do Vale do Rio Pardo? O que poderia ser melhorado nesse sentido?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Senhor,

Eu, Diana Filipina Anton, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa “Redes de comunicação, dinâmica territorial e desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo (RS)” sob a orientação do professor Rogério Leandro Lima da Silveira, *e-mail* rlls@unisc.br e telefone 51 9 8112-9301.

Este trabalho tem como objetivo analisar como ocorrem a configuração territorial, o acesso social às redes de comunicação e o seu uso nas ações em prol do desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (RS).

Como uma das etapas desta pesquisa, há a realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas a serem realizadas, caso haja a concordância dos entrevistados, serão gravadas e os dados serão utilizados de forma totalmente confidencial, ou seja, em nenhum momento os entrevistados serão identificados.

Pelo presente Termo de Consentimento, o entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa da pesquisa.

Declara que foi, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- da garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, o entrevistado assina este termo, que também será mantida de forma confidencial, somente em poder do pesquisador responsável, e para o controle das entrevistas realizadas.

O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 2021.

Nome do entrevistador: Diana Filipina Anton

E-mail: dianafa@unisc.br Telefone: 51 9 8313-0013

Assinatura: _____

Nome do Entrevistado:

Assinatura: _____

APÊNDICE C – Sistematização das entrevistas durante a pesquisa

DATA	ENTREVISTA	FORMATO DA ENTREVISTA	CARGO/FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
31.03.2021	Entrevista Diretor 1 ED 1	remota, por videoconferência	Diretor Executivo (2004 a jan. 2021)	CI/JACUÍ
01.04.2021	Entrevista Presidente 1 EP 1	presencial	Presidente (2014, 2017 e 2020)	AMVARP
05.04.2021	Entrevista Presidente 2 EP 2	remota, por videoconferência	Presidente (2018 e 2021)	AMVARP
05.04.2021	Entrevista Secretário 1 ES 1	remota, por videoconferência	Secretária Executiva (desde 1998)	AMVARP
07.04.2021	Entrevista Presidente 3 EP 3	presencial	Presidente (2021)	CI/JACUÍ
07.04.2021	Entrevista Assessor Imprensa 1 EA 1	remota, por videoconferência	Assessor de Imprensa (desde 2019)	AMVARP e CISVALE
13.04.2021	Entrevista Secretário 2 ES 2	escrita	Secretário Executivo (desde fev. 2021)	CI/JACUÍ
13.04.2021	Entrevista Presidente 4 EP 4	remota, por videoconferência	Presidente (2017 e 2018)	CISVALE
13.04.2021	Entrevista Presidente 5 EP 5	remota, por videoconferência	Presidente (2019 e 2020)	CISVALE
20.04.2021	Entrevista Diretor 2	presencial	Diretora Executiva (desde 2015)	CISVALE

	ED 2			
22.04.2021	Entrevista Secretário 3 ES 3	remota, por videoconferência	Secretário Executivo (desde 2019)	AMCSERRA
28.04.2021	Entrevista Presidente 6 EP 6	remota, por videoconferência	Presidente (2021)	AMCSERRA